

//

# 4º DISTRITO

## A PARTIR DO OLHAR DOS ATORES SOCIAIS NO BAIRRO FLORESTA

VANESSA MARX  
ORGANIZADORA

# **4° DISTRITO**

**A PARTIR DO OLHAR  
DOS ATORES SOCIAIS  
NO BAIRRO FLORESTA**



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL**

---

Reitor

**Carlos André Bulhões**

Vice-Reitora

**Patrícia Helena Lucas Pranke**

Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica

**Júlio Otávio Jardim Barcellos**

---

EDITORA DA UFRGS

Diretora

**Luciane Delani**

Conselho Editorial

**Carlos Gustavo Tornquist**

**Henrique Carlos de Oliveira Castro**

**Janette Palma Fett**

**João Carlos Batista Santana**

**Jurandir Malerba**

**Luís Frederico Pinheiro Dick**

**Mônica Zielinsky**

**Otávio Bianchi**

**Patrícia Chittoni Ramos Reuillard**

**Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca**

**Luciane Delani, presidente**

## **Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)**

### **Diretor**

Luis Gustavo Mello Grohmann

### **Vice Diretor**

Diogo Joel Demarco

### **Conselho Deliberativo CEGO**

Diogo Joel Demarco, Lucia Mury  
Scalco, Luis Gustavo Mello Grohmann,  
Marcelo Lima Celente, Marília Patta  
Ramos, Paulo Gilberto Fagundes  
Visentini, Ricardo Augusto Cassel,  
Vanessa Marx.

### **Coordenação Coleção Editorial CEGO**

Cláudio José Muller, Gentil Corazza,  
Marco Aurélio Chaves Cepik

# 4º DISTRITO

## A PARTIR DO OLHAR DOS ATORES SOCIAIS NO BAIRRO FLORESTA

VANESSA MARX  
ORGANIZADORA

© dos autores  
1ª edição: 2022

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Coleção CEGOV**  
**Transformando a Administração Pública**

Revisão: Tatiana Weber Mallmann

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos Bischoff, Henrique da Silva Pigozzo

Capa e diagramação: Liza Bastos Bischoff

Apoio: Reitoria UFRGS e Editora UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Transformando a Administração Pública são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte.



---

Q1 4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais no Bairro Floresta [recurso eletrônico] / organizadora Vanessa Marx. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2022.  
124 p.: pdf

(CEGOV Transformando a Administração Pública)

1. Ciências Sociais. 2. Sociologia. 3. Atores sociais. 4. Administração pública. 5. Cultura. 6. Economia criativa. 7. Governança urbana. 8. Cidades. 9. 4º Distrito – Bairro Floresta – Porto Alegre. I. Marx, Vanessa. II. Série.

CDU 316.334.56:35

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-068-6

# SUMÁRIO

	PREFÁCIO	7
	<i>Luciano Fedozzi</i>	
	APRESENTAÇÃO	11
	<i>Vanessa Marx</i>	
1	METODOLOGIA E DIMENSÃO GLOBAL-LOCAL NO BAIRRO FLORESTA NO 4º DISTRITO	20
	<i>Vanessa Marx, Gabrielle Araújo e Maria Carolina Martinez Rodriguez</i>	
2	RECONHECENDO O TERRITÓRIO: A PRODUÇÃO DE CAMINHADAS E IMAGENS NO BAIRRO FLORESTA EM PORTO ALEGRE	38
	<i>José Luís Abalos Junior</i>	
3	ENTRE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA: A PRODUÇÃO DE CONSENSOS E CONTRADIÇÕES NO BAIRRO FLORESTA	49
	<i>Joana Winckler e José Luís Abalos Junior</i>	
4	GOVERNANÇA URBANA NO BAIRRO FLORESTA: AGENTES, ESTRATÉGIAS E PLANOS DE INTERVENÇÃO	70
	<i>Selena Tavares, Vitória Gonzatti de Souza e Joana Winckler</i>	
5	DIREITO À CIDADE E RELAÇÕES DE PERTENCIMENTO COM O BAIRRO FLORESTA A PARTIR DO OLHAR DOS COLETIVOS, MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	90
	<i>Sofia Nazario, Gabrielle Araújo, Mariana Castilhos e Vanessa Marx</i>	
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117



# PREFÁCIO

LUCIANO FEDOZZI

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, coordenador do Grupo de Trabalho Democracia Participativa, Sociedade Civil e Território do CEGOV/UFRGS.*

Qual a possível relevância em conhecer o olhar daqueles que moram, trabalham, transitam, lutam, entram em conflito, se associam e se divertem num dado território de uma cidade? E qual seria a importância de interpretar esses olhares à luz das teorias sociológicas urbanas que versam sobre os processos de interação social realizados nos espaços urbanos? E ainda, qual seria a importância de estudar as interações sociais realizadas por vários agentes, quando os territórios em questão estão sofrendo renovações sociourbanas as quais pretendem transformar as suas funções, seus usos e ocupações?

Para os estudos urbanos em geral, a resposta a essas perguntas é muito clara. Trata-se de máxima importância porque estes tipos de estudos nos falam do caráter das transformações em curso e de quais grupos mais se beneficiam delas. Desde o próprio nascimento das teorias sociais sobre o fenômeno urbano moderno, a produção desse tipo de conhecimento se revela de máxima importância. Seja na pioneira Escola de Chicago, seja nas abordagens que se tornaram referências para a compreensão da mutação do espírito social dos indivíduos na nova condição de vida das grandes metrópoles, como fez Simmel (1973), seja a partir das perspectivas críticas centradas na compreensão das contradições ensejadas pelo fenômeno urbano nas sociedades capitalistas, como mostrou Lefebvre (1968), este tipo de conhecimento é imprescindível para as ciências sociais em geral e para a vida nas sociedades contemporâneas.

É claro que essas referências citadas acima são díspares em aspectos teórico-epistemológicos, mas todas, além de outras importantes que não cabe citar aqui, demonstram: (a) o quanto a vida social de um determinado espaço físico urbano o constitui e ao mesmo tempo é constituída por ele; (b) o quanto a morfologia social surge a partir da mútua constituição entre ela e a produção física dos espaços e (c) o quanto esta dinâmica construtivista é também atravessada por relações de poder, desigualdades e diferenças de variada ordem e grandeza. Portanto, demonstram o quanto a urbanização é um fenômeno ao mesmo tempo social e físico, subjetivo e objetivo. A partir desses parâmetros gerais que tratam da gênese multivariada dos processos de urbanização, cabe destacar o mérito dos estudos aqui apresentados pelo Grupo de Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC) quando esses buscam contemplar também o conhecimento



sobre o sentido que os atores atribuem às mudanças em curso na renovação do bairro Floresta. Isso porque trata-se de investigar os processos de transformação de regiões ou de territórios que já tiveram uma existência consolidada anteriormente, como é o caso do 4º Distrito em Porto Alegre. Trata-se de uma grande área de Porto Alegre que abrigou no passado a concentração industrial e operária e que foi afetada pela desindustrialização das metrópoles brasileiras a partir dos anos 1970. Nesse sentido, a relevância dos estudos que vem sendo realizados sobre o 4º Distrito de Porto Alegre, pelos pesquisadores do GPSUIC, também reside no fato de que se trata de pesquisa sobre um objeto em transformação. Ou seja, de estudos sobre uma “renovação”, quando ela está ainda em construção, com toda a complexidade social e a indeterminação que isso implica tanto na história do bairro Floresta, enquanto objeto do estudo, como na própria condução da pesquisa. Essas condições específicas sobre o processo de renovação aqui estudado tornam a pesquisa mais difícil e desafiadora. Mas, ao mesmo tempo, adquirem certo privilégio por apanhar em ato os acontecimentos e por poder observar o peso diferenciado das diversas variáveis que vão configurando a renovação em questão.

Como se sabe, os processos de urbanização, e talvez ainda mais os de renovação de áreas desfuncionalizadas e degradadas, ocorrem nos marcos das políticas urbanas e das políticas de desenvolvimento socioeconômico que prevalecem nos regimes urbanos locais e no modelo de desenvolvimento do país, assim como da posição ocupada por este em sua inserção internacional. As renovações urbanas são fruto da confluência desses vários fatores de caráter macro e microssocial que atuam e se sobrepõem no tempo e no espaço em suas diversas escalas. São decisões públicas e privadas, individuais e coletivas, institucionais e do mundo da vida dos moradores/as.

Nesse sentido, a pesquisa sobre as renovações urbanas, como a do bairro Floresta, no 4º Distrito, ganha ainda mais relevo por meio da análise pormenorizada que nos é apresentada nos capítulos do livro, quando são consideradas tanto as condições locais do regime urbano quanto as condições impostas pelos contextos nacional e internacional. São decisões tomadas pelas instâncias do Estado e governos locais e pelos agentes privados dos diversos tipos de capitais urbanos – em especial, é claro, pelo capital imobiliário e financeiro – que conformam boa parte do sistema de regulações, incentivos e desincentivos que devem prevalecer nas ocupações e usos da área renovada.

Esta configuração da produção dos espaços das cidades apresenta, em geral, forte impacto dos interesses objetivos e da visão sociourbana dos atores que tem mais poder de influência no processo em questão. Assim, é muito relevante que o estudo ora apresentado situe o caso da renovação do 4º Distrito nos marcos das transformações que as políticas urbanas vêm sofrendo nas metrópoles brasileiras

e do mundo em geral. Com efeito, as transformações tecnológicas, sociais e econômicas que ocorreram a partir da segunda metade da década de 1970, decorrentes especialmente da globalização e da reestruturação produtiva, têm nas metrópoles um *locus* fundamental. E isso tanto para as potencialidades positivas do desenvolvimento socioeconômico quanto porque é nas metrópoles, em geral, que surgem as contradições sociais e ambientais produzidas nesse novo momento de produção do espaço urbano.

Estudos importantes realizados desde os anos 1960 apontam como as metrópoles aumentaram seu papel indutor do desenvolvimento econômico nacional. Outros estudos também indicaram o processo de disjunção entre Estado e Nação, economia e território, a partir da relação entre globalização e metrópoles. Isso porque esse novo contexto urbano-metropolitano tem como pano de fundo a hegemonia do modelo neoliberal de desenvolvimento capitalista e mudanças profundas da dinâmica de acumulação capitalista, agora em sua etapa de financeirização e de extrativismo infinito. Assim, os processos de urbanização e de metropolização vêm ocorrendo sob forte pressão para a mercantilização (ou remercantilização) dos territórios e dos serviços públicos, a fim de transformá-los em novos ativos para a acumulação do capital. A condição urbana, nas últimas décadas, vem sendo, assim, fortemente marcada pela dualização e polarização dos territórios, e pela segregação e gentrificação social. Tal desigualdade da estrutura social traduz-se na constituição de cidades duais, divididas e segregadas como marcas da organização do território, com importantes impactos negativos na sociabilidade, como demonstram as pesquisas levadas a cabo no Brasil pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) do Observatório das Metrópoles.

Esses resultados, que levam à exclusão de vastos setores sociais dos bens materiais, simbólicos e sociais que constituem a noção básica do direito à cidade, não são apenas produto das transformações da nova ordem do capitalismo internacional e de sua vinculação com as economias dos países e regiões. No plano local e regional, eles são viabilizados por regimes urbanos comandados por coalizações políticas aliadas ao complexo imobiliário-financeiro e pelas concepções difundidas de competição internacional entre as cidades, por meio do chamado *city marketing* e do *empreendedorismo urbano*, como modelo de gestão pública cada vez mais adotado no mundo e no Brasil.

Os marcos estruturais que delimitam as novas relações entre a produção do espaço urbano e o desenvolvimento do capitalismo globalizado e financeirizado, a partir do neoliberalismo, encontram oportunidades de ação por parte dos agentes que dominam os regimes urbanos locais, como é o caso de Porto Alegre a partir de meados dos anos 2000 e da maioria das metrópoles brasileiras. Esse novo contexto cria, naturalmente, constrangimentos nada desprezíveis para os atores que

buscam produzir espaços urbanos a partir do ideário do direito à cidade. Então, torna-se de grande relevância que estudos como esse, sobre a revitalização do 4º Distrito, possam indicar até que ponto a inflexão das políticas urbanas neoliberais na ordem urbana brasileira e de Porto Alegre nos últimos tempos estão se fazendo valer nessa renovação.

Por todas essas razões, os resultados das pesquisas do GPSUIC, ora apresentados, trazem grande contribuição para compreendermos os rumos que vêm sendo tomados pelas metrópoles brasileiras. Dessa forma, a pesquisa acadêmica não se exime do seu compromisso normativo, porque afirma que a produção do conhecimento deve estar associada a princípios éticos orientados pelo direito de todos e de todas a uma vida digna e plena de significados coletivos proporcionados pelas cidades, como nos dizia Lefebvre (1968).

## REFERÊNCIAS

SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

LEFEBVRE, Henri. *Le Droit à la ville*. Paris: Anthropos, 1968.

# APRESENTAÇÃO

VANESSA MARX

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC)*

Este livro é resultado da última etapa da pesquisa “O 4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais no bairro Floresta”, desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC). Esta última etapa consiste nas análises das entrevistas realizadas com atores sociais do bairro ou que têm relação com ele e busca contribuir para o desenho de políticas públicas urbanas mais democráticas e inclusivas no 4º Distrito e especificamente no bairro Floresta.

A pesquisa iniciou no ano de 2018 com o objetivo de descrever as relações complexas, convergentes e/ou contraditórias que vêm se estabelecendo entre os atores sociais na região do 4º distrito, especificamente no bairro Floresta, da cidade de Porto Alegre. Além de descrever as relações, consistia em verificar os tipos de influência: a financeirização e o direito à cidade.

Como objetivos específicos, buscamos analisar o papel dos atores sociais a partir das mudanças do contexto urbano ocorridas no bairro Floresta: (a) identificar os planos desenvolvidos para a área entre 2008 e 2018; (b) analisar a participação dos atores sociais nas mudanças que foram produzidas no bairro ao longo de uma década, como empreendimentos de economia criativa; (c) diagnosticar os projetos internacionais existentes no bairro Floresta e no 4º Distrito, tais como Cidades Resilientes, influência da Copa do Mundo de 2014 e consequente gentrificação da zona; (d) verificar a existência de interlocução dos atores sociais com gestores do município na elaboração de planos de revitalização do bairro que contemplem as ocupações existentes, o direito à moradia e a existência de Parcerias Público-Privadas na área; (e) descrever a convergência e a divergência da agenda dos atores sociais (moradores, movimentos sociais, associações culturais, artistas, etc.) em relação ao que está sendo planejado para a zona pelo poder local.

Seria importante ressaltar que escolhemos, nesta pesquisa, o conceito de ator social, a partir da teoria de Erving Goffman, ou seja, a condição ou a capacidade do indivíduo para interagir com outros indivíduos, principalmente no âmbito presencial, mais claramente, na vida cotidiana. Por sua vez, a interação é entendida como a mútua influência de uma pessoa sobre as ações de outra pessoa no momento que compartilha da presença física. A atuação ou *performance* é, então, a atividade

que desenvolve um participante cuja intenção exerce algum grau de influência sobre os outros atores envolvidos na interação social. Assim, uma relação social pode ser derivada a partir da repetição que um indivíduo faz das suas *performances* para os mesmos públicos. Finalmente, um papel social envolve a atuação de uma ou mais funções, que são representadas em audiências semelhantes (Goffman, 1959). Essas definições fazem parte da abordagem dramaturgica desenvolvida teoricamente por Goffman para analisar em profundidade as interações sociais em nível micro, entendendo que estas são peças de teatro e *performances*, nas quais ocorrem atuações com diferentes graus de intenção implementadas pelas partes interessadas.

Percebemos que, no mundo globalizado, a dialética entre Global-Local se estabelece com força na gestão das cidades. As cidades, os movimentos e organizações sociais e as empresas transnacionais tornaram-se agentes no sistema internacional, modificando os territórios e articulando-se por meio da governança global. A globalização e a influência, como novos atores, impactaram nos documentos produzidos pelas agências e organismos internacionais, como pudemos perceber nas contradições da Nova Agenda Urbana e da Habitat III, entre as parcerias público e privadas e o direito à cidade.

As disputas na cidade por meio de democratização dos usos e do espaço público são cada vez mais acirradas. As ocupações por moradia nas zonas centrais tornam-se um meio de reivindicação e de alerta sobre o déficit urbano e das desigualdades produzidas pela gentrificação de determinados bairros da cidade. O ativismo urbano, como forma de reivindicação de movimentos sociais que lutam pela moradia, coloca em evidência a exclusão promovida pelo sistema capitalista

Além do conceito de ator social, o referencial teórico do projeto foi construído a partir de três eixos estruturais: da financeirização das cidades (Fix, 2011; Rolnik, 2015), da internacionalização das cidades (Sassen, 2000; Marx, 2008) e do direito à cidade (Lefebvre, 2001; Harvey, 2014).

Podemos perceber que as cidades brasileiras vêm sendo atravessadas pela financeirização, ou seja, de um ponto de vista mais amplo, com transformações no setor imobiliário através da aliança entre fundos públicos com capital financeiro internacional (Fix, 2011) e que se traduzem nas cidades por meio de arranjos institucionais e de instrumentos de gestão urbana, como as parcerias-público privadas, as operações urbanas consorciadas, ou contratos administrativos de concessão. Por isso, consideramos importante analisar também a internacionalização das cidades e como os agentes internacionais vêm investindo e financiando as grandes obras urbanas e, ao mesmo tempo, exercendo influência sobre a gestão local. A cidade internacionalizada pode apresentar duas faces: a de um território atravessado pelas forças transnacionais e a de formação de redes internacionais solidárias, que podem reforçar as lutas políticas de inovação democrática, inclusão e direito

à cidade, no plano internacional, através de fóruns e organismos internacionais (Marx, 2008). A influência internacional poderia ser exercida para privilegiar alguns dos agentes nesta configuração de forças, como o mercado e as empresas transnacionais, ou poderia se dar com agentes que reiviniquem o pertencimento e o direito à cidade, mais democrática e inclusiva, gerando projetos urbanos também para os mais desfavorecidos e os das classes mais baixas, que poderiam ser expulsos frente a uma revitalização e gentrificação do bairro.

Em face a isto, consideramos que o conceito de direito à cidade, aqui neste trabalho, é fundamental para pensar não somente o direito à vida urbana (Lefebvre, 2001), mas um maior controle democrático sobre a produção e o excedente com a reivindicação de algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização (Harvey, 2014). O interesse em estudar os atores sociais e o ativismo urbano, no caso brasileiro, surge também pelo cenário de conflito exposto pelos megaeventos que aceleraram a política de financeirização de algumas cidades brasileiras, criando políticas de exceção no Brasil, para a captação de recursos internacionais para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

A partir destes três eixos de nossa pesquisa, de 2018 a 2021 foram produzidos artigos, que abordaram a perspectiva teórica, a descrição e caracterização do bairro Floresta e dos projetos para área, por meio de análise documental. Estes artigos foram publicados em capítulos de livros, periódicos e apresentados em congressos nacionais e internacionais. O primeiro artigo foi publicado em 2018, no Congresso de 20 anos do Observatório das Metrôpoles, denominado "A Financeirização no 4º Distrito: gentrificação e parcerias público-privadas no bairro Floresta" (Marx; Araujo; Silva, 2018). O segundo artigo foi publicado em 2019, no XVII Encontro Nacional da Associação de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), denominado "Estratégia Global-Local e reflexos no 4º Distrito de Porto Alegre" (Marx; Araujo; Souza, 2019). O terceiro artigo, "4º distrito e o bairro Floresta: avanço do empreendedorismo urbano ante as dinâmicas locais do território" (Marx; Araujo; Silva, 2020), foi apresentado no 19º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e posteriormente publicado no livro *Cidades Brasileiras, Temas e Questões para o debate*, em 2020. O quarto artigo, publicado em 2021 na *Revista Política e Planejamento Regional*, denominado "Relação global-local e transformação urbana no 4º distrito de Porto Alegre" (Marx; Araujo; Souza, 2021).

O quinto artigo, "A cultura e o patrimônio e uma possível gentrificação no bairro Floresta, Porto Alegre – RS" (Marx; Souza; Araujo; Silva, 2022), foi publicado pela *Revista Pós Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)* em março de 2022. Nestes anos de desenvolvimento da pesquisa, buscamos escrever um artigo por ano conforme íamos avançando na pesquisa.

Em relação à metodologia do projeto, partimos da abordagem epistemológica de que o objeto científico é construído (Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 1987), e, a partir disso, optamos pela pesquisa qualitativa que tem particular relevância para o estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida (Flick, 2004). As técnicas empregadas no trabalho de campo foram, em um primeiro momento, a análise documental sobre os planos do bairro, leis, artigos na imprensa, instrumentos de gestão urbana – como o plano diretor –, documentos, relatórios, dossiês, declarações, discursos, ensaios e outros materiais disponibilizados por meio de publicações, manuais e instrumentos normativos durante a última década.

Seria interessante ressaltar que, apesar do último plano para a região, o Masterplan, ter sido objeto de nossas análises nos últimos anos, nesta publicação incorporamos alguns elementos muito incipientes do +4D. O +4D consiste no novo plano pensado para o 4º Distrito, elaborado pela atual gestão municipal, iniciada em 2021. No período anterior à pandemia, realizamos observação participante, onde os pesquisadores do grupo de pesquisa puderam assistir a reuniões especializadas e a fóruns que tratavam sobre a temática, e observar o modo como as pessoas se relacionavam, conversavam, interagiam nos fóruns, reuniões e seminários que convergiam com a temática de transformação do bairro Floresta no 4º Distrito.

Com a pandemia da Covid-19, algumas reuniões virtuais foram observadas, como as do Conselho de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA) e as relativas ao 4º Distrito, nos órgãos governamentais, e as organizadas pelos movimentos e organizações sociais. Outro momento importante da pesquisa foi o de reconhecimento do território por meio de caminhada exploratória do GPSUIC no bairro Floresta e, posteriormente, com agentes, o que nos permitiu conhecer o que denominamos, na pesquisa, de “Alto” e “Baixo” Floresta, a fim de estabelecer percursos específicos com registros de imagens.

O último momento do trabalho de campo da pesquisa consistiu na realização de entrevistas com atores sociais, que foram realizadas de forma virtual em virtude do contexto da pandemia da Covid-19. As entrevistas nos permitiram captar a percepção destes em relação às mudanças que estão sendo produzidas no bairro e se estão tendo alguma incidência em nível individual ou coletivo nestas transformações.

Trataremos da parte das entrevistas no capítulo da metodologia, mas seria importante dizer que esta etapa foi um desafio em alguns aspectos: (a) construir de forma coletiva uma metodologia de pesquisa em estudos urbanos com dimensões, eixos de análise e temas; (b) conseguir realizar 17 entrevistas (oito entrevistados homens e nove entrevistadas mulheres) com equilíbrio de gênero entre entrevista-

dos/as nos quatro grupos; (c) discutir, coletivamente, ética e elaborar um termo de consentimento livre e esclarecido que fosse aplicado em ambiente virtual e em um contexto de pandemia. A Covid-19 afetou subjetivamente a todos e todas, já que muitas vidas foram perdidas nesses dois anos, além de nesse período ter ocorrido desemprego e aumento do emprego informal de insegurança alimentar, da fome, da pobreza e dos despejos.

Seria importante salientar que realizar pesquisa de forma remota também nos levou a um processo de análise dos resultados de forma conjunta, com a realização de duas oficinas virtuais no âmbito do GPSUIC sobre a ferramenta do NVivo. A parte do desenvolvimento da metodologia gerou um artigo publicado na revista *Cadernos Metrópole* denominado “A dimensão internacional nas transformações urbanas no bairro Floresta em Porto Alegre” (Marx, Scapini e Araújo, 2022) e, e um artigo apresentado no 20º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), em 2021, e que será publicado como capítulo de livro na segunda edição do livro *Cidades Brasileiras do Século XXI*.

Seria importante mencionar que os resultados das etapas desta pesquisa foram apresentados nos congressos da *International Sociological Association* (ISA), no Congresso Mundial da ISA, em Toronto, em 2018 e no Congresso do RC21 – Comitê de Pesquisa em Desenvolvimento Urbano e Regional, da Associação Internacional de Sociologia, realizado de forma virtual, em Antuérpia (Bélgica), em 2021.

Este livro busca, como mencionamos anteriormente, retratar a parte empírica da pesquisa, através do trabalho de campo realizado por meio das caminhadas exploratórias e entrevistas. Apresentamos agora os cinco capítulos que compõem a obra, além da apresentação e das considerações finais.

O capítulo 1, *Metodologia e dimensão Global-Local no bairro Floresta no 4º Distrito*, de Vanessa Marx, Gabrielle Araújo e Maria Carolina Martinez Rodriguez consiste em mostrar a metodologia elaborada para a pesquisa no 4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais no bairro Floresta, realizada pelo GPSUIC. A metodologia criada buscou, a partir de uma discussão de ética na pesquisa, recuperar a dimensão da transformação dos planos e projetos de requalificação urbana e problematizar isso a partir do olhar dos atores sociais e dos fenômenos urbanos que são produzidos na perspectiva global-local. Este caminho metodológico reflete no desenvolvimento do livro, pois nele são definidos dimensões, eixos e temas que dão origem às abordagens dos capítulos deste livro, além das caminhadas exploratórias no trabalho de campo e da realização de entrevistas com os atores sociais.

O capítulo 2, *Imagens e caminhadas: processos para construção do conhecimento sobre o território*, de José Luís Abalos Junior, busca trazer dois elementos centrais no reconhecimento do território do bairro Floresta: caminhadas e produções de imagens. Além disso, expõe que o estudo de caso de uma territorialidade exige



elementos iniciais de visualização da região estudada, como sua geografia, dinâmicas sociais e características paisagísticas. Ademais, relata as saídas coletivas exploratórias, nas quais pesquisadoras e pesquisadores do GPSUIC caminharam juntos, seguindo um pré-roteiro flexível, indicado por um mapeamento do bairro Floresta, e onde também foram estabelecidos diálogos com atores sociais importantes no território. Tais caminhadas incluíram a produção de imagens através do uso de equipamentos técnicos, como câmeras profissionais e celulares. O autor conclui que existe uma complementaridade profícua entre caminhar e produzir imagens como estratégias de reconhecimento territorial e a construção de narrativas visuais sobre o bairro Floresta.

O capítulo 3, *Entre Cultura e Economia Criativa: a produção de consensos e contradições no bairro Floresta*, de Joana Winckler e José Luís Abalos Junior, procura explorar duas dimensões importantes para a pesquisa: a cultura e a economia criativa. Em um primeiro momento, os autores abordam os atravessamentos, aproximações e diferenças entre essas duas esferas da vida social no território como objeto de estudo. Em seguida, apontam os principais planos de desenvolvimento econômico, social e urbano para essa região, a partir de uma perspectiva histórica. Através de entrevistas semiestruturadas com agentes importantes no bairro Floresta, identificam narrativas sobre as dimensões de cultura e economia criativa, colocando-as em paralelo por meio de critérios de análise, como vínculos com o território, poder público e parcerias de internacionalização. Por fim, refletem sobre como este território é imaginado por estes atores sociais e como é alvo de projetos e contradições.

O capítulo 4, *Governança urbana no bairro Floresta: agentes, estratégias e planos de intervenção*, de Selena Tavares, Vitória Gonzatti de Souza e Joana Winckler, apresenta as visões de atores envolvidos com o poder público e o mercado imobiliário, além de informações obtidas da mídia, sobre o bairro Floresta. As autoras apresentam o passado industrial do bairro e sua caracterização como uma região com potencial de valorização por ter parte de sua infraestrutura já instalada, movimentos orgânicos de economia criativa, um preço relativamente baixo por metro quadrado e galpões comerciais que podem e já estão sendo ressignificados. O bairro também poderia ser considerado como um bairro de passagem que se encontra degradado. As autoras relatam que foram feitos diversos projetos sobre a região, os quais são descritos em ordem cronológica no capítulo, com destaque para o Masterplan, além de outros em parceria com o Banco Mundial. Além disso, descrevem que o projeto mais recente é o +4D, no qual participa o Pacto Alegre e no qual há grande expectativa de ser realizado. Concluem dizendo que o 4º Distrito e, conseqüentemente, o bairro Floresta, são vistos como uma eterna promessa de se tornarem um modelo de indústrias criativas e de inovação.

O capítulo 5, *Direito à cidade e relações de pertencimento com o bairro Floresta a partir do olhar dos coletivos, movimentos e organizações sociais*, de Sofia Nazario, Gabrielle Araújo, Mariana Castilhos e Vanessa Marx, apresenta as questões centrais que atravessam o eixo da pesquisa a partir do olhar dos movimentos e organizações sociais e coletivos sobre o bairro Floresta e suas transformações sócio urbanas recentes. O relato das entrevistas semiestruturadas com representantes e lideranças presentes no território mostra a trajetória e o vínculo dos atores sociais no/com o bairro, bem como as percepções e a participação dos mesmos nas transformações em curso e as suas percepções sobre o possível futuro da região. Além disso, as autoras descrevem as redes e parcerias com o poder institucional e demais agentes dos projetos de reestruturação urbana do território, além da presença das igrejas no território. A partir das experiências situadas e as especificidades de cada grupo, se sobressai uma problemática comum: a negação do direito à cidade e àqueles e àquelas que foram excluídos do atual projeto de reestruturação do bairro Floresta, o qual apresenta tendências de financeirização urbana e uma possível gentrificação da região. Neste contexto, se identifica, através da fala dos atores sociais, proposições e a possibilidade de uma perspectiva contra-hegemônica e democratizante do debate urbano no território.

O livro apresenta as considerações finais da pesquisa onde o grupo descreve a perspectiva de futuro do bairro Floresta e do 4º Distrito, a partir dos capítulos e das entrevistas realizadas e de uma breve descrição da proposta recente de transformação da região a partir do projeto +4D, sendo impossível, ainda, prever os impactos, já que ainda está em processo de aprovação.

Por último, seria importante ressaltar que este livro busca reunir os dados empíricos e os resultados da pesquisa sobre o 4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais a partir dos integrantes do GPSUIC. O grupo de pesquisa reúne pós-doutorandos, doutorandos, mestrandos, mestres e graduandos que buscaram escrever de forma coletiva o desenvolvimento desta investigação.

O GPSUIC agradece a todas/os entrevistadas/os que contribuíram com seus olhares para o desenvolvimento desta pesquisa, assim como o apoio do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS para a diagramação e revisão deste livro. Por fim, agradecemos também ao Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) e a Editora UFRGS pela publicação da pesquisa na coleção Transformando a Administração Pública.

Por último, ressaltamos ainda que esta obra consiste em uma contribuição do GPSUIC para os debates que estão sendo realizados na cidade de Porto Alegre sobre a região do 4º Distrito e do bairro Floresta e também uma forma de devolver aos nossos entrevistados, que concederam parte de seu tempo no meio da pandemia, as conclusões desta pesquisa realizada na universidade pública. Esperamos

ter retratado os olhares dos atores sociais sobre o bairro Floresta e que esta pesquisa possa contribuir para a comunidade acadêmica, movimentos e organizações sociais e trazer elementos para o debate sobre a política pública urbana na cidade de Porto Alegre.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *El oficio del sociólogo*. México: Siglo Veintuno, 1987.

FIX, Mariana de Azevedo Baretto. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. 2011. 263 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GOFFMAN, Erving. *La presentación de la persona en la vida cotidiana*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2012.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, Vanessa. *Las ciudades como actores políticos en las relaciones internacionales*. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política e Administração) – Departamento de Ciência Política e Direito Internacional, Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, 2008.

MARX, Vanessa; ARAUJO, Gabrielle; SILVA, Luiz Henrique Apollo. 4º distrito e o bairro Floresta: avanço do empreendedorismo urbano ante as dinâmicas locais do território. In: BÓGUS, Lucia; GUIMARÃES, Iracema Brandão; PESSOA, Zoraide Souza (org.). *Cidades brasileiras: temas e questões para debate*. 1ed. São Paulo: Educ, 2020.

MARX, Vanessa; ARAUJO, Gabrielle; SILVA, Luiz Henrique Apollo. A Financeirização no 4º Distrito: gentrificação e parcerias público-privadas no bairro Floresta. *Anais [...]*. Congresso Observatório das Metrôpoles 20 anos, 2018, Rio de Janeiro. *As Metrôpoles e o Direito à Cidade: dilemas, desafios e esperanças*, 2018.

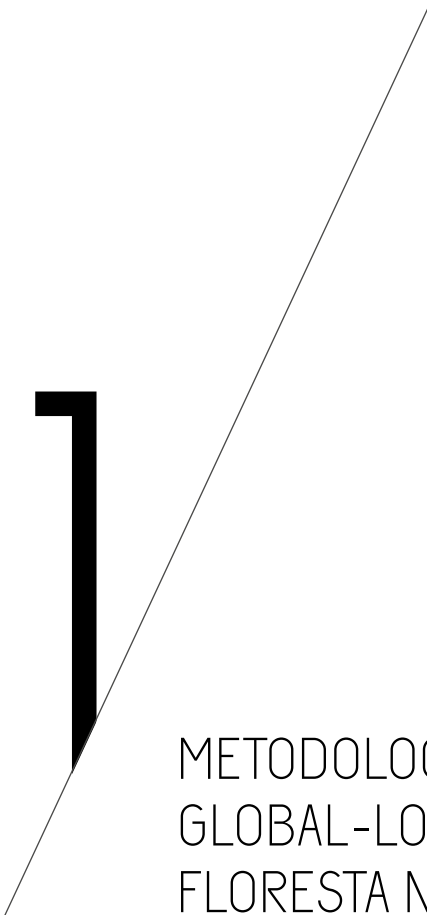
MARX, Vanessa; ARAUJO, Gabrielle; SOUZA, Vitória Gonzatti. Relação global-local e transformação urbana no 4º distrito de Porto Alegre. *Revista política e planejamento regional*, v. 8, p. 273-296, 2021.

MARX, Vanessa, SCAPINI, Gabriela Luiz e ARAUJO, Gabrielle. A dimensão internacional nas transformações urbanas no bairro Floresta em Porto Alegre. *Cadernos Metr pole*, v. 24, n. 54, p. 435-856, maio/ago. 2022.

MARX, Vanessa; SOUZA, Vitória. Gonzatti; ARAUJO, Gabrielle. Estratégia global-local e reflexos no 4  distrito de porto alegre. *Anais [...] XVIII ENANPUR*, Natal, 2019.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a coloniza o da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

colombo  
histórico prostituição  
negócios saúde população farrapos  
cidades problemas orçamento mudanças  
segurança desenvolvimento parceria  
reciclagem resiliência prédios  
escolas fórum moradores política governo movimento criativa  
escola política governo movimento criativa  
economia prédio conselho olhar  
mulher direito tempo cidade associação futuro  
família público projeto central estrutura  
demanda mulheres construção papeleiros diretor  
trajetória território bairro mundo negócio  
atores mundial distrito região flores redes  
shopping prefeitura espaço centro processo reunião  
moradia verdade floresta social ideia bairros  
cultura gurias pandemia estados espaços estratégia  
assentamento prefeito história comunidade brasil dinheiro  
crianças reuniões capital voluntários  
pública coletivo questões galera popular  
presidente quadra sociedade educação avesol  
empreendimento  
articulação secretaria



# METODOLOGIA E DIMENSÃO GLOBAL-LOCAL NO BAIRRO FLORESTA NO 4º DISTRITO

VANESSA MARX

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, coordenadora do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC) e coordenadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo Porto Alegre.*

GABRIELLE ARAÚJO

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e integra o Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização de Cidades (GPSUIC/UFRGS).*

MARIA CAROLINA MARTINEZ RODRIGUEZ

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e participa no Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização de Cidades (GPSUIC/UFRGS).*

## 1.1 INTRODUÇÃO

Neste artigo buscamos desenvolver a metodologia elaborada para a pesquisa no 4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais no bairro Floresta, realizada no âmbito do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC). Como mencionado anteriormente na apresentação do livro, realizamos investigação qualitativa com estudo de caso sobre o bairro Floresta.

Em primeiro lugar, seria importante ressaltar que a pesquisa de campo foi elaborada para além da análise documental e de reportagens sobre os planos e projetos do bairro e da região desde 1999 até 2016, com observação participante e realização de entrevistas em profundidade. No meio da pesquisa, o grupo manifestou o interesse de conhecer mais o território, por isso fizemos caminhadas exploratórias no bairro em um primeiro momento com os integrantes do GPSUIC, e, em um segundo momento, com atores sociais que nos mostraram seus percursos. Esta foi uma inovação metodológica neste estudo urbano sobre o bairro, que não estava pensada no projeto de pesquisa e que consideramos que foi muito importante para que os membros do grupo pudessem ter a percepção, por meio de suas subjetividades, sobre o bairro e ao mesmo tempo dialogar com quem vive nele.

Em segundo lugar, seria importante ressaltar que o trabalho de campo foi atravessado pela pandemia da Covid-19, o que nos impediu de realizar caminhadas e observação participante no ano de 2020, e nos levou a pensar que as entrevistas teriam que ser realizadas virtualmente no ano de 2021. A partir desta nova realidade, fizemos um debate coletivo para construção de dimensões, eixos e temas para depois elaborar o roteiro semiestruturado das entrevistas, e realizamos, também, um debate de ética na pesquisa, e em pesquisa realizada de forma virtual.

Em terceiro lugar, cabe mencionar que o processo de pesquisa também foi um processo de aprendizagem das ferramentas que poderiam ser usadas para que pudéssemos trabalhar com os resultados. Foram realizadas duas oficinas virtuais sobre NVivo e também a elaboração de um mapa de palavras, para que pudéssemos inserir na ferramenta.<sup>1</sup> O mapa de palavras assim como as dimensões, eixos e temas para a preparação do roteiro, buscou-se articular com o debate teórico elaborado anteriormente sobre os conceitos de financeirização das cidades, internacionalização das cidades e direito à cidade. Além disso, problematizamos a questão multiescalar através das agendas que vêm sendo pensadas para este território

---

<sup>1</sup> As oficinas foram realizadas de forma virtual no mês de outubro e novembro de 2021 pelo professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) Fernando de Gonçalves.

desde o local, nacional e internacional. Verificamos, nessa pesquisa, que a relação global-local tem um lugar central para pensar como a cidade pode ser atravessada por múltiplas forças e agentes.

A metodologia criada buscou recuperar a dimensão da transformação dos planos e projetos de requalificação urbana e problematizar isso a partir do olhar dos atores sociais e dos fenômenos urbanos que são produzidos na perspectiva global-local. Seria importante ressaltar que este artigo complementa o que foi elaborado em dois artigos anteriores, o primeiro na revista *Cadernos Metrôpoles* e o segundo, que está no prelo, como capítulo de livro do Comitê de Pesquisa de Sociologia Urbana da Sociedade Brasileira de Sociologia.<sup>2</sup> Neste capítulo buscamos registrar como o processo de pesquisa foi realizado demonstrando os resultados do trabalho de campo, as experiências particulares no/com o bairro, assim como a conformação de redes, de relações de convergências, assimetrias e conflitos e, ao mesmo tempo, contribuir para os debates sobre pesquisas em estudos urbanos.

## 1.2 O CAMINHAR PARA SENTIR E CONHECER O BAIRRO FLORESTA

O bairro Floresta está situado na região do 4º Distrito de Porto Alegre e possui uma população de 16.085 habitantes dos 1.409.351 habitantes da cidade de Porto Alegre, segundo dados do Censo de 2010, representando 1,14 % da população do município. Com área de 2,19 km<sup>2</sup>, representa 0,46 % da área do município, sendo sua densidade demográfica de 7.344,75 habitantes por km<sup>2</sup>. A taxa de analfabetismo é de 1,24 % e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 6,00 salários-mínimos (Observapoa, 2022).

A região do 4º distrito é delimitada por cinco bairros principais da zona norte do município: Humaitá, Farrapos, Navegantes, São Geraldo e Floresta. A área compreende 892 hectares considerados estratégicos em termos logísticos e na relação global-local de Porto Alegre, pois estão conectados com o aeroporto internacional, rodoviária e área do cais da cidade. De uma perspectiva geral, Porto Alegre apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,805 e o bairro Floresta de 0,878 (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2020), sendo alvo

---

<sup>2</sup> As autoras agradecem a Gabriela Luiz Scapini pesquisadora e coautora dos artigos da Revista *Cadernos Metrôpoles* e de artigo apresentado ao CP de Sociologia Urbana da SBS que são artigos que antecedem este capítulo.



de ações de investimento hoje e caracterizando-se pela sua proximidade ao Centro Histórico e ao Moinhos de Vento, bairro de classe média-alta da cidade que avança sobre o Floresta. Partindo dessa delimitação territorial, podemos perceber que as iniciativas e os empreendimentos existentes nos bairros que compõem essa região, entre os anos de 2008 e 2018, são atravessados por empreendimentos imobiliários e de agentes como artistas, gestores e idealizadores da formação de um distrito criativo, sendo o bairro Floresta um bairro predominantemente de serviços (Marx; Araujo; Silva, 2020).



Figura 1 – Mapa com delimitação do 4º Distrito de Porto Alegre

Fonte: Marx, Araújo e Silva (2020) a partir do Google Maps.

A aproximação inicial com o bairro Floresta, bem como com alguns dos atores que possuem vínculo e atuação nesse território, ocorreu a partir de caminhadas coletivas dos integrantes do grupo de pesquisa. Esta ferramenta para reconhecimento territorial surgiu nas discussões internas do grupo como um caminho exploratório interessante para conhecer o bairro e suas dinâmicas cotidianas, bem como para traçar percursos com atores sociais a partir de suas vivências locais, apreendendo conexões e desconexões, conflitos e alianças.

Inspirando-se em Sennett (2018), sobre as caminhadas na cidade como um ato de conhecer a si mesmo, pensamos as caminhadas pelo bairro como uma possibilidade de conhecer também o olhar do outro. Ademais, buscamos nos aproximar da ideia de *flâneur* (Sennett, 2018), num movimento aberto às experiências do/no lugar e suas particularidades (Jacobs, 2011).

Com o intuito de conhecer o bairro – em seus aspectos materiais, econômicos e socioculturais – por intermédio das caminhadas, buscamos mapear a diversidade de formas, usos e estéticas, como também a diversidade de espaços, atores, projetos e relações que ali se constituem. Nas caminhadas guiadas, atentamos ao olhar e às narrativas situadas marcadas por suas histórias, vínculos, apropriações, redes e atuações no bairro Floresta. Utilizamos, para o registro das observações, fotografias, gravações de áudio e anotações em diários de campo. Essas ferramentas foram relevantes para o compartilhamento coletivo das percepções individuais. Neste sentido, foi realizada posteriormente uma Oficina de Produção e Leitura de Diário de Campo.<sup>3</sup>

No total, foram realizadas cinco caminhadas exploratórias, as quais ocorreram ao longo do segundo semestre de 2019. Destas, quatro foram guiadas por atores sociais e uma, a inicial, foi definida pelo grupo de pesquisa a partir de algumas impressões e observações prévias da pesquisa acerca do território. Em especial, a existência de distintas territorialidades no bairro Floresta, evidenciadas pela presença/ausência de grupos sociais e sujeitos; por estéticas e formas urbanas contrastantes; e pela inclusão/exclusão desses territórios nos projetos e planos urbanos do governo municipal em parceria com redes privadas e internacionais. Para efeitos analíticos, definimos esses territórios como “Alto Floresta” e “Baixo Floresta”.

Essa divisão foi delineada a partir das três avenidas principais que atravessam o bairro – Avenida Cristóvão Colombo, Avenida Farrapos e Avenida Voluntários da Pátria – e que delimitam os limites espaciais do Floresta em relação a outros bairros adjacentes. Ressalta-se que a Farrapos, importante avenida que conecta o centro da cidade a sua Região Metropolitana, foi identificada como o ponto de (des)conexão entre as distintas territorialidades, figurando como uma espécie de fronteira urbana porosa.

Neste sentido, o “Alto Floresta” corresponde à área próxima ao bairro nobre Moinhos de Vento, localizando-se entre a Av. Cristóvão Colombo e a Av. Farrapos, e se caracteriza pela presença de artistas e pequenos empreendedores, e pela presença de um movimento de expansão cultural e imobiliária que evidencia uma possível elitização, com marcas internacionais. Destaca-se a atuação expressiva de agentes da economia criativa e compartilhada que se relaciona com mudanças na paisagem urbana da região, tais como os circuitos de grafites. Já o “Baixo Floresta”

<sup>3</sup> Esta parte será aprofundada no capítulo 2 deste livro.

localiza-se entre a Av. Farrapos e a Av. Voluntários da Pátria, na fronteira com o Centro Histórico de Porto Alegre e a Orla norte do lago Guaíba. Esse território é marcado pelo processo de desindustrialização, que se faz visível nos grandes vazios urbanos, tais como prédios abandonados, amplos terrenos com ruínas urbanas e antigos galpões em estado de degradação. Ademais, caracteriza-se pela presença de movimentos sociais, coletivos, sujeitos e grupos populares, como catadores de materiais recicláveis, moradores em situação de rua, escola de samba, comércios populares, trabalhadoras do sexo, moradores de ocupações e loteamento urbano.

Em um segundo momento, convidamos, para caminhar conosco, quatro pessoas com diferentes tipos de vínculos e atuação no bairro. Considerou-se o critério da pluralidade de atores sociais que vivem e atuam no Floresta, o que nos possibilitou aprofundar o conhecimento acerca das territorialidades do “Alto Floresta” e “Baixo Floresta”, nas suas especificidades, alianças e conflitos. Os atores sociais foram identificados através da rede de contatos do grupo de pesquisa, e os percursos das caminhadas foram escolhidos pelos atores sociais, relacionando-os com suas vivências e relações com/no bairro.



Figura 2 – Mapa com espacialização dos limites do bairro Floresta (2016)

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre – ObservaPOA (2018).

As caminhadas pelos percursos escolhidos pelos atores sociais nos mostraram subjetivamente seu conhecimento e experiência com o bairro, além dos pontos importantes e conflitivos em suas vivências no Floresta, permitindo apreender aspectos do universo de relações específicas de cada ator no território.

De modo geral, aponta-se que as caminhadas exploratórias possibilitaram (re)conhecer o território investigado e algumas das dinâmicas que nele ocorrem, tais como os laços de pertencimentos, as lógicas de inserção e apropriações distintas, os diferentes contrastes sociourbanos, os conflitos e redes de cooperação existentes entre atores diversos e a influência internacional na região. Ademais, possibilitar a identificação de mudanças tanto objetivas como subjetivas.

Ao final desses percursos, o grupo avaliou as caminhadas exploratórias como uma ferramenta metodológica importante para conhecer as dinâmicas socioespaciais e urbanas que atravessam o bairro Floresta na atualidade, bem como o olhar dos atores sociais que vivem e atuam neste território. Deste modo, foi pensada a possibilidade de continuidade, ampliando os percursos guiados. Contudo, o início da pandemia da Covid-19, com suas restrições sanitárias, impôs um limite à pesquisa e optou-se pelo encerramento dessa etapa. As informações coletadas foram utilizadas como base para a construção da etapa seguinte – as entrevistas semiestruturadas –, próximo tópico a ser abordado.

## 1.3 O PROCESSO DE PREPARAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM ATORES SOCIAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19

Com as restrições sanitárias da Covid-19, o que significou a impossibilidade de interação presencial, surgiu o interrogante de como dar continuidade à pesquisa de campo através da realização de entrevistas. Nortearam esse debate, no âmbito do grupo de pesquisa, as seguintes questões: a identificação de interlocutores; o acesso e conhecimento dos entrevistados das tecnologias e plataformas online; a ética na pesquisa; o tipo de roteiro e a dinâmica das entrevistas. Optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas em plataformas online, as quais foram realizadas em pequenos grupos compostos por integrantes do GPSUIC.

Em termos conceituais, as entrevistas foram pensadas como uma modalidade de interação social entre duas ou mais pessoas, que valoriza o uso das pala-

bras, dos seus significados, símbolos e signos que surgem ao longo desta interação guiada, em que os atores sociais buscam dar sentido à experiência social e à realidade que os cerca (Fraser; Gondim, 2004). Neste sentido, o seu uso permitiu captar os olhares dos atores sociais acerca do território, a partir de suas experiências sociais no/em relação a ele, em como percebem a realidade que os cerca.

Decidiu-se pela entrevista do tipo semiestruturada, caracterizada por um roteiro com questões previamente estabelecidas, o que possibilitaria contrastar as falas entre diferentes atores, apreendendo pontos convergentes e/ou divergentes, ao mesmo tempo que permitiria certa flexibilidade, durante a entrevista, para a inclusão de novas perguntas a partir das narrativas dos nossos interlocutores, além de possibilitar maior espaço de fala aos atores. Com isso definido, debatemos a construção de um roteiro-guia da pesquisa, partindo dos conceitos principais (financeirização, direito à cidade e internacionalização das cidades) e avaliando quais eram os objetivos da investigação. Considerou-se a importância do grupo manter uma coesão em relação aos propósitos da pesquisa.

Em continuidade, o grupo passou para a fase de seleção e mapeamento dos atores-chave do/no território. Priorizaram-se os atores que poderiam ter algum tipo de envolvimento e/ou participação na região, ou por serem afetados/beneficiados pelos projetos de requalificação urbana do 4º Distrito, em especial no bairro Floresta. A partir deste critério inicial, realizou-se uma releitura dos cadernos de campo produzidos nas caminhadas exploratórias para localizar atores citados durante os percursos. Por fim, utilizou-se a coleta de informações, em sites na web, jornais locais de grande circulação e em trabalhos acadêmicos, relacionadas a entidades que poderiam ter alguma incidência na região.

Com o resultado do mapeamento, construiu-se a amostra dos atores sociais a serem entrevistados, buscando contemplar a diversidade entre eles, a possibilidade de contrastar as realidades e de compreender as dinâmicas do território em estudo.

Com estes objetivos em mente, discutiu-se a construção de quatro eixos analíticos para orientar a realização das entrevistas: (a) Cultura e Economia Criativa; (b) Coletivos, associações e religiões; (c) Movimentos e Organizações Sociais; e (d) Mercado Imobiliário e o Poder Público.<sup>4</sup> Os integrantes do grupo de pesquisa se dividiram de acordo com seus interesses de pesquisa em cada um dos eixos analíticos formando grupos.

---

<sup>4</sup> Para esta publicação, a nomenclatura dos eixos passou por ajustes, sendo redefinida em específico para os eixos b e c. Acrescentou-se a categoria Coletivos (eixo b) e substituiu-se a terminologia Assentamentos, Ocupações e Loteamentos pelas categorias mais abrangentes de Movimentos e Organizações Sociais (eixo c). As análises destes eixos foram elaboradas em artigo no capítulo 5.

O grupo de Cultura e Economia Criativa buscou identificar atores que atuavam em redes, empreendimentos criativos, tecnológicos, de inovação e com a promoção da arte e cultura no bairro Floresta. O grupo de Coletivos, associações e religiões buscou coletivos e associações com atuação no bairro tais como ONGs e centros que promovem os direitos sociais e humanos para a população local – neste grupo foram incluídas associações religiosas que atuam no bairro Floresta.

O grupo de Movimentos e Organizações Sociais buscou identificar atores que poderiam estar em assentamentos, ocupações e loteamentos urbanos localizados no bairro Floresta e que promovem o direito à moradia e o acesso à região para a população mais vulnerabilizada socialmente. O grupo Mercado Imobiliário e Poder Público buscou atores que trabalham desde o âmbito institucional, conselhos, entre outros. Neste grupo também foram incorporados representantes do mercado imobiliário que trabalham com empreendimentos ou estão investindo no bairro.

Esta organização teve uma importância fundamental para a pesquisa de campo, pois permitiu que cada um dos grupos pudesse discutir acerca do seu eixo e localizar os principais atores sociais enquadrados em cada um deles. Após a imersão e discussões internas nos grupos a respeito dos eixos, foram selecionados atores sociais para as entrevistas. Esta definição foi apresentada e debatida no âmbito do grupo de pesquisa, e foi marcada pela decisão de respeitar a distribuição de gênero, de modo a incluir atrizes sociais para dar maior protagonismo a elas nas cidades, pois muitas vezes acabam sendo invisibilizadas em pesquisas nos estudos urbanos.

A etapa seguinte correspondeu à definição das dimensões e dos temas orientadores da elaboração do roteiro de perguntas semiestruturadas. Para tanto, realizou-se um diálogo entre teoria e empiria, resultando na formulação de quatro dimensões, usadas em todos os eixos, e sempre pensando em apreender aspectos da dualidade global-local e identificar como está sendo formada a coalizão-poder-agenda para este território: (a) Dimensão da Trajetória do Ator Social no bairro Floresta; (b) Dimensão Inserção e Vínculos com o bairro; (c) Dimensão Transformação do bairro Floresta (Presente e Futuro); (d) Dimensão Redes e Interlocação com outros Agentes.

Finalizadas as dimensões da pesquisa, foram discutidos os temas, que variaram conforme cada um dos eixos e grupos, pois considerou-se a existência de distinções na escala de atuação e vínculos com o bairro entre eles, por exemplo, uma associação ou coletivo possui uma escala de ação diferente de um órgão público. Entre os temas trabalhados podemos mencionar: (a) na dimensão trajetória do ator social: intencionalidade, laços de pertencimento com o bairro, relação com o coletivo, apresentação e conhecimento, narrativa sobre o bairro, vínculo e per-

tencimento e relação com o coletivo e com o espaço; (b) na dimensão inserção e vínculo com o bairro: socialização no bairro, associativismo e participação, intencionalidade atuação no bairro, relações pontuais e parcerias no bairro, história do coletivo no bairro, relações de vizinhança, cooperação e conflito no bairro; (c) na dimensão transformação do bairro (presente e futuro): percepção, projetos, participação, percepção das transformações, percepção e conhecimento de projetos; (d) na dimensão Redes e Interlocação com outros Agentes: parcerias institucionais, redes com organizações culturais e da economia criativa, redes e parcerias com outros projetos, relações e parcerias com o poder público, redes com organizações da sociedade civil, redes com a sociedade civil e entidades privadas.

Partindo dessas definições prévias gerais foram construídos os roteiros-guias para as entrevistas semiestruturadas. Cada subgrupo elaborou um conjunto de questões identificadas como relevantes, considerando o eixo ao qual estava vinculado. Assim, embora a elaboração das entrevistas tenha sido orientada por um quadro metodológico comum, os roteiros de perguntas foram adaptados considerando especificidades dos sujeitos e organizações pesquisados. Por fim, seria importante salientar que esta construção buscou evitar a indução da fala dos atores/atrizes sociais a partir de visões pré-concebidas e informações prévias que o grupo já possuía, dando maior abertura para que trouxessem seus olhares sobre os fenômenos investigados, em observância com os truques de pesquisa de Howard Becker (2007).

Como descrito anteriormente, a pesquisa foi alterada pela pandemia da Covid-19. Essa situação suscitou questionamentos e reflexões para o grupo sobre como abordar os sujeitos participantes por meio virtual, respeitando as diretrizes da investigação, sem manipular ou ultrapassar os limites da privacidade dos entrevistados. O grupo decidiu abordar a questão da ética dedicando uma reunião exclusivamente para discutir quais critérios éticos deveriam ser levados em conta para a realização das entrevistas e para o tratamento confidencial das informações dentro do grupo de pesquisadores.

Entendemos que a ética é a disciplina dedicada a estudar como os seres humanos classificam e catalogam boas e más ações. A ética nos permite refletir, com o passar do tempo, sobre o modo como os seres humanos se alteram e se adaptam a novas formas de compreender o bem e o mal. Nas ciências sociais, também houve amplos debates sobre a ética da pesquisa social. Tem sido um caminho repleto de diferentes posicionamentos, em que o papel dos pesquisadores na imersão da vida privada dos participantes das entrevistas, observações, estudos etnográficos e pesquisas começou a ser questionado. Os avanços científicos e tecnológicos têm beneficiado a humanidade de várias maneiras ao longo da história, melhorando a qualidade de vida das pessoas. Porém, o desenvolvimento das pesquisas que acom-

panharam esses avanços implicou problemas éticos que deveriam ser resolvidos à luz de padrões mínimos de conduta para salvaguardar os direitos das pessoas.

Os antecedentes mais imediatos dos códigos éticos na pesquisa em ciências sociais encontram-se no campo da saúde, especificamente a partir dos acontecimentos ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial, quando os prisioneiros de guerra foram utilizados para experimentos científicos sem seu consentimento e em detrimento de sua própria vida. Várias investigações icônicas das ciências sociais durante os séculos XIX e XX tornaram-se exemplos do que não deve ser permitido em termos de violação de direitos humanos de pessoas que participam de estudos sociais: invasão de privacidade, engano, fornecimento de informações falsas para convencer os participantes, induzir os resultados de pesquisas com fins políticos, promover o racismo, o classismo e o sexismo, entre outras práticas nocivas na construção do conhecimento científico (Hall, 2008; Jacorzynski, 2013).

Assim, com base em diferentes diretrizes internacionais, foram construídos acordos transversais para a pesquisa nas ciências sociais. Por exemplo, a partir da década de 1980, os comitês de ética em pesquisa passaram a fazer parte do protocolo em pesquisa social; e, a partir de 2005, a inclusão da pesquisa social na Declaração da Unesco sobre Bioética e Direitos Humanos foi um fato contundente (Hall, 2008).

Das diferentes declarações internacionais, podemos extrair algumas premissas que aceitamos na nossa investigação: (a) Validade científica: Patrocinadores, pesquisadores e comitês de ética em pesquisa, de acordo com as Diretrizes do Conselho de Organizações Internacionais das Ciências Médicas (CIOMS), “[...] devem garantir que os estudos propostos sejam cientificamente sólidos e construídos sobre uma base de conhecimento prévio adequado e que possam gerar informações valiosas” (OPS, 2016, Diretriz 1); (b) Respeito pela dignidade dos participantes; (c) O consentimento voluntário do sujeito humano é absolutamente essencial; (d) Evitar danos às pessoas: como diz a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da Unesco: em todas as investigações “[...] os possíveis efeitos prejudiciais a essas pessoas devem ser minimizados” (Unesco, 2005); (e) Justiça: conforme declarado na Declaração de Política Tri-Council do Canadá, justiça é um princípio fundamental de ética em pesquisa que se refere: a obrigação de tratar as pessoas com justiça e igualdade. A igualdade envolve tratar todas as pessoas com igual respeito e preocupação. Igualmente, exige a distribuição dos benefícios e atribuições da participação na pesquisa de forma que nenhum segmento da população seja indevidamente onerado pelos males da pesquisa ou negando os benefícios do conhecimento gerado a partir da Declaração de Política Tri-Council: conduta ética para pesquisa envolvendo seres humanos (Canadian Institutes of Health Research, 2018). Em suma, nosso grupo de pesquisa, seguindo os princípios éticos, principalmente em ambiente virtual, discutiu coletivamente o



compromisso e a responsabilidade de: (a) proteção da saúde física e mental dos participantes; (b) consentimento informado voluntário dos participantes; (c) privacidade e confidencialidade das informações; (d) tratamento correto das comunidades onde a pesquisa é realizada.

## 1.4 A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Depois da discussão dos eixos, dimensões, temas e ética, optou-se por realizar as entrevistas através de plataformas online, com duração de cerca de uma hora a uma hora e meia. Seguindo os critérios apresentados acima acerca da estruturação dos roteiros em eixos, dimensões e temas, respeitando a distribuição de gênero, e considerando o debate de ética expresso na construção de um termo de consentimento,<sup>5</sup> cada grupo ficou responsável por entrevistar atores selecionados pelo grupo.

Nesta direção, cada grupo teve autonomia para compor a sua dinâmica de entrevista. Por exemplo, um dos grupos optou por se dividir em blocos e cada integrante ficou responsável por um bloco de questões durante a mesma entrevista. Outro grupo trabalhou com um rodízio de entrevistadores para cada entrevista e os demais integrantes ficaram responsáveis por mediar a entrevista e fazer anotações. Uma estratégia importante, relacionada às tecnologias da informação, foi a utilização, simultânea, das redes sociais particulares como meio para orientar o andamento das entrevistas. Considerando a dimensão coletiva da pesquisa de campo, foi possível compartilhar impressões ao longo da realização da entrevista, de modo a auxiliar na identificação de pontos a serem aprofundados ou explorados, bem como de retomar o eixo da entrevista nos momentos em que os entrevistados se distanciavam das questões da pesquisa.

---

<sup>5</sup> Como resultado da discussão de ética, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi disponibilizado com antecedência aos nossos entrevistados. Este documento continha: informações sobre a pesquisa – o vínculo com o GPSUIC e a UFRGS; os objetivos da investigação; breve resumo sobre os temas a serem abordados; a dinâmica da entrevista online com indicação de tempo de duração; a garantia do anonimato; o direito de recusa da participação e do acesso aos resultados da pesquisa; um informe do uso dos dados para fins apenas acadêmicos. O TCLE continha também uma declaração, por parte dos entrevistados, acerca da compreensão dos objetivos e da sua participação na pesquisa, bem como uma autorização da gravação e uso das entrevistas. Por fim, foi disponibilizado o contato dos pesquisadores responsáveis para qualquer esclarecimento e/ou dúvidas.

Seria importante mencionar que, na realização do contato com o/as entrevistado/as, preocupou-se em informar sobre os objetivos da pesquisa e entregar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assim como em garantir formas para o acesso à internet e à plataforma online se necessário. Na parte inicial das entrevistas, antes de iniciar o roteiro de perguntas, foi realizada a leitura do Termo, com espaço para dúvidas e esclarecimentos e com o pedido de concordância do/as entrevistado/as. Por fim, solicitou-se permissão para a gravação (de vídeo/voz) para registro e posterior análise.

Durante o período de realização das entrevistas, o grupo estabeleceu uma dinâmica de compartilhamento das observações principais acerca do olhar dos atores/atrizes entrevistados. Assim, as reuniões quinzenais foram dedicadas ao relato dos integrantes dos grupos de pontos identificados como relevantes. Esta atividade permitiu um mapeamento prévio de questões mais gerais e específicas, bem como de aproximações e distanciamentos nas narrativas dos nossos interlocutores sobre suas trajetórias, percepções, redes e ações. Configurou-se, assim, como uma prévia de sistematização, auxiliando na codificação e construção de um mapa conceitual para a análise final da pesquisa. Considerando a complexidade do campo de pesquisa que buscou abordar o olhar de atores vinculados a distintos grupos inseridos no território, com poder variado de atuação e atravessado por diversas relações do local ao global, esta estratégia permitiu visualizar diferenças/semelhanças tanto internamente aos subgrupos quanto entre os subgrupos. Pensando, em particular, nos termos de uma pesquisa coletiva, essa estratégia mostrou uma dinâmica muito profícua para elaboração de uma visão de conjunto.

Na última parte deste artigo seria importante mencionar que, depois da realização das entrevistas, decidimos trabalhar com os resultados de forma coletiva com todos os grupos, mas antes realizamos duas oficinas de NVivo e, entre elas, fizemos um mapa de palavras de forma coletiva a partir da leitura das transcrições das entrevistas para que pudéssemos usar na ferramenta. Neste mapa de palavras, construímos os seguintes pontos que posteriormente seriam trabalhados no NVivo: (a) subjetividade no território; (b) território; (c) histórias; (d) grandes projetos para o território; (e) parcerias; (f) internacionalização; (g) financeirização; (h) fronteiras; (i) direito à cidade.

Seria importante mencionar que, respeitando o anonimato dos entrevistados, as entrevistas foram divididas da seguinte maneira: (a) Cultura e Economia Criativa E1, E2, E3 e E4; (b) Poder Público e Mercado Imobiliário E5, E6, E7, E8; (c) Coletivos, Associações e Religiões E9, E10, E11, E12, E13; (d) Movimentos e Organizações Sociais E14, E15, E16, E17.

Como possíveis interpretações gerais do NVivo, seria importante destacar que avenidas e ruas, bairro e região apareceram em muitas entrevistas e que fo-

ram analisados a partir do ponto de fronteira do mapa de palavras. Este resultado se articula com as caminhadas realizadas e com o território pensado pelo grupo de pesquisa. A Avenida Farrapos aparece como a avenida mais mencionada nas entrevistas, com 25 referências, seguida pela Avenida Voluntários da Pátria (13 referências) e por último pela avenida Cristóvão Colombo (10 referências). Em relação à região, seria importante mencionar que, nas entrevistas, o Centro-Histórico apareceu com 96 referências, seguido pelo 4º Distrito (72 referências) e pelo bairro Floresta (45 referências), o que poderia nos indicar uma ligação forte do bairro Floresta com o Centro-Histórico, apesar de fazer parte do 4º Distrito.

Em relação aos conceitos da pesquisa, classificamos o direito à cidade através das seguintes referências de nossos entrevistados: educação (78), participação (77), mobilidade (66) e habitação (59). A financeirização aparece referenciada através das palavras banco (21) e mercado imobiliário (18) e, por último, a internacionalização aparece com referência ao Banco Mundial (19), iniciativas privadas (16) e redes internacionais (9). Destacamos, ainda, que, ao falar de parcerias o poder público aparece como primeira referência (100), seguido pelas associações (99). Em relação ao território, a cultura aparece como primeiro elemento de caracterização do bairro Floresta, seguida pela gastronomia. Contudo, poderíamos interpretar o bairro como um território de contradições, pois, em terceiro lugar, aparecem as palavras periferia e prostituição.

Para finalizar, cabe mencionar que, através do NVivo, foram geradas nuvens de palavras para cada capítulo deste livro, para que assim pudéssemos visualizar as palavras com maior incidência nas entrevistas dos grupos.

## 1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a metodologia desta pesquisa possibilitou compreender as dinâmicas do bairro a partir do olhar de diferentes atores sociais que têm incidência neste território, captando as conflitualidades, disputas, e como as coalizões estão sendo produzidas, quais grupos que estão sendo incluídos e excluídos dos projetos de revitalização. Também permitiu compreender a incidência internacional no local, através das articulações em rede, que se fazem presentes no território e que têm produzido alterações sociourbanas no bairro Floresta. Assim, este trabalho busca contribuir para as discussões acerca da metodologia em estudos urbanos. Seria importante ressaltar que foi um desafio realizar a pesquisa de forma coletiva, de forma virtual e em um contexto adverso de pandemia da Covid-19, que alterou a nossa forma de vida, de produzir conhecimento e de fazer pesquisa.

Consideramos também que as caminhadas pelo bairro, realizadas em 2019, foram uma inovação metodológica não prevista no projeto de pesquisa e que foram importantes para que os pesquisadores pudessem conhecer o território e também, através de suas subjetividades, identificar de forma individual e coletiva as transformações sociourbanas em curso e explorar analiticamente as características e contrastes do que definimos como “Alto Floresta” e o “Baixo Floresta”. Além disso, em um segundo momento caminhar com atores sociais seguindo os seus percursos e olhares foi muito importante para conhecer outras subjetividades que revelavam a diversidade de usos, experiências e relações na dinâmica cotidiana do bairro.

Seria importante mencionar que, a partir dos resultados das entrevistas, resolvemos trabalhar de forma conjunta o grupo de coletivos, associações e religiões e com o grupo de movimentos e organizações sociais, pois entendemos que esses grupos trazem um ponto em comum que é a reivindicação pelo direito à cidade, um de nossos conceitos da pesquisa, e que gostaríamos que fosse visualizado nas análises.

Destacamos, também, o equilíbrio de gênero da pesquisa, tanto na totalidade dos entrevistados/as como em cada um dos grupos. Este olhar de atores na relação com o bairro foi fundamental para identificar problemáticas, disputas, contrastes e para aprofundar temas e necessidades que não são retratadas na análise documental e nos planos para a região. Poderíamos dizer que esta percepção nos dá a dimensão humana do território, em que conseguimos entender as mudanças através de narrativas e experiências no/com o bairro, na formação de redes, de convergências, de assimetrias e de conflitos.

As cidades estão em constante transformação e Porto Alegre não é diferente. Além de estar em processo de revisão do Plano Diretor, para a região 4º Distrito está sendo pensado um plano específico que, neste momento, está em discussão. Esperamos que a pesquisa possa contribuir para pensar metodologias coletivas no campo da sociologia urbana, mas também para identificar e iluminar as percepções da diversidade de atores sociais que se relacionam com o bairro e, a partir das análises do trabalho de campo desta pesquisa, contribuir para a discussão de futuros planos pensados para o Floresta e o 4º Distrito, na cidade de Porto Alegre.

## REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *PNUD Brasil*, Ipea, FJP, 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 11 mar. 2022.

BECKER, Howard S. *Segredos e truques da pesquisa*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2007.

CANADIAN INSTITUTES OF HEALTH RESEARCH; NATURAL SCIENCES; ENGINEERING RESEARCH COUNCIL OF CANADA; SOCIAL SCIENCES AND HUMANITIES RESEARCH COUNCIL (2018). *Tri-Council Policy Statement: ethical conduct for research involving humans*, December 2018. Disponível em: 09 mar. 2022, Acesso em: <https://ethics.gc.ca/eng/documents/tcps2-2018-en-interactive-final.pdf>

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

HALL, Robert. *Ética de la investigación social. Unidad de Bioética*. México: Universidad Autónoma de Querétaro, 2008. Disponível em: <http://unidadbioetica.com/libros/E%CC%81tica-de-la-investigacio%CC%81n-social.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de grandes cidades*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p 1-26 e 477-499.

JACORZYNSKI, Witold; SÁNCHEZ JIMÉNEZ, José. Ética y antropología: un nuevo reto para el siglo XXI. *Desacatos*, (41), 2013. p. 07-25. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1607=050-2013000100001X&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1607=050-2013000100001X&lng=es&tlng=es). Acesso em: 11 mar. 2022.

MARX, Vanessa; ARAUJO, Gabrielle; SILVA, Luiz Henrique Apollo. 4º distrito e o bairro Floresta: avanço do empreendedorismo urbano ante as dinâmicas locais do território. In: BÓGUS, Lucia; GUIMARÃES, Iracema Brandão; PESSOA, Zoraide Souza (org.). *Cidades brasileiras: temas e questões para debate*. 1ed. São Paulo: Educ, 2020.

MARX, Vanessa, SCAPINI, Gabriela Luiz e ARAUJO, Gabrielle. A dimensão internacional nas transformações urbanas no bairro Floresta em Porto Alegre. *Cadernos Metrôpole*, v. 24, n. 54, p. 435-856, maio/ago. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Orientações para procedimentos em pesquisa com qualquer etapa em ambiente virtual*. 2021. Disponível em <http://www.ufrgs.br/cep/orientacoes-1/procedimentos-em-pesquisas-com-etapa-em-ambiente-virtual/view>. Acesso em: 11 jun. 2021.

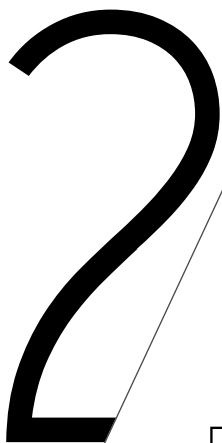
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016. 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cep/resolucoes/resolucao-510-de-07-de-abril-de-2016-2013-ciencias-sociais-e-humanas/view>. Acesso em: 11 mar. 2022.

OBSERVA POA. *Observatório da cidade de Porto Alegre*. 2018. Disponível em: <http://www.observapoa.com.br/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

OPS (Organización Panamericana de la Salud y Consejo de Organizaciones Internacionales de las Ciencias Médica). *Pautas éticas internacionales para la investigación relacionada con la salud con seres humanos*. Ginebra: Consejo de Organizaciones Internacionales de las Ciencias Médicas (CIOMS), 2016. 4 ed. Disponível em: [https://cioms.ch/wp-content/uploads/2017/12/CIOMS-EthicalGuideline\\_SP\\_INTERIOR-FINAL.pdf](https://cioms.ch/wp-content/uploads/2017/12/CIOMS-EthicalGuideline_SP_INTERIOR-FINAL.pdf). Acesso em: 11 mar. 2022.

SENNETT, Richard. *Construir e Habitar: ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

UNESCO. *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*. 2005. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao\\_univ\\_bioetica\\_dir\\_hum.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_univ_bioetica_dir_hum.pdf). Acesso em: 11 mar. 2022.



2

RECONHECENDO O  
TERRITÓRIO: A PRODUÇÃO  
DE CAMINHADAS E IMAGENS  
NO BAIRRO FLORESTA EM  
PORTO ALEGRE.

JOSÉ LUÍS ABALOS JÚNIOR

*Doutor em Antropologia Social (UFRGS), compõe a equipe do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV/PPGAS/UFRGS) e do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSIUC/PPGS/UFRGS).*

## 2.1 INTRODUÇÃO

A ideia de caminhar pelas regiões estudadas como estratégia de (re)conhecimento territorial não é nova. Muitos pesquisadores da Escola de Chicago, escola clássica que inspirou em muitos sentidos a construção de uma sociologia urbana, usaram da etnografia, ou simplesmente da chamada observação direta, para a construção de conhecimento sobre as áreas estudadas. Podemos recorrer a Walter Benjamin, que, para falar dos temas da modernidade, recuperou a figura do *Flâneur* de Charler Baudelaire, um curioso habitante urbano que caminha e observa a cidade através de um percurso sem compromissos, mas que não inocentemente reconhece relações sociais e injustiças do mundo moderno.

Quando falamos da caminhada enquanto experiência de pesquisa, salientamos a importância de pisar no território estudado e o quanto esse ato coletivo e idealizado representa uma abertura a novas percepções da região na qual direcionamos nossa atenção. Aqui falamos objetivamente do bairro Floresta, que foi encarado pelo projeto “O 4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais no bairro Floresta” como um objeto de análise, como referenciado no capítulo anterior. A partir de setembro de 2019, a equipe de pesquisadoras e pesquisadores do Grupo de Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC) buscou construir roteiros de caminhadas pela área estudada, almejando perceber as estéticas e narrativas presentes nesse lugar.

A paisagem urbana do bairro Floresta é composta por uma diversidade de elementos históricos que resultam em uma estética do abandono representada em resquícios da paisagem industrial.<sup>1</sup> Contudo, novos elementos foram agregados durante as últimas décadas, como a construção de edificação modernas para habitação,<sup>2</sup> assim como a reutilização destes espaços históricos para fins do empreendedorismo criativo na região.<sup>3</sup> Portanto, a caminhada pelo bairro se caracterizou por uma observação direta destes elementos estéticos como um primeiro momento de investigação no território. A inspiração trazida por esse primeiro olhar nos

---

<sup>1</sup> O processo de desindustrialização no bairro Floresta, assim como no 4º Distrito onde está inserido, se deu a partir da década de oitenta, quando as grandes empresas que ocuparam a região iniciaram seu processo de saída da antiga zona industrial. Contudo, as antigas instalações dessas indústrias permaneceram até os dias atuais. Soma-se a isto o processo de estigmatização pelo qual o território passou durante esse processo de desindustrialização, sendo associado, como vimos nas entrevistas realizadas, a um bairro “abandonado” pelo poder público.

<sup>2</sup> O caso da edificação Rossi-Fiatecci, no bairro São Geraldo, que faz fronteira com o bairro Floresta, é o mais ilustrativo quando falamos de uma remodelagem do bairro para novas habitações.

<sup>3</sup> No próximo capítulo, nos aprofundaremos neste tema.



levou à seguinte questão: como podemos visualizar categorias conceituais que “brotam” no urbano, como direito à cidade, internacionalização e financeirização deste território? A partir do momento que tais conceitos fazem parte do cerne deste projeto de pesquisa, eles poderiam estar, em maior ou menor medida, esteticizados no nosso universo de análise através das caminhadas.<sup>4</sup>

Dito isto, as caminhadas foram orientadas por algumas questões e percursos norteadores. Levando em consideração a necessidade de olhares dos atores sociais deste território, o grupo de pesquisa realizou convites para interlocutores que tinham alguma relação com o Bairro Floresta. A ideia aqui foi caminhar “com” agentes que (co)produzem esse território, buscando entender percursos, narrativas e ações na região. O processo de escolha desses atores sociais foi realizado a partir de uma relação prévia que muitas pesquisadoras e pesquisadores já tinham com esses sujeitos, aos quais foi apresentada a proposta do projeto e encaminhada datas para caminhadas.

Outro elemento que se tornou importante nesse processo de reconhecimento do território foi o incentivo à produção de imagens. Apesar da metodologia do projeto não incluir questões de captação e análise de imagens, essa questão apareceu nas caminhadas como uma dimensão importante no entendimento da região. O ato de registrar paredes, placas e formas de sociabilidade, foi realizado sem um roteiro de produção fotográfica prévio, mas norteado por questões norteadoras, como a supracitada. Sendo assim, aqui o papel da imagem na pesquisa sobre cidade toma um caráter de auxílio no processo de (re)conhecimento da região estudada, e não como uma metodologia de pesquisa cidade (Grosjean; Thibaud, 2001).

Ao todo, realizamos cinco caminhadas exploratórias pelo território, buscando: (1) caminhar com atores sociais que tinham algum grau de vínculo com a equipe e com o bairro Floresta; (2) ouvir narrativas destes interlocutores sobre questões importantes que afetam a região, assim como perceber suas trajetórias pelo bairro; (3) produzir imagens fotográficas durante as caminhadas, buscando captar elementos estéticos significativos no bairro. Esse percurso exploratório, que envolveu caminhadas e produções de imagens, se desenrolou de forma mais criativa e complexa no desenvolvimento da investigação do grupo, e é sobre esse processo de análise do material coletado em campo que detenho a atenção nas próximas páginas.

---

<sup>4</sup> Cabe dizer que o processo de produção de caminhadas e fotografias sobre o território estudado se baseou, também, em pequenas notas de campo escritas e visuais.

## 2.2 AS CAMINHADAS

Dentre todas as caminhadas que a equipe do GPSUIC fez no bairro Floresta, destaco uma para exemplificar como se deu essa interlocução com os atores sociais do território. A caminhada com Carlos<sup>5</sup> nos levou a conhecer os circuitos das artes legais e ilegais presentes no espaço público deste território. Trata-se de um artista urbano com mais de dez anos de trabalho nas ruas. Carlos aceitou nosso convite para caminhar pela região e nos demonstrou um olhar muito peculiar que os grafiteiros têm da cidade. A ideia era caminharmos por um circuito de graffiti legalizado denominado “ZIS Grafite”, projeto que foi realizado em 2017 e que diz respeito a produção de murais que contam a história do bairro (Abalos Junior; Cabreira, 2018). Entretanto, além desse circuito legalizado de muralismo, o artista demonstrou uma visão mais cotidiana de vivência do artista na cidade, apontando para as dimensões da arte ilegal que marca a estética da região.

Carlos nasceu no bairro Floresta, mas não tem vínculo de moradia neste lugar nos dias atuais. A sua relação com a região se dá através da arte urbana, mais especificamente pela produção de graffiti e adesivagem em espaços marcados pela degradação.<sup>6</sup> Portanto, o Floresta é encarado aqui como bairro degradado, alvo interessante por parte de quem intervém legalmente e ilegalmente na cidade. O primeiro ponto dessa caminhada foi o Shopping Total, próximo ao prédio da antiga cervejaria Bopp, patrimônio histórico de cultura alemã, conservado na cidade. Não nos detemos aqui ao conteúdo dos murais em si, mas é interessante colocar que foram pensados dentro de uma narrativa que conta a história do bairro através de grandes pinturas. Carlos não pintou nesse projeto, mas pode nos falar do crescente processo de legalização das práticas de graffiti, principalmente pela iniciativa privada e pela economia criativa presente no bairro, o que não impede uma preponderância da estética de manifestações ilegais, como a pixação (La Sala, 2017), que compõem a paisagem cotidiana da região.

Caminhar com esse artista nos fez (re)conhecer o papel que a visualidade tem na região. Se o Floresta é marcado por uma estética do abandono, com muitos lugares estampados com uma placa de “vende-se” ou “aluga-se”, só podemos perceber isso pela caminhada. Uma premissa importante nas caminhadas é a de que, ao acompanhar os sujeitos de investigação nos seus circuitos pela cidade, “a cidade que nós conhecemos é a cidade da alteridade da pesquisa” (Eckert; Rocha, 2013,

---

<sup>5</sup> O projeto prevê o anonimato dos seus interlocutores, portanto esse é um nome fictício.

<sup>6</sup> Não é nova a relação entre graffiti e ruínas. Todo o processo de desenvolvimento desse tipo de expressão urbana, como nos relata Castleman (1982), tem sérias conexões com a degradação urbana.

p. 24). Logo, o bairro Floreta que conhecemos, através da interlocução consentida com Carlos, é o bairro Floresta deste artista de rua.

Se o artista urbano é alguém que se desloca na cidade e, justamente por este fato, tem uma visão muito particular do urbano, é muito proveitoso o uso metodológico desse modelo, pois permite um acompanhamento dos fluxos urbanos, locais de preferências de pintura, intenções, uso de materialidades, todas questões que levam a uma central: que Floresta é este pensado por esse artista urbano? Esse fazer-cidade (Agier, 2019) nos leva a pensar como o movimento é parte constituinte do cotidiano de quem intervém na cidade e, mais que isso, como essa cidade é um “objeto virtual” (Lefebvre, 2009, p. 97) no qual o urbano imaginado, projetado, desejado, ultrapassa uma noção pragmática de cidade.

Para Agier (2019), é a relação de construção e desconstrução entre o campo de pesquisa e o objeto de pesquisa que torna possível um olhar sobre a cidade.<sup>7</sup> É através das situações de interlocução do antropólogo com seus interlocutores que se funda o ponto de vista antropológico sobre a cidade, o “lugar” de onde se fala, o que restitui toda a potência analítica ao caráter relativo e subjetivo da etnografia. Tais perspectivas caminham juntas (uma metáfora adequada nesse contexto teórico e metodológico) com a ideia de etnografia de rua, pois as duas têm, no movimento, um fator essencial de análise. Porém, enquanto o fazer-cidade se preocupa com as dimensões da “virtualidade” do urbano, a etnografia de rua tem uma atenção mais presente ao acompanhamento e ao “caminhar junto”.

Outra perspectiva que compõe esse quadro de influências do saber fazer de pesquisa etnográfica na cidade é a de Michel De Certeau (2003), relacionada às práticas do espaço. Para o autor francês, “o ato de caminhar está para o meio urbano assim como enunciação está para a língua” (De Certeau, 2003, p. 42), portanto, há uma íntima relação entre passos e palavras, o que torna interessante o acompanhamento etnográfico de interlocutores que caminham e falam. Interessante perceber o valor dado às “práticas microbianas” como comer e caminhar na cidade, pois estas sobrevivem a um sistema urbanístico que deveria administrá-las.

Por fim, caminhar, escutar e captar imagens, são elementos significativos que nos fizeram perceber esse universo de pesquisa centrado no bairro Floresta como ferramentas de investigação produtivas. Além da caminhada com Carlos, outras quatro aconteceram. Em todas elas tivemos contatos com a alteridade e visão de cidade dos atores sociais que acompanhamos e conhecemos mais profundamente um novo bairro Floresta.

---

<sup>7</sup> O projeto de pesquisa não incorporou a etnografia como metodologia de pesquisa, mas as caminhadas exploratórias inspiraram um debate sobre o olhar antropológico e a discussão sobre o tema.

## 2.3 AS IMAGENS

Um dos produtos das saídas de campo foi a grande quantidade de imagens que resultaram do processo de caminhada no território. Em cinco experiências, foram produzidas cerca de 450 fotografias por uma equipe de, em média, 10 pesquisadoras e pesquisadores. O que fariamos com estas imagens? Toda a equipe entendia que essa coleta de dados imagéticos mereceria alguma atenção especial na sua análise, mas não havia uma instrumentalização de como fazê-la. Nesse sentido eu, como integrante do grupo com formação no Núcleo de Antropologia Visual da universidade (NAVISUAL/UFRGS), ministrei uma “Oficina de Narrativas Visuais” para equipe na qual o objeto que pensássemos sobre a possibilidade de construção de coleções e de narrativas visuais com o material fotográfico que coletamos em campo.



Imagens 1 e 2 – Apresentação da oficina e o momento da construção de narrativas visuais

Fonte: Acervo GPSUIC.

O primeiro passo foi congregar todas as fotografias em uma pasta do Google Drive na qual separamos as imagens primeiramente por ordem de caminhadas, e, dentro dessas pastas, por autores. A função de cada um seria colocar as imagens nas suas devidas pastas seguindo uma renomeação tratada e padronizada coletivamente. Feito esse processo, fizemos uma primeira seleção abdicando de imagens desfocadas ou com planos considerados desinteressantes para utilização desse

material. Por fim, chegamos em um número de cerca de 80 imagens para serem analisadas na oficina que aconteceu em dois encontros realizados no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e no Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) no início do ano de 2020, antes da pandemia de Covid-19 impossibilitar o grupo de se reunir presencialmente.

Munidos de pequenas miniaturas das imagens escolhidas, a ideia foi que visualizásemos nossas caminhadas pelo território. Esta possibilidade, de ver fotografias de todas as cinco caminhadas misturadas em uma grande mesa, nos levou a uma nova experiência de reconhecimento territorial do bairro Floresta: ao ver as imagens, percebendo suas conexões e núcleos de sentido, fizemos uma nova imersão nesse lugar, agora pelas imagens. Assim, além de uma simples coleção de imagens, esse material representou uma nova forma de entender a região estudada. Através deste entendimento, o grupo foi provocado a pensar nas possíveis configurações que poderíamos identificar no material exposto, respondendo a questões colocadas, como “Como agrupar estas imagens?” e “Quais são as histórias que podemos contar sobre o bairro Floresta?”. Nesse processo de construção de conhecimentos com e através de imagens, chegamos a algumas possíveis narrativas visuais.

O grupo foi questionado a olhar todas as miniaturas de imagens por diversos ângulos possíveis e a pensar em cinco palavras-conceitos que percebiam “emanar” das imagens (Samain, 2012). Aqui as imagens foram encaradas como fontes inspiradoras, como dados de fonte primária acessíveis para futuras análises do território. Ideias como a de gentrificação, paisagem, comércio, caminhantes e muros foram mencionados nesse momento e a provocação foi a de materializarmos todas as questões em uma dimensão conceitual que as englobasse em um pequeno ensaio.

Dito isso, o primeiro ensaio tratou do tema das “transformações”, algo recorrentemente simbolizado em muitas imagens. Articulando imagens de várias saídas e autorias, foi construída uma pequena historieta imagética que conteve fotografias caracterizadas por uma demonstração visual de uma paisagem em constante mudança. Através de um processo de construção coletiva, a equipe escolheu as imagens e as suas disposições para futuros ensaios fotográficos.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Esse ensaio visual concorreu no prêmio Pierre Verger, na Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (RBA).



Imagem 3: José Luís Abalos Júnior

Imagem 4: José Luís Abalos Júnior

Imagem 5: Vitória Gonzatti

Imagem 6: Vitória Gonzatti

Imagem 7: José Luís Abalos Júnior

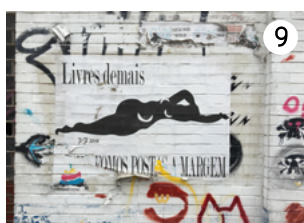
Nesse percurso de busca de sentido em coleções de imagens, uma segunda dimensão comentada foi a de gênero. Preocupados com o papel das mulheres neste território, essa categoria emergiu, por um lado, da quantidade significativa de símbolos relacionados às questões de gênero no acervo disponível, e, por outro, do interesse prévio de algumas pesquisadoras da equipe em debater tal dimensão e

ver como ela estava estetizada no bairro Floresta. Fotografias de intervenções urbanas na Rua São Carlos, Bairro Floresta, se fizeram presentes pela característica social desta região, marcada por iniciativas culturais e pela presença cotidiana de trabalhadoras do sexo, principalmente no período noturno.

Esta segunda narrativa visual contou uma história na qual a questão de gênero foi o núcleo de sentido do ensaio. Com cerca de oitenta imagens em miniatura dispostas em uma mesa, as questões colocadas foram “onde podemos perceber o tema gênero representado?” ou “como esse núcleo de sentido se apresenta nas nossas imagens?”. Tais provocações repercutiram em um processo de escolha criativo que buscou exibir elementos visuais vinculados a essa temática.<sup>9</sup>



8



9



10



11



12

- Imagem 8: José Luís Abalos Júnior  
Imagem 9: Vanessa Marx  
Imagem 10: José Luís Abalos Júnior  
Imagem 11: Vanessa Marx  
Imagem 12: José Luís Abalos Júnior

<sup>9</sup> Esse ensaio visual fez parte da programação do Seminário Internacional Fazendo Gênero através da publicação *Fomos postas à margem: narrativas visuais de intervenções de mulheres no bairro Floresta (Porto Alegre/RS)*.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei este capítulo abordando que ferramentas, como caminhadas e produção de imagens fotográficas, são ótimos instrumentos para (re)conhecimento territorial em investigações na área de sociologia urbana. Na verdade, o entendimento é de que tais formas de refletir sobre cidade podem cumprir um papel metodológico mais central em pesquisa social, porém, no caso dessa investigação no bairro Floresta, esses processos assumiram um caráter preliminar. Dito isto, ao pensar a produção de caminhadas e fotografias enquanto elementos de um estudo exploratório, busquei salientar seus usos potenciais para coleta e análise de dados no meio urbano.

No que se refere às caminhadas pela região estudada, elas tiveram dois grandes elementos de suporte para a pesquisa em seu momento inicial: 1) a experiência de estar presencialmente no bairro e visualizar estéticas, dramas e sociabilidades que emergem do Floresta; 2) a interlocução consentida com atores sociais localizados e o acesso às visões e práticas destes agentes produtores do território. Cabe dizer que o processo de roteirização destas mobilidades pelo bairro foi flexível e realizado em conjunto com nossos interlocutores, buscando, nessa relação de alteridade, o entendimento das práticas urbanas destes atores sociais.

Já no que diz respeito à produção de imagens fotográficas, houve outros dois grandes sentidos nos usos desta ferramenta: 1) a possibilidade de caminhar guiados pelos nossos interlocutores e registrar o que nos chamava atenção esteticamente no território; 2) ao rever as imagens no momento de construção de narrativas visuais, o entendimento de que estávamos “caminhando novamente” pelo bairro Floresta, percebendo minúcias despercebidas nos momentos das caminhadas. Acrescentaria a estes valores do uso da imagem um maior: a construção de um acervo e a oportunidade de fazer memória de um processo de pesquisa no qual aprendemos muito enquanto equipe.

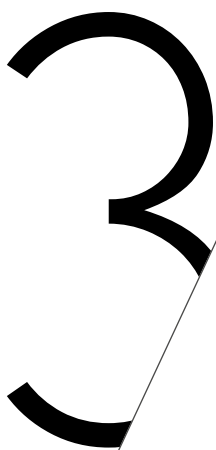
Por fim, a conjunção entre ferramentas de pesquisa, como as caminhadas pela região estudada e a produção de fotografias, é profícua, complexa e desafiadora. Profícua, pois nos traz novos elementos para levantamento de dados sobre o território, e, conseqüentemente, novas dimensões para sua análise. Complexa, porque há uma variedade de formas de usar tais ferramentas e a pesquisa exploratória, como no nosso caso, é só uma maneira de pensar seus usos. E desafiadora em razão de que, ao caminhar e produzir imagens em equipe, estamos (re)conhecendo nossa própria cidade: uma Porto Alegre que, em maior ou menor medida, conforme as vivências de cada uma e cada um, se mostrou uma cidade outra.



# REFERÊNCIAS

- ABALOS JUNIOR, Jose Luis; CABREIRA, Leonardo Palhano. Grafite e Práticas de legalização: artificação e mediação em expressões artísticas urbanas em Porto Alegre/RS. *PROA – revista de antropologia e arte*, v.2, n. 7. Campinas, jul-dez, p. 12-24, 2017.
- AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, v. 21, p. 483-498, 2015.
- CASTLEMAN, Craig. *Getting up: subway graffiti in New York*. Mit Press, 1982.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ECKERT, Ana; ROCHA, Cornelia. *Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.
- GROSJEAN, Michèle; THIBAUD, Jean-Paul. *L'espace urbain en méthodes*. Marseille: Editions Parenthèses, 2001.
- JACKSON, J. B. *Discovering the Vernacular Landscape*. New Haven: Yale University Press, 1984.
- LASSALA, Gustavo. *Pichação não é pixação: uma introdução à análise de expressões gráficas urbanas*. São Paulo: Altamira Editorial, 2017.
- LEFEBVRE, Henri *et al.* *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- SAMAIN, Etienne (org.). *Como pensam as imagens*. São Paulo. Editora da Unicamp, 2012.

local calçamento  
governo ciclo projetos  
vida prefeitura produção  
bairro dias questão samba estúdios  
futuro processo ideia  
estúdio rua espaço história  
carnaval público porto pandemia  
cima cidade fábrica pai cursos  
palco música quadra antigo forte  
prédio área segurança mudança  
guris área segurança mudança  
cabeça associação legais  
londres influência localização  
comunidade



# ENTRE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA: A PRODUÇÃO DE CONSENSOS E CONTRADIÇÃO NO BAIRRO FLORESTA

JOANA WINCKLER

*Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e Licenciatura em Ciências Sociais, ambos na UFRGS. Integra o Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC/UFRGS) e compõe o Núcleo Porto Alegre da INCT Observatório das Metrôpoles.*

JOSÉ LUÍS ABALOS JÚNIOR

*Doutor em Antropologia Social (UFRGS), compõe a equipe do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV/PPGAS/UFRGS) e do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSIUC/PPGS/UFRGS).*

## 3.1 INTRODUÇÃO

A cultura e a economia criativa são grandes marcas do bairro Floresta. A área conhecida como uma zona industrial abriga, contemporaneamente, empreendimentos culturais cujos contornos atuais apontam para as novas reestruturações urbanas baseadas numa economia criativa: suas antigas fábricas, prédios e casas transformados em ateliês, bares e *coworkings*. As velhas ruínas são reutilizadas para fins de (re)ativação do comércio local, assim como para marcar um novo distrito criativo na cidade.

Neste artigo, apresentaremos algumas das antigas e novas emergências culturais e criativas no bairro, que caracterizam determinadas sociabilidades presentes na região. O bairro tem se destacado no cenário cultural e criativo da cidade, sobretudo através de novos empreendimentos que atraem o olhar público, institucional e empresarial. No decorrer deste processo, atores locais podem cooperar entre si para conformar redes culturais e/ou criativas, ou podem entrar em conflito, na medida em que suas iniciativas alteram a dinâmica local. O objetivo deste artigo, portanto, é apresentar as principais características de alguns atores que, através de suas iniciativas culturais e/ou criativas, intervêm no bairro.

Em um primeiro momento, abordamos os atravessamentos, aproximações e diferenças entre essas duas esferas da vida social no território que temos como objeto de estudo. Em seguida, apontamos os principais planos de desenvolvimento econômico, social e urbano para essa região, assim como os trazemos a partir de uma perspectiva histórica. Através de entrevistas semiestruturadas com agentes importantes no bairro Floresta, identificamos narrativas sobre as dimensões de cultura e economia criativa, colocando-as em paralelo por meio de critérios de análise, como vínculos com o território, poder público e parcerias de internacionalização. Por fim, refletimos sobre como este território é imaginado por estes atores sociais e como é alvo de projetos e contradições.

## 3.2 OS ENTRELAÇAMENTOS ENTRE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

Ao escrever sobre cultura e economia criativa, abordamos duas categorias conceituais que possuem uma multiplicidade de atravessamentos e se materializam em formas de empreendedorismo urbano. Ao falar de cultura, pensamos nas

formas de associação e sociabilidade que caracterizam coletivos que se mobilizam em prol do patrimônio da cidade. Esse patrimônio, localizado no bairro Floresta, pode ser representado por instituições carnavalescas, museológicas, artísticas e até mesmo vinculadas às antigas moradias operárias remanescentes nesse território. Portanto, a ideia de cultura, além de um conceito antropológico (Laraia, 1989), é, aqui, um núcleo de sentido que nos faz agrupar coletividades que tenham, em maior ou menor medida, um engajamento para questões culturais, como o carnaval, teatros, cinemas, exposições, shows e afins.

Já no que se refere à economia criativa, recorreremos ao clássico *The Rise of the Creative Class* (2002) de Richard Florida. O sociólogo e economista norte-americano aponta para uma relação intrínseca entre economia e criatividade que tem como palco o surgimento de novos bairros criativos. Florida (2002) evidenciou como as "classes criativas" se caracterizam por serem conglomerados de pessoas "talentosas e criativas" que, em sua teoria, evidenciam o crescimento de alta tecnologia. Neste sentido, nosso olhar se deu para o empreendedorismo criativo fomentado no bairro Floresta, buscando dialogar com atores sociais comprometidos com as novas dinâmicas criativas de empreendedorismo neste território.

Coletividades de cultura e economia criativa estabelecem processos de aproximação e distanciamento nas suas localizações no bairro, práticas e projetos para a região. Aproximações no sentido que, mesmo sendo diferentes em suas gêneses e objetivos, há uma congregação de fatores como a união para cultura do território e o imaginário de desenvolvimento social. Contudo, outras dimensões são distintamente associadas pelo que podemos observar, como as relações de vizinhança e a atuação junto ao poder público. A primeira diferença se dá pela historicidade da presença de coletivos culturais no bairro Floresta, como o carnavalesco, em oposição aos empreendedores da classe criativa, que estão há não mais que uma década trabalhando na região, e muitos sequer moram na região. A segunda se dá pelo engajamento e os acessos da classe criativa (não querendo homogeneizá-la) aos departamentos de governança pública.<sup>1</sup>

Se em muitos sentidos é difícil distinguir equipamentos de cultura e economia criativa no território, visto as suas aspirações para o bairro Floresta, tais distinções evidenciam-se quando buscamos perceber o olhar que esses atores sociais têm para a região. Como veremos mais à frente, os empreendedores criati-

---

<sup>1</sup> Esse processo pode ser evidenciado pela transferência, em 2021, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo para o Instituto Caldeira, um projeto da articulação Pacto Alegre que funciona como um *hub* de inovação sediado numa área de 22.000 m<sup>2</sup>, que antigamente abrigava as fábricas das Indústrias A.J. Renner na região norte do 4º Distrito. Segundo o atual vice-prefeito de Porto Alegre: "Estaremos trabalhando ao lado de grandes empresas e *startups* em um ecossistema colaborativo. Acreditamos que *todos os setores crescem juntos*" (Caldeira, 2022, grifo dos autores).

vos buscam a região desde meados de 2010. Na pesquisa de mestrado de Silva (2019), percebemos que a primeira classe a ocupar esse território foi a artística, que ocupou pequenos casarões antigos.<sup>2</sup> Nessa fase inicial, houve o surgimento da iniciativa do *Distrito Criativo* na região, proposta muito relacionada ao que ocorreu no bairro de Poblenou em Barcelona através do projeto 22@. Trata-se de uma ocupação em menor escala, na qual o impacto social da migração de jovens com poder de consumo para o território foi encarado positivamente. Porém, com um lento, mas presente, processo de reestruturação urbana, o bairro foi entendido como um espaço possível para economia criativa da cidade. Desde então, a “inovação” tem se tornado a ideia central dos projetos para território, destoando de um processo inicial de ocupação atrelado ao campo artístico e cultural.<sup>3</sup>

Segundo um interlocutor do Distrito Criativo, não se trata de um projeto cultural, mas de inovação social. O que motiva a criação deste coletivo de artistas e empreendedores sobre um território da cidade são os “impactos econômicos, sociais e urbanos”<sup>4</sup> da necessária revitalização. Percebe-se que as interseccionalidades entre cultura e economia criativa também fazem parte dessa congregação de empreendimentos que contemplam uma diversidade de estabelecimentos que vão de casa de shows até padarias modernizadas. Baseado na divisão entre economia criativa, economia do conhecimento e economia da experiência, o distrito criativo agrega atores sociais que buscam “mudar a cara” da região, buscando uma mudança de perfil urbano que carrega o estigma do abandono.

A mídia também teve e tem um papel importante na construção social deste território. Desde 2013, inúmeras reportagens refletem sobre a presença da cultura e da economia criativa no bairro Floresta. Uma reportagem da Zero Hora, de 2012, diz que “Porto Alegre é a segunda cidade mais criativa do Brasil” (Colussi, 2012). Já o Jornal do Comércio, em 2014, expõe que “Nasce um vilarejo criativo em Porto Alegre” (Lewgoy, 2014). Tais reportagens, assim como tantas outras, cada vez mais recorrentes, além de atestarem uma atenção midiática dada ao território, trazem o tema da cultura e da economia criativa como dois grandes eixos responsáveis por uma revitalização da região.

Dito isto, passaremos a apresentar os projetos públicos destinados ao fomento da economia criativa, à inovação e à cultura na região do 4º distrito, com

---

<sup>2</sup> Processo que se assemelha ao que Sharon Zukin denominou de “loft living” no bairro do Soho em Nova York.

<sup>3</sup> Através de uma pesquisa exploratória, nota-se que muitos ateliês de artistas gaúchos, instalados no início da proposta do Distrito Criativo, já não existem mais. Contudo, vale ressaltar a importância do Vila Flores – que ocupa um espaço grande de antiga moradia operária – como uma das grandes referências que permanece até hoje no campo da cultura e da economia criativa.

<sup>4</sup> O site do Distrito Criativo é uma fonte documental para muitas informações aqui trabalhadas. Acessado em 04 de março de 2022 (<https://distritocriativo.wordpress.com/>).

especial atenção ao bairro Floresta, principal território desta pesquisa. Depois, apresentaremos alguns dos dados obtidos através dos procedimentos metodológicos que serão apresentados.

### 3.3 OS PROJETOS DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA PARA O BAIRRO FLORESTA

Esta pesquisa qualitativa utilizou três ferramentas de coleta de dados primários e secundários: (a) revisão bibliográfica de estudos que versam sobre economia criativa e cultura na cidade de Porto Alegre; (b) análise documental de projetos e reportagens que tratam sobre economia criativa e cultura na cidade; (c) realização de entrevistas semiestruturadas com interlocutores-chave identificados nas etapas anteriores.

No escopo da análise de projetos de cultura e economia criativa no Floresta, encontramos, em geral, projetos destinados à região do 4º distrito como um todo. Porém, conforme avançam as gestões municipais, alguns projetos são reformulados e outros esvaziados. Ao mesmo tempo, as diferentes sub-regiões do 4º distrito também sofrem interferências distintas, fazendo com que algumas características prevaleçam em determinados bairros em detrimento de outros. É o caso do bairro Floresta e do São Geraldo, os quais são normalmente citados e transformados em laboratórios de intervenções urbanas específicas. Neste artigo apresentaremos brevemente os documentos, projetos e programas analisados na pesquisa, pois sua gênese, desenvolvimento, finalidade e resultados podem ser consultados no capítulo 4: Governança urbana no bairro Floresta: agentes, estratégias e planos de intervenção (Tavares; De Souza; Winckler, 2022), presente neste mesmo volume.

Os principais projetos que se destacam no fomento à economia criativa e à cultura na região foram: o Plano de Economia Criativa da Cidade de Porto Alegre (2014), PLCE 022/2015, o Masterplan (2016), os projetos do Pacto Alegre (2018) e, atualmente, o Programa +4D.<sup>5</sup> É importante destacar que outros projetos destinados à criatividade, à inovação e à cultura também incidem sobre o território,

---

<sup>5</sup> Desde a década de 1990, Porto Alegre vem experimentando alguns projetos que visam transformar a cidade em um ecossistema de inovação importante para o mundo. Os casos do Programa Porto Alegre Tecnópolis (PAT) e do Comunidade, Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo (CITE) são exemplos de uma história política dos projetos de inovação neste território.

porém de forma transversal. Estes projetos não serão trabalhados neste artigo, pois extrapolam o recorte territorial proposto. A cidade de Porto Alegre possui, desde 2013, um Comitê Municipal de Economia Criativa.<sup>6</sup> O Comitê, em 2014, lançou, sob coordenação do Inovapoa,<sup>7</sup> um Plano de Economia Criativa da Cidade, baseado no modelo de tríplice hélice (governo, entidades de ensino e sociedade). Com o objetivo de orientar ações municipais e potencializar inovações no campo da economia criativa, seriam criados “territórios criativos”, isto é, “espaços, bairros, regiões e polos que apresentam potenciais para o desenvolvimento e crescimento local baseados na criatividade, inclusão e diversidade cultural e produção de capital intelectual” (Plano de Economia Criativa de Porto Alegre, 2013, p. 25).

O principal território criativo seria o 4º Distrito, a partir de seu “resgate e revitalização”, potencializando-o como “Polo de Economia Criativa 4º Distrito”. Segundo Silva (2019), o entendimento de economia criativa trazida pelo Plano dizia respeito à perspectiva de uma aglomeração e rede de interação de uma classe profissional criativa, cujos contornos abarcariam desde linguagens artísticas, culturais, moda, design até mercados de novas tecnologias, com mídias, *games* e *softwares*. Embora o Comitê tenha, de acordo com o autor, sofrido esvaziamen-

---

<sup>6</sup> “Criado através de Decreto em 9 de outubro de 2013, o Comitê Municipal de Economia Criativa é formado pelas seguintes entidades da sociedade civil: Agência de Inovação Social, Associação de Desenvolvedores de Jogos Digitais do Rio Grande do Sul, Associação Gaúcha de Dança, Associação Rio-Grandense de Artes Plásticas Francisco Lisboa, Associação Rio-Grandense de Publicidade, Câmara Municipal de Porto Alegre, Câmara Rio-Grandense do Livro, Conselho das Entidades de TI do Rio Grande do Sul, Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia, Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul, Federação das Associações Comerciais e Serviços do Rio Grande do Sul, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Laureate International Universities (Uniritter), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rede Metodista de Educação, Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas, Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversão, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade do Vale do Sinos, Nós Gestão de Negócios e Fundação do Cinema do RS. Os órgãos da prefeitura que integram o comitê são os seguintes: Gabinete de Inovação e Tecnologia, Secretaria de Comunicação Social, Gabinete do Vice-Prefeito, Secretaria de Cultura, Secretaria da Fazenda, Secretaria Municipal de Governança Local, Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, Secretaria da Juventude, Secretaria do Trabalho e Emprego, Secretaria do Turismo e Secretaria de Urbanismo” (Flores, 2018). Embora o Comitê tenha se esvaziado, tal como argumenta Silva (2016), recentemente a PMPA abriu inscrições para nova composição e está promovendo sua reestruturação (Rossa, 2022).

<sup>7</sup> Inovapoa, ou Gabinete de Inovação e Tecnologia, de 2009, passou a se chamar Coordenação de Inovação da Prefeitura de Porto Alegre e, atualmente, segue como Gabinete da Inovação ligado diretamente à PMPA. Tal órgão foi concebido com o objetivo de “articular a interação entre agentes públicos e sociedade civil organizada para estimular a Criatividade, Inovação e o Empreendedorismo visando o desenvolvimento da cidade e de seus cidadãos” (PMPA, 2022a). Mais recentemente, entre suas políticas estão “o apoio ao empreendedorismo e a competitividade de empresas, bem como o desenvolvimento de projetos nas áreas de tecnologia da informação e governo digital” (PMPA, 2022b).



tos, seu impacto em situar Porto Alegre nos fluxos internacionais de economia criativa foram significativos, potencializando a cidade à competitividade global. Ainda, tal Plano teve como desdobramento a tentativa de aproximação entre poder público e esse novo segmento, através de formas de incentivo para empreendimentos, fóruns de discussão em âmbito legislativo, mapeamento de iniciativas, tendências e oportunidades, bem como de “boas práticas” ancoradas em projetos exitosos (Silva, 2019).

Por parte da prefeitura, um desdobramento desta iniciativa pôde ser identificado no Projeto de Lei Complementar 022/2015 que, ao final do ano de 2015, instituiu a redução do Imposto sobre Serviços (ISS) e a isenção do Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) e do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) às empresas de base tecnológica, inovadora ou de economia criativa que se instalassem na região do 4º distrito pelo período de 5 anos (Venegas; Barcellos, 2015).<sup>8</sup> Segundo o prefeito à época, José Fortunati (2010-2017), a escolha do 4º distrito “se justifica tendo em vista o objetivo de revitalização daquela área, além de já estar consubstanciada no Plano Diretor, é anseio, necessidade e objeto de estudos acadêmicos e iniciativas das universidades, do poder público e da comunidade local” (Idem). Outra iniciativa relevante para a região foi a criação de uma Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre (ZISPOA), fruto de um financiamento do Banco Mundial. O ZISPOA, elaborado pelo Governo do estado pela Global Urban Development (GUD), foi uma estratégia econômica de fomentar *startups* e negócios ligados a “Inovação e Tecnologia; Empreendedorismo e Startups; Sustentabilidade e Eficiência de Recursos; Criatividade e Colaboração; Gestão Comunitária Participativa; e Ambiente Amigável aos Negócios” (ZISPOA, 2022).

Outro plano significativo para o 4º distrito foi o chamado Masterplan (2016). O projeto, encomendado pela Prefeitura de Porto Alegre à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2016, estava inserido no Programa Desenvolver com Inovação. O Masterplan ancorava-se nos conceitos de Smart City, Distritos Criativos e Áreas de Inovação Tecnológica, cujos significados convergiam “para a ideia de uma cidade onde seja possível morar, trabalhar e viver gerando riqueza social, econômica e ambiental” (Masterplan, 2016).

Segundo o diagnóstico presente no documento “MASTERPLAN 4D: Operação Urbana Consorciada para Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do

---

<sup>8</sup> É interessante destacar que, na votação na Câmara Municipal do PLCE 0212/2015, foi aprovada apenas uma das emendas propostas pelos vereadores ao projeto do Executivo. A emenda nº 1, que pedia a isenção de IPTU, ITBI e ISS também para empresas da região que apresentassem projetos de moradia popular, foi rejeitada, ao passo que a emenda nº 2, que incluía as empresas de economia no rol das isenções, foi aprovada (Venegas; Barcellos, 2015).

4º Distrito de Porto Alegre (2016), se faria necessário pensar, planejar e acompanhar o processo de reconversão da cidade de Porto Alegre através de um esforço localizado, preferencialmente em um território que apresentasse condições para o desenvolvimento inicial e prioritário das novidades trazidas por essa nova economia. Nesse contexto é escolhido o 4º Distrito em função de seu “amortecido pela falta de investimentos econômicos, decomposição do patrimônio edificado, dispersão de investimentos públicos em infraestrutura e serviços além de crescente decomposição do ambiente social em alguns dos seus setores” (NTU-UFRGS, 2017). Portanto, o objetivo geral do Masterplan seria revitalizar econômica e socialmente a região, potencializando-a como um ecossistema de inovação tecnológica e social, um “*Living Lab*” fomentado, financiado e gerido por parcerias público-privadas através de Operação Urbana Consorciada. Dessa vez, o modelo de quádrupla hélice deveria ser implementado, isto é, uma parceria de governo, empresas, sociedade civil e universidades buscando o desenvolvimento do território através da inovação, sustentabilidade, resiliência social e ambiental e inteligência territorial.

Conforme avança a relação entre a prefeitura e as universidades sediadas na capital, novas articulações entre atores sociais locais começam a se desenvolver. É o caso do Pacto Alegre, uma articulação entre a PMPA, empresas privadas, universidades (a partir da Aliança pela Inovação formada pela UFRGS, PUCRS, Unisinos) e sociedade civil, que, desde 2018, propõe cerca de 40 projetos para a cidade, inspirados no modelo Barcelona. O chamado modelo Barcelona refere-se ao projeto executado no Distrito 22@, cuja destinação de negócios para a criatividade e inovação são as principais marcas. Dentro destes projetos, podemos destacar o projeto “territórios criativos”, que procura “estimular a transformação da cidade pela consolidação e expansão de ações de inovação, criatividade e empreendedorismo em territórios estratégicos” (Pacto Alegre, 2022), bem como o projeto Hands on 4D, que seria um “*kick-off* da revitalização criativa do 4D com engajamento da comunidade, empreendedores e agentes de inovação da região”, de forma a projetar as ações emergentes no 4D, bem como transformá-lo em um *Living Lab* de novas tecnologias (Pacto Alegre, 2022). Outros projetos também giram em torno de difundir a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em diferentes esferas da administração pública, bem como de incentivar a criação de Porto Alegre enquanto uma “cidade das *Startups*”, fortalecendo a criação de um “ecossistema de geração de *startups* para acelerar o ritmo de indução de novos empreendimentos” (Pacto Alegre, 2022).

Um dos mais importantes financiadores das transformações no 4º Distrito, contudo, é o Banco Mundial que, em 2020, após firmar em 2018 uma parceria com a PMPA de U\$ 30 milhões para apoiar um plano de desenvolvimento para o 4º Distrito (Borba, 2018), lançou o documento técnico “Transformação Urbana e Financiamento de Infraestrutura no 4º Distrito – Porto Alegre” (2020), em que

sugere um plano de investimentos de capital, de gestão da valorização imobiliária, ações na segurança pública, no desenvolvimento social, no saneamento e na requalificação urbana.

Já ao final de 2021, um novo projeto surge, denominado “Programa +4D”. Prometendo “tirar do papel” e aperfeiçoar os diferentes projetos e diretrizes acumulados para a região até então, com o objetivo de que o “4º Distrito possa chegar ao seu verdadeiro potencial” (O desenvolvimento..., 2021), qual seja, da inovação e da criatividade enquanto seus principais elementos da reestruturação urbana. Na apresentação do Programa à Câmara Municipal, um dos vereadores presentes, que faz parte da Frente Parlamentar do 4º Distrito, afirmou que “o 4º Distrito teve discursos há 30 anos, chegou a hora de fazer' [...] É um programa ousado, que foi construído por muitas mãos e há várias gestões. Certamente vai colocar a região e a cidade em um novo patamar” (Andrade Jr, 2021).

A análise documental desses diferentes projetos para a região indica uma prevalência da ideia de que existiria, no território do 4º Distrito, uma vocação para a criatividade e para a inovação. Segundo Silva (2019), especificamente o bairro Floresta pode ser visto como uma vitrine da economia criativa que projeta Porto Alegre nos fluxos econômicos globais ligados a essa rede produtiva. Um questionamento, entretanto, se faz presente: por que o bairro Floresta? Por que tais vocações são atribuídas ao 4º distrito? Este e outros questionamentos serão trabalhados na próxima seção.

Já no que diz respeito à área da cultura, os projetos, em sua maioria, têm uma abrangência grande na cidade, não se restringindo a iniciativas culturais específicas do bairro Floresta. A Lei Aldir Blanc (Lei 14.017/20), por exemplo, dispõe sobre o financiamento de iniciativas de vertentes culturais, visando à seleção de agentes culturais (pessoas físicas ou jurídicas) que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural no país. Tendo em vista o cenário de crise no campo da cultura ocasionado pela pandemia de Covid-19, esta lei foi uma resposta da Câmara Federal para que tais iniciativas tivessem algum tipo de colaboração para continuar suas atividades. No caso do bairro Floresta, alguns coletivos, instituições e núcleos de cultura foram financiados por tal lei, o que os ajudou, em maior ou menor medida, a manter suas atividades culturais.

Porém, um caso interessante a se perceber no campo da cultura no bairro Floresta foi a criação de uma nova sede do Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul (MACRS). Inaugurado em 1992, o Museu ocupa um espaço na Casa de Cultura Mario Quintana, no centro histórico da cidade. Em 2020, uma nova sede foi idealizada no 4º Distrito, e o bairro Floresta abrigou essa iniciativa. Segundo André Venzon, o diretor do museu, “a ideia que estamos trabalhando é de um Museu de bairro, que interage com os pontos criativos que já existem no IV

Distrito”.<sup>9</sup> Mais uma vez, o que se evidencia nesse processo é íntima articulação entre cultura e economia criativa, na qual a proposta de um museu de bairro não pode estar desconectada das dinâmicas de inovação presentes no território.

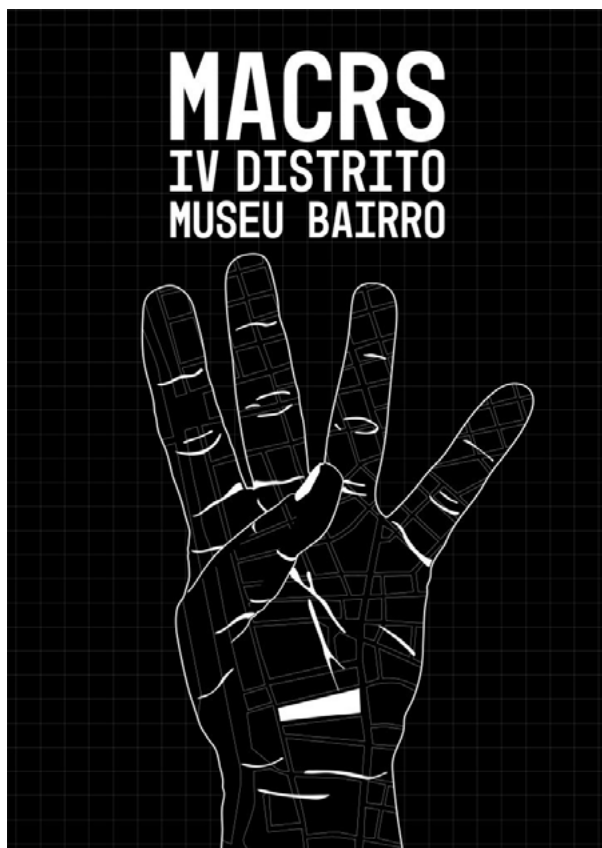


Figura 1 – Imagem Museu 4D: Imagem de divulgação da nova sede do MACRS no 4º Distrito, localizado no bairro Floresta

Fonte: Site Associação de Amigos de MACRS.

As alterações na dinâmica do bairro Floresta e do 4º Distrito, portanto, não surgem apenas das iniciativas do poder público e de investidores financeiros. Empreendedores locais são fundamentais para a caracterização do bairro enquanto

---

<sup>9</sup> Esta e outras informações podem ser encontradas no site da Associação de Amigos do MACRS. Acessado em 07 de março de 2022 (<https://amigosdomacrs.com.br/sede-iv-distrito/>).

um espaço urbano criativo e inovador. Tais atores podem estar instalados na região desde antes dos recentes projetos de incentivo, como podem ter sido atraídos pela propagação desta vocação. Atores sociais, como os empreendimentos autodenominados criativos e inovadores, impulsionam esta perspectiva, podendo projetar a transformação do bairro em algo semelhante a outros bairros internacionalmente famosos, a exemplo de uma interlocutora que afirma:

Acredito muito no potencial dessa região, acho que vai virar um Soho, New York... é mais chique, virar um Brooklin, um Chelsea, sabe uma coisa meio hype, meio antiga que consiga conviver...Eu amo! Quando eu viajo eu vejo esses lugares eu fico pirada, sabe... também por isso quando eu ia pra fora, a gente não tem isso em Porto Alegre, no Brasil pouco né, então me motivou muito assim (E1).

Na próxima seção vamos apresentar alguns dos atores locais, através de suas iniciativas culturais e criativas e suas próprias narrativas sobre a percepção do bairro, projetos e financiamentos, transformações, redes e seus desejos para a região. Portanto, partimos agora para uma aproximação dos discursos de determinados atores sociais do bairro Floresta, observando a conexão entre estes macroprojetos apresentados com as experiências de vivência na região.

## 3.4 PENSANDO CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA: NARRATIVAS SOBRE O BAIRRO FLORESTA

As entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro interlocutores principais, três representantes da classe criativa e um da cultura no bairro, foram organizadas seguindo quatro dimensões: trajetória do ator social, inserção e vínculos com bairro; percepção das transformações no bairro; redes e interlocução com outros agentes.<sup>10</sup> O objetivo geral da realização das entrevistas semiestruturadas foi identificar, entre as dimensões supracitadas, a percepção dos atores sociais quanto ao bairro Floresta (por que escolheram o Floresta; quais transformações, dificuldades e potencialidades identificam no bairro) e suas interconexões, tanto no interior do bairro quanto com o poder público e outros atores sociais em diferentes escalas geográficas.

A primeira entrevista foi realizada com uma representante da classe criativa que, ao herdar uma casa da família no bairro, em 2017, investiu recursos pró-

<sup>10</sup> A metodologia adotada nesta pesquisa encontra-se no capítulo 1: Metodologia e dimensão Global-Local no bairro Floresta no 4º Distrito, presente neste mesmo volume.

prios em uma reforma, que transformou a casa em casa de shows, *coworking*, estúdio para gravações e café. Seu objetivo era criar: “um lugar plural que abrigue várias iniciativas e várias formas de arte” (E1).

Já a segunda entrevista foi realizada com um representante da classe cultural, cuja iniciativa é ora apoiada e valorizada pela prefeitura, ora menosprezada e esquecida. Esta iniciativa cultural focada no carnaval dá mais vida a uma das principais avenidas do bairro Floresta desde 1995, quando foi transferida para o bairro em um terreno cedido pela prefeitura. A sociabilidade única, proporcionada por sua presença, faz com que sejam bem inseridos na região: “a gente vê que somos reconhecidos pela comunidade: a escola de samba que o pessoal da volta adora ver” (E2).

A terceira entrevista foi efetuada com uma representante da classe criativa, cuja iniciativa foi uma inspiração de outros espaços de *coworking* semelhantes, considerados, em feiras de negócios, como uma tendência. A iniciativa se instalou no ano de 2018 em um prédio tradicional, recém reformado por um investidor, na divisa entre o bairro Floresta e o bairro São Geraldo, cuja destinação mudava radicalmente: “a nossa ideia no início, a gente tinha essa consciência que era um negócio muito disruptivo, num prédio antigo, a gente não podia ser um ovni que ia aterrissar ali, né” (E3).

Por fim, a última entrevista, também realizada com um representante da classe criativa, simboliza a reestruturação econômica que o bairro vem experienciando: o prédio de uma antiga fábrica, herdada da família, em 2016, transformada em espaço de *coworking* de inovação e criatividade, bem como em um dos mais importantes estúdios audiovisuais da América Latina, como um “centro do raciocínio da reutilização do prédio como ele foi até ali” (E4).

Foi possível identificar algumas convergências entre os atores, como a escolha de instalar sua iniciativa no bairro (ou seu entorno próximo) em função da possibilidade de transformar suas propriedades familiares, antes destinadas à habitação, serviços ou indústria, em *coworkings* e espaços ligados ao campo da música (shows, gravações). Este ponto esteve presente, sobretudo, nas iniciativas criativas analisadas pela pesquisa, cujo investimento, seja ele primário (reforma inicial do local) ou secundário (adaptações ao conteúdo de seu empreendimento), provém de recursos financeiros próprios. Tal fato pode indicar que, tratando-se de iniciativas que requerem grandes investimentos em infraestrutura e mobiliário, tais atores sociais entrevistados pertencem a classes sociais de maior poder aquisitivo.<sup>11</sup> Esta hipótese pode ser associada, ainda, aos dados levantados em entrevista quanto a suas trajetórias pessoais, as quais envolviam viagens internacionais, formação superior e especializações em suas respectivas áreas.

---

<sup>11</sup> Este fato também se apresenta em outros marcadores sociais da diferença de empreendedores da região, como cor e raça.

Já a origem social e trajetória do ator entrevistado do campo da cultura diverge, em parte, de tal trajetória dos empreendedores da economia criativa. Esse ator se especializou como carnavalesco, e seu papel na iniciativa cultural analisada era administrativa e de direção de bateria de uma escola de samba que, embora com grande proeminência no campo cultural local, depende de terreno e recursos públicos, os quais, a depender da administração pública (municipal e nacional), podem oscilar. Contudo, a iniciativa cultural é tida como um importante elemento do bairro, movimentando a região do entorno, principalmente em dias específicos de ensaio. Os dados parecem indicar que se trata de uma iniciativa inclusiva, que fomenta a economia local e atrai economia informal através do oferecimento de bebidas e lanches em frente ao local.

No que tange às iniciativas da economia criativa, parece haver um maior afastamento com outros atores locais, salvo aqueles que fazem parte das redes específicas que envolvem esse tipo de empreendimento. Os atores entrevistados apontaram dificuldade de se integrarem com a população local, embora apontem que esta é uma preocupação constante. Para uma entrevistada, “a ideia é fazer ações sociais de inclusão em que os moradores participem” (E1) e para outra: “a gente tem que fazer o papel de conversar mais” (E3). Parece haver, no entanto, em comum entre as entrevistadas, uma integração de tipo assistencialista com a comunidade do entorno, mais do que como parceria estratégica para seu negócio.

A inserção (ou a falta dela) no bairro se alinha com o próprio público que frequenta tais iniciativas: em todas as entrevistas, sejam elas do campo da cultura ou da economia criativa, foi apontado que o público que frequenta provém de diferentes partes da cidade. Em uma das instituições culturais que pesquisamos, o público parece ser de origem mais popular, vinda de diferentes partes da cidade e da região metropolitana, com uma marca mais conservadora e tradicional, como ilustra a fala do Entrevistado 2:

Têm muitas famílias, muitos conhecidos, muito homem velho que já colaborou e agora está vendo seu filho, seu neto, parente ajudando aquilo que ele já fez. É uma escola muito antiga, conservadora, tradicional, vão passando naturalmente, mas com toda naturalidade.

Já nos empreendimentos de economia criativa, parece haver uma prevalência de classes sociais mais altas – tal hipótese pode ser caracterizada pelo próprio preço de adentrar e utilizar os espaços de *coworking* (Coworking Brasil, 2022). O E3 converge com o descrito anteriormente dizendo: o público que frequenta [...] hoje, que vai lá pelo *coworking* não é o público do bairro, porque a gente é um produto um pouco *premium* para o bairro (E3). Outro entrevistado da classe criativa apontou que, embora o público que frequente sua iniciativa provenha não apenas de outras partes da cidade, como de outros lugares do mundo, a vizinhança aprecia

o processo iniciado pela transformação do imóvel, através dos equipamentos de segurança que contribuíram para diminuir a violência na rua: “a gente começou a ocupar e deu uma acalmada na rua. Temos isso com nossos vizinhos muito claro, porque eles nos agradecem por esse processo” (E4).

Duas das iniciativas entrevistadas, ainda, procuram fomentar a ideia do desenvolvimento de um ecossistema de inovação e criatividade na região do 4º Distrito através do fortalecimento de redes entre atores sociais do mesmo nicho de mercado. Tal iniciativa é incrementada por projetos públicos, como citado na seção anterior – embora estes sejam vistos com desconfiança por alguns dos atores entrevistados, como afirma a entrevistada 3, para quem o descrédito as ações do poder público é algo comum entre empreendedores da região:

[a economia criativa] é o que está movendo o 4º distrito, é o que está promovendo. O Masterplan existe há muitos anos, apesar disso, da ineficiência do poder público. Esses negócios estão acreditando [...] cada investidor, ele fala com a Prefeitura e ele mesmo reforma a rua dele, não fica esperando, sabe? [...] Não acredita que o poder público vai fazer muito, a gente até tenta se envolver, não é que não acredita mas não aposta todas as fichas. Vamos retomar o Masterplan? Ta bom, vamos, mas não acho que isso aí vai acontecer. É indústria criativa no sentido mais amplo que está fazendo acontecer o 4D. [...] O que a gente fala em alguns momentos: ‘O 4D está acontecendo, apesar de o poder público não estar fazendo quase nada, ta acontecendo pelos empreendedores e empresários que acreditam e vão lá desbravar o bairro.

No entanto, mais de um entrevistado apontou preocupação com o processo que suas iniciativas poderiam desencadear, como a gentrificação. Segundo a mesma entrevistada “não adianta, querendo transformar um bairro, querendo atrair negócios, investidores, vão ser negócios de pessoal de fora” (E3). Portanto, em sua perspectiva, seu empreendimento pode atrair outros negócios mais capitalizados, mas deve haver uma preocupação com o entorno,

Com comércio e moradores, porque vai haver uma valorização imobiliária e essa valorização a gente tem que trabalhar para não expulsar os atuais moradores e comerciantes dali. é uma conciliação difícil né, mas tem que ter essa preocupação.

Esta preocupação, no entanto, não aparece na iniciativa cultural analisada, pois as transformações no bairro, sobretudo advindas do poder público (calçamento) e do mercado imobiliário (novos prédios) são apreciadas: “estão construindo um prédio enorme aqui perto, que eu não sei o que que é. É um grande sinal de uma melhora, supõe-se que seja isso” (E2). Uma característica importante dessa entrevista é o nível de parceria buscado entre o empreendimento de cultura e o poder público, demonstrando uma relação de dependência da instituição frente às prioridades de atuação das gestões municipais.



Este ponto demonstra uma discrepância com os entrevistados da classe criativa, cuja independência do poder público, bem como seu descrédito a este, é uma marca importante, tanto em ações quanto em financiamentos. Para um entrevistado (E4), os projetos de revitalização estariam muito mais atrelados a interesses comerciais e o termo “economia criativa” seria de tempos em tempos, “chacoalhado” para privilegiar o mercado imobiliário, por exemplo.

Tu chegas no poder público, todo mundo sorri, todo mundo acha lindo, chega semana que vem, aparece outra necessidade e eles não podem. Não to falando de má fé eu to falando da natureza de como funciona, ainda mais do Brasil, a questão do poder público, é muito broxante. [...] eu estou bem decepcionado com o uso do poder público com tudo que eles prometem que vão fazer e eles não fazem exatamente como dizem, né? Pior eles fazem muito menos e demora muito mais. Eu já vi melhorar. Não alaga todo dia que chove, a segurança melhorou de uma certa forma, mas essa questão do da economia criativa é um é um jargão muito aberto.

Já para a entrevistada 1, pelo contrário, “o fato de ser uma cena “criativa” é de extrema importância para mim, me identifico com o lugar por isso” (E1), embora desconheça os projetos do poder público destinados para a região e sinta que “são só promessas, não vejo nenhum concretizar algo aqui, de fato”. Essa falta de materialidade também apareceu na entrevista 4, na qual a entrevistada critica as leis de incentivos e isenção de IPTU, ITBI, pois, segundo ela, para conseguir tais isenções e reduções, o imóvel deve estar no CNPJ da empresa, algo que não ocorre em seu empreendimento, possivelmente por se tratar de imóvel atrelado ao seu “*family office*”:

A gente já estudou esses financiamentos, tem até uma linha de crédito para negócios da economia criativa. [...] não conheço ninguém que tenha conseguido acessar tá, é só blabláblá e uma burocracia enorme. [...] então quando a prefeitura fala e tem isso e tem agora pergunta alguém que acessou? (E3).

Tanto a relação com o poder público quanto a percepção da direção das iniciativas no bairro também parecem ser divergentes entre os atores estudados. Enquanto que, para os entrevistados da economia criativa, parece haver uma confiança nas ações de empreendedores nas transformações positivas do bairro, em detrimento das transformações oferecidas pelo poder público, como os planos de revitalização,<sup>12</sup> para o ator social entrevistado no campo da cultura, parece haver uma impotência quanto à interferência de sua iniciativa cultural nas melhorias do bairro, segundo ele:

---

<sup>12</sup> Inclusive uma das entrevistadas aponta uma substituição à palavra “revitalização”: “a gente fala em vitalização, de modernização, melhoramentos, E tenta não falar a palavra revitalização, porque já tem coisa ali né, não precisa... tu precisa melhorar um pouco o bairro, modernizar ou cuidar um pouquinho” (E3).

*Não tem como a gente mudar muita coisa, as coisas têm que vir de cima para baixo, vai vir iniciativas da prefeitura, os espaços vão ser melhorados [...] se não tiverem apoio do poder público, do espaço geográfico, segurança, iluminação, pista de desfiles, construção de arquibancadas, fica muito difícil de executar, se não tiver a ajuda da prefeitura e também para o governo do estado e procuramos dialogar estrategicamente. Reconhecemos que somos muito pequenos para chegar nesses poderes” (E2).*

Ao mesmo tempo, no entanto, tal ator indica que “tem contatos” nos diferentes poderes municipais. Segundo ele, “temos amigos na Câmara de Vereadores, na prefeitura...” (E2). No entanto, esta “amizade” não se concretiza necessariamente em ações por parte do poder público, embora sejam fundamentais para se criar possíveis redes com o setor privado. Para este ator, tal instituição cultural não teria a credibilidade de pleitear um financiamento de grandes empresas, mas o poder público poderia fazer essa mediação:

É muito difícil uma escola de samba conseguir apoio do empresariado. Está difícil para todos, independentemente da pandemia. Mas a escola de samba por si só, para chegar ao comercial Zaffari, da CEEE, que já nos patrocinaram. Vou botar minha melhor beca, para falar com a CEEE, Zaffari? Melhor o prefeito fazer.

A questão dos “contatos”, no contexto de capital social, parece ser muito importante para ambas as iniciativas, culturais e criativas. Na iniciativa cultural analisada, por exemplo, a estratégia adotada para aproximação do poder público foi a elaboração de uma carta aberta a todos os candidatos à prefeitura de Porto Alegre nas eleições de 2020. Já no que tange a algumas das iniciativas criativas, há maior diálogo com o poder público e com o destino de algumas transformações no bairro. É o caso, por exemplo, de um dos projetos elaborados no âmbito da articulação do Pacto Alegre, que, ao traçar um plano piloto para a região, fez de tal forma para incluir um dos empreendimentos criativos, segundo a entrevistada 3. Ao mesmo tempo, os contatos fora do poder público também são importantes, sejam eles locais, sejam internacionais. É o caso de uma das iniciativas que considera a internacionalização de seu empreendimento como um elemento fundamental: “o mercado internacional é absolutamente fundamental” (E4). Ainda, para o mesmo entrevistado, “essa internacionalização para gente é muito natural, a gente também tem passaporte alemão, cidadania” (E4), o que facilitou a compra e a importação dos equipamentos que são utilizados em seu empreendimento.

Contudo, essa agenda de “contatos” fundamentais parece dizer respeito muito mais aos nichos dos quais as iniciativas estão inseridas do que entre diferentes nichos: no caso da iniciativa cultural, “relacionado à cadeia produtiva do carnaval” (E2) e, no caso dos empreendimentos criativos, ao Distrito Criativo e redes de negócios de inovação e criatividade. O grau de tais inserções variam, podendo ser praticamente nulas – inclusive com algum elemento de descrença e desconfiança

–, até a própria criação de novas redes no interior do bairro, a exemplo da nova iniciativa “Seja, Sou, Somos 4º Distrito!”

Por fim, outro elemento de análise, a transformação do bairro e os desejos e expectativas destas transformações, também pode ser identificado. Em comum, todos entrevistados apontaram preocupação com a melhora da segurança e da criação de uma “comunidade” – seja ela do bairro, seja ela respectiva ao seu nicho de mercado – mais integrada. Para uma entrevistada (E1), deveria haver mais incentivos por parte da Prefeitura, de revitalização e de incentivos fiscais para que o bairro possuísse um “DNA cultural” com lugares voltados à cultura, artes e gastronomia. Seu desejo é que no bairro

Fosse possível as pessoas caminhar pelas ruas sem medo, com mais segurança. Um lugar mais limpo sem o lixo exposto nas ruas. Um lugar que as pessoas não tivessem medo das prostitutas e que a coisa fosse mais integrada (E3).

Já outro entrevistado (E4) acredita que seja possível tal transformação se houver uma nova organização do bairro, baseada no “investimento em tecnologia e infraestrutura, cuidando para que não se faça só um olhar dentro das expectativas de desenvolvimento imobiliário para alta classe”. Para ele, “hoje [o bairro] se desenvolve também de uma forma que acaba refletindo em prostituição e tráfico, coisas negativas” (E4). Porém, tanto este entrevistado quanto a entrevistada 3, da classe criativa, acreditam que sejam possíveis transformações no bairro que se assemelhem a “estruturas de primeiro mundo”, nas quais o bairro “conviva bem com o novo e o antigo, o chique e o mais *underground*, imagino um *Brooklyn*, um *Chelsea*” (E3).

## 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este capítulo abordando as interseccionalidades entre as iniciativas de cultura e economia criativa articuladas no bairro Floresta em Porto Alegre. Em um primeiro momento, indicamos quais eram e são os principais planos para o desenvolvimento econômico e social da região, assim como a percepção de determinados atores sociais sobre eles. Logo após, utilizando uma metodologia de entrevistas semiestruturadas, buscamos acessar narrativas destes empreendedores comparando o que eles têm em comum e no que eles se distanciam.

Os grandes projetos de intervenção urbana que afetam o 4º Distrito de forma geral e o bairro Floresta, de forma específica, têm uma história política que visa à mudança da realidade de abandono deste território. Além destes projetos

que envolvem muitos atores sociais e que partem do poder público, há uma série de atividades localizadas que mudam a cara da região e atuam, em maior ou menor medida, de forma independente a qualquer ação do poder público municipal, federal, e até, como nos foi muitas vezes colocado, parcerias internacionais.

No que se refere aos núcleos de sentido que aproximam e distanciam iniciativas de cultura de economia criativa, como relatado no primeiro capítulo deste volume,<sup>13</sup> trabalhamos com quatro dimensões: trajetória social, pertencimento ao território, percepção sobre as transformações na região e, por fim, redes de relações com o poder público. Tais indicações de categorias de análise nos indicam aspectos de convergência entre os dois grupos entrevistados, como a compatibilidade com o modelo de bairro que se deseja.<sup>14</sup> Contudo, a trajetória social e os vínculos com o bairro são pontos destoantes entre as iniciativas de cultura e economia criativa.

A importância que estes atores sociais têm no bairro Floresta é constantemente afirmada pela mídia, principalmente no que se refere às iniciativas de empreendedorismo e inovação na cidade. Talvez esta seja uma diferença fundamental entre os grupos aqui analisados: enquanto os grupos de cultura estabelecem um processo de resistência para perdurar no território e serem vistos, as iniciativas de economia criativa têm uma visualização maior nos projetos de intervenção no bairro Floresta. Tal diferenciação se dá, seja pelo acesso de empreendedores da região à construção de políticas urbanas no território, embora vistas com certo descrédito e desconfiança, seja pelo planejamento político da gestão pública atual do município que investe capital financeiro e simbólico para a transformação do 4º Distrito, e, conseqüentemente, do bairro Floresta.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE JR, Orestes. Revitalização do 4º Distrito prevê isenção de impostos e prédios icônicos sem limite de altura. *Câmara Municipal*, Porto Alegre, 17 dez. 2021. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/revitalizacao-do-4-distrito-preve-isencao-de-impostos-e-predios-iconicos-sem-limite-de-altura>. Acesso em: 04 mar 2022.

---

<sup>13</sup> Capítulo 1: Metodologia e dimensão Global-Local no bairro Floresta no 4º Distrito, presente neste mesmo volume.

<sup>14</sup> Dentro da construção de um roteiro de entrevistas semiestruturadas, uma das questões colocadas aos entrevistados foi “Qual bairro você deseja para o futuro?” Tal provocação gerou uma série de manifestações relacionadas à uma idealização do futuro deste território. Manifestações que tiveram um sentido aproximado entre os dois grupos pesquisados.

BANCO MUNDIAL. Transformação Urbana e Financiamento de Infraestrutura no 4º Distrito – Porto Alegre, Sustainable Latin America Urban and Resilience (SLCUR). *Su-mário Executivo* – Português. 2020.

BORBA, Elisandra. Banco Mundial confirma operação inédita para Porto Alegre. *PMPA*, 26 nov. 2018. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/banco-mundial-confirmar-operacao-inedita-para-porto-alegre>. Acesso em: 07 mar. 2022.

CALDEIRA. Sede da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo será transferida para Instituto Caldeira, 29 de mar de 2021. Disponível em: <https://institutocaldeira.org.br/blog/sede-da-secretaria-do-desenvolvimento-economico-e-turismo-sera-transferida-para-instituto-caldeira/>. Acesso em: 07 mar. 2022.

COWORKING BRASIL. 2022. Disponível em: <https://coworkingbrasil.org/spaces/>. Acesso em: 07 mar. 2022a.

COLUSSI, Joana. Pesquisa revela que Porto Alegre é a segunda cidade mais criativa do Brasil. *Zero Hora*, 13 abr. 2012. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2012/04/pesquisa-revela-que-porto-alegre-e-a-segunda-cidade-mais-criativa-do-brasil-3725859.html>. Acesso em: 07 mar 2022.

FLORES, Paulo Cesar. Comitê de Economia Criativa promove encontro. *PMPA*, 29 jun. 2016. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/inovapoa/default.php?p\\_noticia=187586&COMITE+DE+ECONOMIA+CRIATIVA+PROMOVE+ENCONTRO](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/inovapoa/default.php?p_noticia=187586&COMITE+DE+ECONOMIA+CRIATIVA+PROMOVE+ENCONTRO). Acesso em: 07 mar. 2022.

FLORIDA, Richard. *Cities and the creative class*. Routledge, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Antropologia, 1989.

BRASIL. *Lei 14.027 de 29 de junho de 2020*. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628> Acesso em: 13 abr. 2022.

LEWGOY, Julia. Nasce um vilarejo criativo em Porto Alegre. *Jornal do Comércio*, 27 out. 2014. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=177334>. Acesso em: 07 mar. 2022.

NÚCLEO DE TECNOLOGIA URBANA – NTU-UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Masterplan 4D: Operação Urbana Consorciada para Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito de Porto Alegre*. 2017.

O DESENVOLVIMENTO DO 4º DISTRITO SAI DO PAPEL. *Pacto Alegre*, Porto Alegre, 20 dez. 2021. Disponível em: <https://pactoalegre.poa.br/index.php/noticias/o-desenvolvimento-do-4deg-distrito-sai-do-papel>. Acesso em: 04 mar. 2022.

PMPA, 2022a. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/inovapoa/default.php?p\\_secao=1357](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/inovapoa/default.php?p_secao=1357). Acesso em: 07 mar. 2022.

PMPA, 2022b. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gi> .Acesso em: 07 mar. 2022.

PROGRAMA PIONEIRO DE ECONOMIA criativa busca fomentar o setor em Porto Alegre. *Jornal do Comércio*, 14 out. 2021 Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/economia/2021/10/815915-programa-pioneiro-de-economia-criativa-busca-fomentar-o-setor-em-porto-alegre.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2021/10/815915-programa-pioneiro-de-economia-criativa-busca-fomentar-o-setor-em-porto-alegre.html) Acesso em: 07 de mar de 2022.

ROSSA, Thaísa. Prefeitura prorroga prazo de inscrição para o Comitê Municipal de Economia Criativa. *PMPA*, 13 jan. 2022. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smdet/noticias/prefeitura-prorroga-prazo-de-inscricao-para-o-comite-municipal-de-economia-criativa>. Acesso em: 07 mar 2022.

SILVA, Luiz Henrique Apollo da. *Reestruturação urbana do Bairro Floresta: uma vitrine para o projeto de Cidade Criativa de Porto Alegre*. 2019. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

VENEGAS, Lisie; BARCELLOS, Claudete. Aprovada redução de impostos a empresas de tecnologia do 4º, 14 dez. 2015. *PMPA*. Disponível em: [http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=25782&p\\_secao=56&di=2015-12-14](http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=25782&p_secao=56&di=2015-12-14). Acesso em: 07 mar. 2022.

ZUKIN, Sharon. *Loft living: Culture and capital in urban change*. Rutgers University Press, 1989.

internacional  
moradores  
bairros comunidade flores  
social mundial orçamento  
tempo projeto papelheiros  
prédio região porto mundo  
público construção  
banco distrito prefeitura  
resiliência bairro casa espaço pauta  
questão vila verdade  
local vida cidade centro capital  
plano visão floresta rua política  
conselho governo  
zona desenvolvimento ideia  
economia projetos problema  
escritório população

# 4

## GOVERNANÇA URBANA NO BAIRRO FLORESTA: AGENTES, ESTRATÉGIAS E PLANOS DE INTERVENÇÃO

SELENA TAVARES

*Mestra em Políticas Públicas e Bacharela em Ciências Econômicas na UFRGS com ênfase em economia feminista, educação financeira, direito à moradia e direito à cidade. Integra o Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização de Cidades (GPSUIC/UFRGS).*

VITORIA GONZATTI DE SOUZA

*Mestra em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR/UFRGS. Participou do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC) e da Rede Observatório das Metrôpoles. Atualmente, trabalha como analista de políticas públicas no Observatório de Segurança Pública de Canoas.*

JOANA WINCKLER

*Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e Licenciatura em Ciências Sociais, ambos na UFRGS. Integra o Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC/UFRGS) e compõe o Núcleo Porto Alegre da INCT Observatório das Metrôpoles.*



## 4.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo pretende apresentar as percepções do bairro Floresta a partir do poder público e do mercado imobiliário, analisando tanto o discurso de pessoas que representam estes atores, quanto as movimentações destes atores em relação ao 4º Distrito e ao Floresta.

Cabe destacar que as pessoas entrevistadas nesta pesquisa possuem diferentes formas de olhar para o bairro Floresta, o que irá permear a apresentação dos relatos a seguir. Além disso, no caso de representantes do poder público e do mercado imobiliário, trata-se de atores cuja relação com o bairro se dá de maneira mais impessoal, isto é, são atores que se relacionam com o Floresta através de seus vínculos profissionais, mas que podem não habitar ou não frequentar o bairro. Dentre os entrevistados relacionados ao poder público, os pontos discutidos passam pela agenda da estratégia de resiliência, atuação em instâncias participativas e também a discussão política de apropriação de espaços ociosos na cidade para intervenções artísticas. Por sua vez, o entrevistado inserido no âmbito do mercado imobiliário vê o local e suas vantagens por ter atuado no Floresta e, assim, ter conhecido suas características históricas e geográficas.

## 4.2 PERCEPÇÃO SOBRE O BAIRRO FLORESTA

O bairro Floresta é um bairro histórico de Porto Alegre, e parte integrante do 4º Distrito. Segundo integrante do Conselho Municipal – aqui representado por “E7” –, o Floresta compreende espaços e estruturas datadas dos seus tempos áureos como bairro industrial, como galpões de transportadoras que, em sua maioria, hoje estão ou sem uso ou sendo usados para novos fins, fruto de uma migração de atividades econômicas para fora do 4º Distrito (E7). Na década de 1970, a prefeitura da capital projetou o Porto Seco, localizado na Zona Norte, próximo aos acessos de entrada e saída da cidade, para atrair as transportadoras que se concentravam no 4º Distrito (Machado, 2020). Assim, para o entrevistado, a transferência generalizada para o Porto Seco descaracterizou a região, sendo poucas as transportadoras remanescentes (E7). O bairro Floresta, atualmente, se destaca pela quantidade de galpões e construções para fins industriais, dos quais vários estão abandonados ou sem utilização. No que se refere ao seu patrimônio histórico e cultural, o Floresta concentra grande quantidade de edificações tom-

badas e inventariadas, o que é reconhecido pelo poder público municipal (Marx *et al.*, 2022).

Fruto do antigo zoneamento de Porto Alegre, o bairro Floresta tem um passado enquanto bairro industrial. Atualmente, o bairro não possui mais as mesmas limitações com relação a usos comerciais e residenciais, todavia segue com baixa densidade populacional. O desejado para um bairro é que ele seja heterogêneo, com proximidade entre seus imóveis residenciais e comerciais. Segundo um profissional do mercado imobiliário – aqui tratado por “E8” –, esse equilíbrio é necessário para que exista maior conveniência aos seus moradores, que não precisariam sair do bairro para se alimentar, e também maior segurança, pois um bairro comercial terá movimento apenas de dia, enquanto um residencial terá principalmente à noite (E8). Assim, para este entrevistado, o 4º Distrito deveria conter esta mistura.

O bairro Floresta é considerado também enquanto um “bairro de passagem” (E6), como referido por um representante do poder público – aqui referido como “E6” –, pois compreende vias importantes na cidade para quem trafega por meio de ônibus, carros e outros veículos, como a Rua Voluntários da Pátria e a Avenida Cristóvão Colombo. Além delas, vale destacar a Avenida Farrapos, uma das entradas e saídas da cidade, como foi citada por um dos entrevistados (E7). Destas estruturas, a Avenida Farrapos foi a mais recente a ser aberta, em 1940, visando à ligação entre o centro, a zona industrial e a saída da cidade (Figueiró, 2007). Assim, a proximidade com o centro e a posição na rota para entrada/saída da cidade são características relevantes no histórico do Floresta. Dentro do diagnóstico realizado pela consultoria contratada pelo Banco Mundial, o bairro Floresta era considerado uma zona de prioridade para intervenção dentro do 4º Distrito, por já contar com grande parte de infraestrutura urbana instalada, referindo-se a aspectos como fiação e tubulação, por exemplo (E5).

No que se refere a uma visão geral sobre o bairro, o entrevistado 6 cita a percepção de um espaço de abandono, com lixo, pouca iluminação, com imóveis vazios, mas que despertam a ânsia dos movimentos culturais pela sua apropriação (E6). Porém, também se enxerga vida no bairro, com a existência de residências e comércios, mencionando principalmente restaurantes, além de citar a Vila dos Papeleiros, Ksa Rosa e Assentamento Vinte de Novembro (E7). Segundo entrevistado funcionário do poder público – aqui representado por “E5” –, ali existem movimentos orgânicos locais que chamam atenção para a área, mesmo sem o apoio do poder público, e que não existem da mesma maneira em outras regiões da cidade (E5). Por sua vez, um profissional do mercado imobiliário reconhece vantagens no 4º Distrito pela sua localização “perto de tudo” e por considerar que ainda existem poucas construções na área. Além disso, cita a existência de inicia-

tivas isoladas que ajudam a "levantar" o 4º Distrito, como bares, restaurantes e espaços voltados para atividades criativas (E8). Contudo, o mesmo entrevistado também nomeia uma série de fatores que considera negativos para atrair moradores para o bairro, como prostituição, residências pobres, baixa densidade populacional, pouca iluminação pública e sensação de insegurança (E8).

Na visão do entrevistado 7, idealmente deve-se pensar nas necessidades de um bairro de dentro para fora, de forma mais próxima e colaborativa, com atividades em pequena escala. Ademais, o entrevistado menciona alguma afinidade com a ideia de economia criativa, por ser um aspecto ligado ao nível local de bairro e à economia circular (E7). Já na visão do profissional do mercado imobiliário, um lugar "novo" na cidade, como o Floresta/4º Distrito, depende da geração jovem para ser ocupado, uma vez que pessoas com moradia já consolidada não irão tender a mudar-se para um lugar novo, especialmente em uma "cidade extremamente tradicional e conservadora" como Porto Alegre (E8). Assim, esta visão tende a ser mais focada em agregar ao bairro elementos que vem de fora dele. Entretanto, na atualidade, o Floresta é visto como um espaço de contradição, por agrupar espaços de criatividade, espaços "instagramáveis", e ao mesmo tempo, espaços de abandono, de tráfego, de prostituição (E6), elementos também mencionados pelo entrevistado E8.

Enquanto o bairro Floresta abarca essas características em algum nível, todavia, ele se diferencia dos demais bairros do 4º Distrito por ser uma área de conexão com o bairro Moinhos de Vento, conhecido por concentrar população de classe média-alta em Porto Alegre. Este aspecto também é reconhecido, principalmente por atores que o enxergam como algo que valoriza economicamente o Floresta, como é o caso do profissional do mercado imobiliário (E8).

Os entrevistados reconhecem a existência de "iniciativas isoladas", mas que funcionam em rede, em que citam espaços de gastronomia e economia criativa (E8), e, mais amplamente, "movimentos que já acontecem nessa região de maneira orgânica e sem incentivo nenhum ou apoio do governo. [...] A gente tem muita participação social, a gente tem muita iniciativa privada ali que já acontece, apesar dos pesares" (E5), segundo funcionário do poder público, que expõe sua visão de porque isso acontece na região:

Isso se dá por conta de coisas que já tão ali há milênios, resquícios de um desenvolvimento urbano que hoje tá diferente, mas também por um movimento de *hype* assim, um movimento de moda, que tem a ver com outras tendências internacionais que a gente vê em outras cidades, outras metrópoles, de conseguir transformar áreas degradadas em áreas modernas e que atraem pessoas das artes, pessoas da cultura, indústria criativa.

Desta forma, esse seria o diferencial do 4º Distrito e o motivo dele ser tão visado pelo poder público e pelo setor privado como uma potência a ser explorada, em detrimento de outras áreas da cidade.

Ao mesmo tempo em que há formas de organização em rede atuando de maneira separada do poder público na região, este parece não conduzir um debate satisfatoriamente participativo sobre o futuro do 4º Distrito e, por conseguinte, do bairro Floresta. Nesse sentido, um dos entrevistados (E7) aponta que dentro do CMDUA não havia, até 2021, discussões profundas sobre o 4º Distrito, nem debates, exceto de propostas pontuais, a exemplo do projeto de uma construção de igreja, que chegou ao Conselho para apreciação. Em relação ao âmbito legislativo, uma vez constituído o grupo da Frente Parlamentar do 4º Distrito<sup>1</sup> na Câmara de Vereadores, em 2021 (Camarapoa, 2021), os debates passaram a se concentrar entre os integrantes. Os encontros dentro da Frente Parlamentar são abertos, mas há dificuldades em saber como acessar as discussões, especialmente remotamente, em que é necessário encontrar o link de acesso à reunião (E6).

Sobre a população que habita o Floresta, o bairro compartilha com o restante do 4º Distrito a característica de ter comunidades de moradores que precisam ser atendidas (E7). Na Rua Voluntários da Pátria, a Vila dos Papeleiros, “construída com sentimento de ser controlada pela própria comunidade” (E7), é destacada pelo entrevistado por “toda a relação que essa comunidade tem/tinha com os transportadores e com o próprio comércio” (E7), tendo sido reconhecido também pelo representante do poder público (E6). Relacionada a esta comunidade, há a AREVIPA, a Associação de Reciclagem da Vila dos Papeleiros. Na rua Barros Cassal, o Assentamento Vinte de Novembro é mencionado como resistência, sendo, tanto ele quanto a Ksa Rosa, na rua Voluntários da Pátria, iniciativas coordenadas por “mulheres guerreiras que querem construir um processo coletivo com uma visão de dentro pra fora e não de fora pra dentro” (E7).

No que se refere aos demais espaços que se destacam no bairro Floresta para os entrevistados, tanto por receber os residentes quanto o público em geral, foi citada a Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora, um dos primeiros clubes negros de Porto Alegre, mas que foi sendo removido para outros bairros mais afastados da cidade, em um movimento de segregação (E6), como ressaltado pelo representante do poder público. Atualmente, no bairro, protagonizado pela população negra, um representante do poder público cita o Ponto de Cultura Africanamente. O espaço “faz lançamento de livros, faz palestras, usa como realmente um ponto de cultura, assim, para além da capoeira” (E6). É relevante citar

---

<sup>1</sup> Requerimento de Constituição da Frente Parlamentar do 4º Distrito na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/136246/REQ69-21.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2022.

também o “Shopping Total, que foi uma recuperação do prédio [de antiga cervejaria], sendo este a maior obra ali daquela região, porque recuperou o patrimônio histórico que é importante para a cidade” (E7). De acordo com o entrevistado 6, o Shopping Total acaba sendo um dos espaços onde a população jovem circula no bairro, muitas vezes em detrimento de acessar pontos de cultura (E6).

No tocante à visão de futuro do Floresta, um dos entrevistados teme uma elitização do bairro, uma pressão sobre moradores que já estão no local a partir de novas construções (E7). Nesse sentido, ações que podem contribuir para um processo como este podem já estar despontando. Conforme levantado pelo entrevistado 6, percebem-se elementos de higienização no bairro a partir de tentativas de afastar a população em situação de rua, ao mesmo tempo que tentam criar espaços que atraiam outro tipo de público (E6). Com isso, acredita que o 4º Distrito possa estar se encaminhando para ser focado em empreendimentos boêmios, em um movimento de se tornar uma “nova Cidade Baixa”, mas também com espaços “instagramáveis”, voltados para negócios (E6). Contudo, esta mudança espacial do bairro pode não ser observada de forma tão frenética.

O profissional do mercado imobiliário aponta que este segmento se caracteriza por ciclos longos, de 10, 20 ou 30 anos (E8). De fato, o Índice FipeZAP+, que acompanha o comportamento dos preços de venda de imóveis residenciais, apresentou em Porto Alegre a variação de +5,99 %, acumulada nos últimos 12 meses, em janeiro de 2022, inferior à inflação acumulada pelo IGP-M/FGV de +16,91 % no mesmo recorte temporal. De acordo com o índice, o mercado imobiliário de Porto Alegre está estabilizado nos últimos anos. A figura 1 representa o mapa de Porto Alegre atualizado de acordo com o preço médio por metro quadrado, demonstrando que o bairro Floresta continua sem apresentar uma valorização expressiva (Bueno, 2022). O profissional do mercado imobiliário conclui: “O 4º Distrito é uma eterna promessa. Vai acontecer. Ele não aconteceu ainda” (E8).

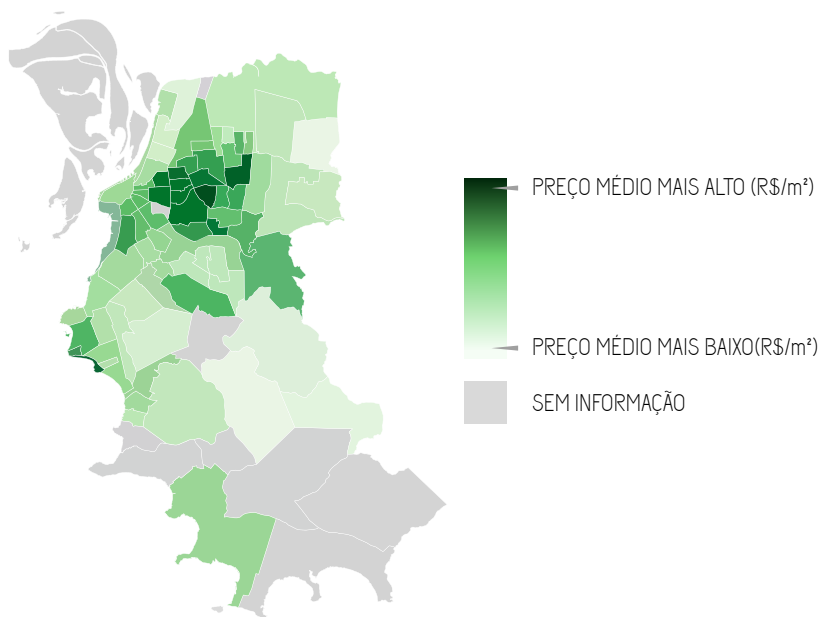


Figura 1 – Mapa de Porto Alegre de acordo com o valor médio por metro quadrado

Fonte: FipeZAP+ e IBGE, 2022.

Na sua visão de representante do mercado imobiliário, um dos entrevistados constata que mudanças tendem a demorar para ocorrer e, ainda afirma que, se não houver mudanças na operação da prefeitura com relação à aprovação de empreendimentos imobiliários, este ciclo pode ser ainda mais longo para projetos no 4º Distrito (E8). Nesse sentido, observa-se que o 4º Distrito vem sendo demarcado pela prefeitura como área de revitalização desde a década de 1990, figurando nos planos diretores desde então como local destinado à transformação (Marx; Araujo; Souza, 2021). Quanto a esta relação entre poder público e mercado imobiliário, o mesmo entrevistado (E8) afirma que em Porto Alegre o poder público não investe em infraestrutura nos bairros periféricos e ao mesmo tempo limita a construção nos bairros mais nobres da cidade, fazendo com que a demanda se concentre sempre nos mesmos bairros nobres, onde há escassez de terrenos. Além disso, cita dificuldades com o tempo, especialmente entre a solicitação e a aprovação do projeto, o que aumenta o risco para o investidor, principalmente quando o projeto envolve patrimônio cultural – situação em que a aprovação leva o dobro do tempo, de acordo com o entrevistado. Menciona ainda as instabilidades institucionais no âmbito Federal, como outro risco assumido pelo empreendedor, e que os custos de construção aumentaram enquanto a renda da população não, inviabilizando o repasse desse aumento dos preços pelo setor imobiliário para os consumidores. Assim,

criar empreendimentos em um lugar onde não há certeza sobre a demanda, como é o caso do 4º Distrito, é considerado um risco alto para o mercado imobiliário.

## 4.3 CONTEXTO ATUAL DO BAIRRO: PROJETOS

O 4º Distrito, incluindo, conseqüentemente, o bairro Floresta, é uma região muito visada pelo poder público e por iniciativas privadas como uma potência a ser explorada. Desta forma, ao longo dos anos, diversos planos e projetos sobre a região foram realizados.

De todos os projetos, o Masterplan se destaca. Realizado em 2016, durante o governo Fortunati (2010-2017), pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Masterplan apresentou um plano de desenvolvimento urbanístico para o 4º Distrito. Esse plano contemplava uma ampliação das áreas verdes, um polo de saúde e uma diversificação das atividades econômicas, especialmente nos segmentos de inovação, tecnologia e comunicação (Mello, 2016).

Segundo funcionário do poder público, o Masterplan “foi importante para que o 4º Distrito se consolidasse enquanto uma área que tem que ser observada, enquanto um território que compartilha de algumas características” (E5). Ainda assim, o documento do Masterplan “era lido com uma série de ressalvas” por falhar em abordar diversos aspectos importantes (E5). As principais críticas vinham de assistências técnicas internacionais, contribuindo para que o documento fosse cada vez menos considerado, “embora exista um lobby forte para que as propostas do Masterplan e as suas propostas de intervenção sempre voltem” (E5). Vale destacar que o Masterplan é um projeto conhecido e mencionado também pelos demais entrevistados (E6, E7 e E8), evidenciando ter sido um produto que circulou amplamente entre os atores.

Ainda durante o governo Fortunati (2010-2017), foi elaborado o documento Estratégia de Resiliência, consistindo em um diagnóstico da cidade de Porto Alegre que também identificava possíveis ações a serem tomadas para tornar a cidade resiliente. O documento surgiu devido à articulação de César Busatto, Secretário Municipal de Governança Local (2010-2016), ao inscrever Porto Alegre no Desafio 100 Cidades Resilientes da Rockefeller Foundation em 2014. Após a aprovação, foi criado o Escritório de Resiliência, que gerou o documento com base na metodologia da Rockefeller Foundation, fazendo uso dos recursos e parcerias internacionais provenientes dela (E5).

A Estratégia de Resiliência foi um marco para a consolidação do 4º Distrito como uma prioridade, trazendo esse reconhecimento externo da rede internacional 100 Cidades Resilientes. Entre as ações recomendadas pelo documento, a primeira delas era a revitalização do 4º Distrito, região considerada estratégica para o fortalecimento da economia da cidade e com grande potencial acumulado. A região foi descrita como uma área degradada, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,752, abaixo da média da cidade de 0,805, e que não recebia suficiente investimento ou apoio para iniciativas locais havia mais de 30 anos. A revitalização buscava a inclusão produtiva da população vulnerável que habita o local (Busatto *et al.*, 2016). De acordo com entrevistado funcionário do poder público, desta forma, “o 4º Distrito se torna uma pauta quase que automática para financiamentos, para captação de recursos, para assistência técnica nacional e internacional, para viabilização de obras com recurso do município e qualquer outro tipo de movimentação de recursos” (E5).

Nesse mesmo contexto, o bairro Floresta e a região do 4º Distrito passam a se destacar como uma região que abriga *coworkings*, *startups* e economia criativa, passando a ser considerado um fomentador do ecossistema de inovação na cidade. A prefeitura passa a apoiar este tipo de empreendimento, como ilustra o Projeto de Lei Complementar 022/2015, que instituiu a redução do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), a isenção do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) às empresas de base tecnológica, inovadora ou de economia criativa que se instalassem na região no prazo de 5 anos.<sup>2</sup>

Exemplo desse processo também pode ser visto na criação de uma Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre (ZISPOA), abarcando diferentes bairros da cidade, entre eles o Floresta, que desde 2015 busca desenvolver Porto Alegre enquanto polo de inovação combinado com sustentabilidade e resiliência. O ZISPOA, financiado pelo Banco Mundial, foi elaborado para o Governo do Estado pelo Global Urban Development (GUD) enquanto uma estratégia econômica, fomentando *startups* e o crescimento de negócios através de seis elementos-chave: “Inovação e Tecnologia; Empreendedorismo e Startups; Sustentabilidade e Eficiência de Recursos; Criatividade e Colaboração; Gestão Comunitária Participativa; e Ambiente Amigável aos Negócios” (ZISPOA, 2016).

Em 2016, houve eleições municipais, levando a uma mudança de governo, bem como uma reformulação da estrutura administrativa municipal. Ao mudar o governo, logo, também se alteraram as prioridades. O governo Marchezan (2017-2021) trouxe uma pauta forte de privatizações e redução de gastos públicos

---

<sup>2</sup> Recentemente, tal Lei foi prorrogada pelo PLCE 019/20, dessa vez estendendo a vigência da alíquota do ISS para serviços na área de tecnologia em saúde (Fontoura, 2020).



e, aliada à saída de Cézár Busatto, um dos principais articuladores da estratégia de resiliência entre o escritório e o chefe do executivo (E5), fez com que a ideia de resiliência para a cidade perdesse sua relevância original, e que a Estratégia de Resiliência fosse deixada de lado. A rede 100 Cidades Resilientes, inclusive, acabou em 2019. O Escritório de Resiliência, no entanto, ainda existia. Para justificar sua existência dentro da estrutura do novo governo, o Escritório de Resiliência buscou apresentar estratégias de resiliência enquanto oportunidades para captação de recursos internacionais, para reduzir os gastos do governo e para aumentar a aproximação do setor privado com a cidade (E5). Foi com esse intuito que o Escritório de Resiliência fomentou sua parceria com o Banco Mundial, iniciada em 2016, visando à elaboração de trabalhos gratuitos de assistência técnica para Porto Alegre. Esses trabalhos gratuitos geraram projetos detalhados que poderiam ser usados futuramente para uma operação de crédito internacional, ou seja, para obtenção de um empréstimo do Banco Mundial. Segundo o entrevistado, esse é o *modus operandi* do banco para converter o setor público, principalmente na América Latina, que não costuma ter capacidade técnica para estruturar um projeto com o nível de dados que uma operação de crédito internacional exige (E5).

Em 2019, por exemplo, essa parceria gerou o modelo de negócios Desenvolvimento de um Hub de Serviços Municipais no 4D. Esse estudo identificou ações de curto prazo para incentivar o redesenvolvimento do 4º Distrito, incluindo a alternativa de realocar agências do governo municipal para a área. Mais notavelmente, em 2020, houve a viabilização do projeto denominado Transformação Urbana e Financiamento de Infraestrutura no 4º Distrito – Porto Alegre, elaborado pelo Banco Mundial com o apoio da assistência técnica internacional Fundo Global para a Redução de Riscos de Desastres (Monteiro, 2020).

O projeto Transformação Urbana e Financiamento de Infraestrutura no 4º Distrito apresentou detalhadamente o que poderia ser feito enquanto propostas de intervenção neste território, instrumentalizando a tomada de decisão da Prefeitura de Porto Alegre. A intenção era promover transformações estruturais de longo prazo na área. O projeto abordou vários aspectos do território, incluindo suas vocações, potencialidades e fraquezas, um plano de investimentos de capitais que descrevia os valores de cada proposta de intervenção e uma gestão da valorização imobiliária, com estimativas de retorno financeiro para o governo e estratégias para evitar a expulsão de atores vulneráveis já presentes na região (Monteiro, 2020).

As propostas do projeto Transformação Urbana e Financiamento de Infraestrutura no 4º Distrito seguiram os eixos de desenvolvimento social, saneamento básico e requalificação urbana e mobilidade. Destacam-se obras de drenagem urbana, qualificação das estações do corredor de ônibus na Av. Farrapos,

promoção de habitações de interesse social próximas a essa avenida, e requalificação das vilas, em especial a Vila dos Papeleiros, também denominada Vila Santa Terezinha (Monteiro, 2020). Essa última proposta é significativa, visto que a ausência da Vila dos Papeleiros no Masterplan, representada apenas por uma faixa cinzenta no projeto, foi duramente criticada (E5).

Seguindo recomendação do Banco Mundial, certos aspectos do projeto Transformação Urbana e Financiamento de Infraestrutura no 4º Distrito não foram divulgados ao público. De acordo com funcionário do poder público, caso fossem amplamente publicizadas, as propostas de intervenção poderiam gerar especulação imobiliária (E5). Conquanto não deixe de ser verdade, o mercado imobiliário é sensível principalmente a ações do poder público e, apesar de tantos grandes projetos elaborados sobre a região, até 2021, a Prefeitura de Porto Alegre não havia implementado nenhum deles. Desta forma, o mercado imobiliário no 4º Distrito estava relativamente estagnado nos últimos anos, sem grandes transformações além das iniciativas de cervejarias artesanais, concentradas entre o bairro Floresta e o São Geraldo.

Já o atual governo municipal, comandado pelo prefeito Sebastião Melo (2021-2024), realiza, ao final de 2021, uma nova promessa: o Programa +4D. Fruto, segundo o vice-prefeito, da combinação de estudos técnicos, participação da UFRGS, Banco Mundial e da sociedade civil, promete “tirar do papel” o desenvolvimento e a revitalização da região do 4º Distrito (O desenvolvimento..., 2021). Contudo, uma das principais articulações que encabeçam tal projeto já alterava, desde 2018, a dinâmica da região, propondo outras intervenções urbanas: o Pacto Alegre,<sup>3</sup> o qual, segundo o atual prefeito da cidade, consiste em “um projeto para a cidade que está dando certo e precisa ser mantido. Uma cidade inteligente precisa de pessoas inteligentes” (Projetos..., 2021).

O Pacto Alegre consiste em uma articulação entre a Aliança pela Inovação (Como..., 2022), constituída pelas principais universidades de Porto Alegre (UFRGS,

---

<sup>3</sup> Em setembro de 2021, o coordenador do Pacto Alegre assumiu a Secretaria de Inovação do município, demonstrando os entrelaçamentos entre esta articulação e o paço municipal (Barroso, 2021a). Em outubro do mesmo ano, o coordenador acompanhou a comitiva a Madri, formada pela Prefeitura Municipal e o Governo do Estado com o objetivo de atrair a próxima edição do South Summit, uma das maiores feiras internacionais de negócios, inovação e empreendedorismo, para sua realização em Porto Alegre (Coordenador..., 2021). No próprio evento, houve a confirmação de que Porto Alegre sediará o South Summit em 2022, nesta ocasião o prefeito Sebastião Melo afirmou, enaltecendo Porto Alegre e o Pacto Alegre que "o South Summit encontrará um ambiente muito favorável em Porto Alegre. Temos muito talento e um grande acúmulo de inovação, tecnologia e empreendimento. [...] Aqui, vivemos a inovação. Temos uma união muito grande entre todos os setores, representada pelo Pacto Alegre e Aliança pela Inovação, por exemplo. Uma mobilização do poder público, universidades, empresários e sociedade civil em prol da economia criativa e do empreendedorismo" (Barroso, 2021b).

PUCRS e Unisinos), a Prefeitura, empresários locais e sociedade civil. Em sua organização, composta por uma mesa diretiva, encontram-se grandes empresas, entre elas, uma das maiores agências de notícias da região sul, grupos hospitalares, sindicatos de empresas e indústrias, bancos regionais e federações. Além destes, também estão presentes secretarias municipais, órgãos estaduais de justiça e lideranças de bancadas da câmara municipal. Ao mesmo tempo, em seu conselho consultivo, estão presentes outras grandes lideranças empresariais.

Segundo o Pacto Alegre, a mesa identifica desafios e discute soluções e projetos com um “senso de urgência”. A metodologia adotada pelo grupo seria assessorada pelo Presidente da Associação Internacional de Parques Científicos e Tecnológicos, idealizador do distrito Barcelona 22@, com o objetivo de transformar a cidade em uma referência mundial em inovação, através da criação de uma rede de conexão entre as instituições envolvidas. Os desafios identificados seriam organizados segundo os eixos social, econômico, urbano e governança, os quais abarcariam os projetos organizados conforme macrodesafios identificados (Pacto..., 2022). Dentro destes últimos, encontram-se cerca de 40 projetos.

No contexto desta pesquisa, cabe destacar o projeto Hands on 4D e o Living Lab 5G3I. O primeiro, denominado como uma “revitalização criativa” da região, ancorada no modelo de quádrupla hélice, isto é, da participação de comunidade, iniciativa privada, poder público e universidades, procura desenvolver intervenções urbanísticas na região com o objetivo de induzir novos projetos inovadores. Além disso, o projeto propõe a qualificação dos serviços públicos (energia, limpeza, coleta de lixo, embelezamento), bem como um estudo de legislação para transformação da área em Living Lab de novas tecnologias (Pacto..., 2022). Nesse mesmo compasso, o projeto Living Lab 5G4I, que objetiva implementar a primeira zona iluminada com 5G na cidade, bem como a experimentação de aplicações de IOT e Novos Negócios digitais, reforçaria o projeto Hands on 4D. O projeto Hands on 4D conta com a parceria do Sebrae, através de um diagnóstico das necessidades dos empreendedores no quadrilátero escolhido, bem como da parceria da empresa NoOne, que, além de se mudar para a região, também realizou uma pesquisa sobre o perfil de moradores e visitantes.

O projeto Hands on 4D elegeu um quadrilátero fronteiro ao bairro Floresta para suas primeiras intervenções como projeto-piloto. O quadrilátero composto pelas ruas São Paulo, São Pedro, Presidente Roosevelt, Conselheiro Camargo, Polônia e Moura Azevedo recebeu ações de revitalização e transformação urbana através da Prefeitura, como a substituição de lâmpadas à vapor por lâmpadas LED, “manejo arbóreo, a manutenção das redes de drenagem pluvial, a ampliação do plano de varrição diária, a instalação de novas lixeiras e o capeamento asfáltico” (Redin, 2020).

O 4º Distrito é considerado, nesse contexto, uma região estratégica para o desenvolvimento de inteligência urbana, através da possibilidade de se tornar *hub* de inovação, criatividade e laboratório de tecnologias inspirados em outros *cases* de sucesso semelhantes. Seria necessário, contudo, apostar em uma revitalização criativa, presente no projeto Hands on 4D e na implementação do sistema 5G do projeto de LivingLab 5G, para tornar a região mais tecnológica e interconectada para *business* (Pacto..., 2020). Enquanto região de destaque no ecossistema de inovação local, o 4º Distrito também é impactado por outros projetos do Pacto Alegre, como “Cidade das Startups”, “Territórios Criativos”, “Blitz da Inovação”, “Crowdfunding Poa”, “Instituto Caldeira”, “Imagem da Cidade”, entre outros.

Mais recentemente, ampliando e “dando nova cara” aos planos para o 4º Distrito, o Programa +4D, lançado no final de 2021, dá continuidade ao processo de atribuir a vocação criativa e inovadora à região e de concretizar os projetos e planos elaborados anteriormente. De acordo com reportagem publicada no site do Pacto Alegre, o 4º Distrito é

visto pela Prefeitura Municipal e pelo Pacto Alegre, como uma região de vocação para inovação, espaços inteligentes que irá abrigar centros de pesquisas, empresas de tecnologia e a indústria criativa. Como isso, não apenas a visão empresarial, mas também a qualidade de vida dos seus habitantes será melhorada, através de soluções urbanas eficientes e de infraestrutura modernizadas e adequadas (Revitalização..., 2020).

Para modernizar a infraestrutura da região, o Programa +4D propõe incentivos para empreendimentos habitacionais por meio de isenções fiscais sobre o Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Há encorajamento para que sejam construídas edificações inovadoras e sustentáveis, estimulando o uso de formas diferenciadas e de diferentes limites de altura. Ao mesmo tempo, pretende-se estimular o “quadrilátero do entretenimento”, formado pelas cervejarias da região que podem compor a futura Rota Cervejeira, fomentando assim o turismo da região baseado numa economia local. Cabe mencionar a disponibilização de uma nova linha de transporte público, a partir do final de 2021, o “C5 – Circular 4º Distrito/Moinhos de Vento”, cujo itinerário que perpassa o 4º Distrito engloba vias que circunscvem a área do quadrilátero do entretenimento, e possui atualmente horários de circulação que se limitam entre 23h e 2h (SMMU, 2021).

O Programa +4D ainda propõe obras viárias, viabilizadas pelo financiamento do Banco Mundial, de drenagem e saneamento, devido aos alagamentos frequentes na região, e revitalização e criação de praças. Soma-se, ainda, a preocupação social de regularização das casas na Vila Santa Terezinha, formalização de negócios com recicláveis e geração de emprego através de parcerias com entidades de formação para qualificação de mão de obra, intensificação de abordagens da

Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), bem como combate a operações clandestinas e ilegais. Outra medida para ampliar a segurança na região seria a utilização de Parceria Público-Privada de iluminação pública, com a instalação de câmeras de segurança para reforçar o monitoramento da região. Nas palavras do coordenador do programa:

Estamos vendo uma região que há pelo menos 30 anos aguarda um olhar atento do poder público, principalmente, para resgatar seu potencial. Este movimento partiu dos próprios empreendedores que começaram a se instalar no 4º Distrito. Nosso papel é viabilizar o desenvolvimento sustentável de uma região, que proporcione qualidade de vida tanto para quem quer morar ou trabalhar no local”, afirmou o vice-prefeito, que irá coordenar o programa (Tomasi, 2021).

No mesmo período que o Programa +4D veio a público, também foi anunciado o primeiro grande investimento da iniciativa privada na região pela incorporadora e construtora ABF Developments, sendo estes os dois marcos temporais mais recentes na linha do tempo do 4º Distrito, conforme figura 2. O 4D House Complex se localiza no bairro Floresta, quase na fronteira com o bairro São Geraldo, e se propõe a ser um imenso complexo residencial e comercial, com capacidade de circulação de até quatro mil pessoas. Sobressai, também, sua proposta de construção de um *boulevard* de dois quilômetros que ligará o complexo ao bairro Moinhos de Vento (Guerra, 2021). Será mais uma das iniciativas espalhadas na região, mas sua existência e grandeza podem incentivar o mercado imobiliário a fazer novos empreendimentos residenciais no bairro, acelerando o aumento da sua densidade habitacional e, conseqüentemente, da sua atratividade para as classes média-alta.

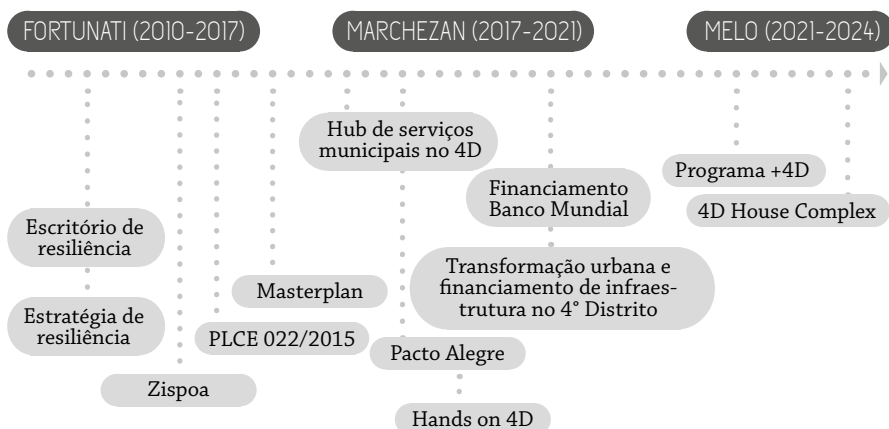


Figura 2 – Linha do tempo: marcos no 4º distrito.

Fonte: Elaboração das autoras.

## 4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar, tanto pela estabilização do mercado imobiliário no bairro Floresta, quanto pelo relato dos entrevistados e de outros relatos explicitados pela mídia, que os agentes imobiliários agem com cautela, visando minimizar os seus riscos. Neste processo, a ação do poder público através de investimentos em infraestrutura e de serviços públicos, que estarão disponíveis na região ou que serão removidos dela, parece ser uma expectativa de atores interessados na valorização econômica do bairro, como o mercado imobiliário. Além da valorização econômica, uma mudança de imagem que permita criar no seu público-alvo um desejo de morar ou de frequentar o Floresta, também é notável nestes atores.

Todavia, é visível uma ideia de que o poder público não deve “atrapalhar” os empreendedores, nas palavras do entrevistado profissional do mercado imobiliário e de vereadora integrante da frente parlamentar do 4º Distrito em notícia divulgada pela Câmara (Camarapoa, 2021). Isto aponta que a interação entre estes atores é marcada por expectativas e limites que parecem ser mútuos. Nesse sentido, os projetos do poder público e de redes que integram atores públicos e privados acabam refletindo estes papéis: o poder público enquanto principal agente das obras e investimentos iniciais, e o setor privado, onde se inclui o mercado imobiliário, como quem irá executar projetos de novas construções residenciais e comerciais, além de ocupar espaços existentes com novas atividades. Isto é explicitado, por exemplo, em ações previstas no projeto +4D, como os novos investimentos em infraestrutura urbana e a continuidade das isenções de impostos, como o IPTU para novos imóveis.

Em relação às visões de futuro sobre o Floresta, a atual composição de governo municipal tem uma orientação de advogar pela manutenção do crescimento e do lucro do setor privado de grande escala, o que favoreceria atores externos e não aqueles que estão no território, como restaurantes e demais empresas menores (E5). De forma complementar, o entrevistado 6 vê relação com outros processos acontecendo na cidade, dentro de um processo de migração de atividades. Assim, enxerga o Floresta no futuro como uma “Cidade Baixa” – porém mais próxima dos bairros nobres –, pois concentraria atividades boêmias, prevista principalmente pelo “boom” de hamburguerias e cervejas artesanais, enquanto na Cidade Baixa atualmente ocorre uma degradação, criminalização de atividades de rua e processos de higienização (E6). Ainda, outro entrevistado vê o bairro com muitos prédios “pra cima” que irão acarretar uma elitização do bairro e pressão sobre antigos moradores, como aqueles da Vila dos Papeleiros (E7). Contudo, ressalta que cinco anos são pouco para que se concretizem essas possibilidades, na sua visão. Assim, sobre o tempo de transformação da área, o entrevistado 8 também não

consegue ver o mercado imobiliário avançando significativamente na região em 5 anos devido aos entraves apontados no tempo de aprovação de projetos novos. Além disso, ressalta que a transformação que vinha ocorrendo, a partir da ação da indústria criativa, foi bastante afetada com a pandemia e que possivelmente isso irá frear o surgimento de novos estabelecimentos nos próximos anos (E8).

Contudo, transformações à vista já são detectadas no bairro Floresta. É interessante que este novo empreendimento, o 4D House Complex, segue o que os atores sociais entrevistados previram para a região. Um dos entrevistados havia expressado a existência de um consenso sobre a valorização no 4º Distrito ocorrer de baixo para cima, do Sul para o Norte (E5). Declarou, ainda, que essa “profecia meio que se autorrealiza [...]. A partir do momento que eles [atores do mercado imobiliário] acham que isso vai acontecer, isso acontece, porque são eles que determinam se acontece ou não” (E5). Todavia, segundo um profissional, apenas a iniciativa do mercado imobiliário não seria suficiente para uma revitalização. Segundo ele, seria necessário que a Prefeitura de Porto Alegre agisse efetivamente sobre a região (E8). Com a publicização do Programa +4D, a revitalização do 4º Distrito parece estar se encaminhando para ações palpáveis e dependerá, agora, do comprometimento da Prefeitura de Porto Alegre com sua implementação.

Ainda assim, é importante o questionamento de para quem servem esses projetos de revitalização “impulsionados pela especulação imobiliária, pelo setor financeiro” (E6). Os projetos de cidades frequentemente excluem a população de seu planejamento, principalmente a população pobre que habita os territórios a serem revitalizados e que estará sob risco de desalojamento devido ao aumento do custo de vida. O Programa +4D, por exemplo, pouco propõe, do ponto de vista social, que impeça um processo de gentrificação. “Mas aí também tem uma percepção de que cidade que cada um de nós queremos” (E5).

Portanto, o bairro Floresta é considerado uma região com grande potencial de valorização devido a ter parte de sua infraestrutura já instalada, movimentos orgânicos de economia criativa, um preço relativamente baixo por metro quadrado e galpões comerciais que podem e já estão sendo ressignificados. Assim, estas são características que o tornam tão visado pelo poder público e pelo setor privado, sobressaindo-se em relação a outras áreas da cidade. Seguindo uma tendência que se faz presente em cidades com passado industrial, como Detroit, nos Estados Unidos, o bairro Floresta parece destinado a se tornar um espaço de inovação e indústria criativa, a partir da ação e interação de atores públicos e privados ao longo do tempo. A partir das futuras alterações legislativas que estão sendo pautadas pelo poder público, as quais permitirão regimes urbanísticos diferenciados para o 4º Distrito, será possível acompanhar e avaliar os efeitos sobre a região, relacionando as expectativas dos atores e a materialização de transformações, principalmente no que se refere ao impacto sobre a população que atualmente habita a região.

# REFERÊNCIAS

BARROSO, Lucas. Luiz Carlos Pinto é o novo secretário de Inovação. *PMPA*, Porto Alegre, 02 de set 2021. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/luiz-carlos-pinto-e-o-novo-secretario-de-inovacao>. Acesso em: 04 mar 2022.

BARROSO, Lucas. Porto Alegre sediará o South Summit 2022, um dos maiores eventos de inovação do mundo. *PMPA*, Porto Alegre, 06 de out de 2021. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/porto-alegre-sediara-o-south-summit-2022-um-dos-maiores-eventos-de-inovacao-do-mundo>. Acesso em: 04 mar 2022.

BUENO, Amanda. Índice FipeZAP+ registra alta de 0,53% nos preços de imóveis residenciais. *FipeZAP*. Brasil, 3 de fev. de 2022. Disponível em: <https://fipezap.zapimoveis.com.br/indice-fipezap-registra-alta-de-053-nos-precos-de-imoveis-residenciais/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

BUSATTO, César *et al.* *Estratégia de Resiliência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Desafio Porto Alegre Resiliente, 2016.

CAMARAPOA. Notícias de Gabinete. Gab. Ver(a). Ramiro Rosário. Instalada a Frente Parlamentar do 4º Distrito. Porto Alegre, 08 abr. 2021. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/instalada-a-frente-parlamentar-do-4-distrito>. Acesso em: 06 mar. 2022.

COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI. *Pacto Alegre*, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://pactoalegre.poa.br/index.php/como-chegamos-ate-aqui>. Acesso em: 6 mar. 2022.

COORDENADOR DO PACTO ALEGRE EM MISSÃO INTERNACIONAL. *Pacto Alegre*, Porto Alegre, 04 de out de 2021. Disponível em: <https://pactoalegre.poa.br/index.php/noticias/coordenador-do-pacto-alegre-em-missao-internacional>. Acesso em: 04 mar 2022.

FIGUEIRÓ, Aline F. *Art Deco no Sul do Brasil: O caso da Avenida Farrapos*. 2007. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FONTOURA, Paulo. Aprovado projeto que isenta IPTU para empresas inovadoras do 4º Distrito. *PMPA*, Porto Alegre, 21 de dez de 2020. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smde/noticias/aprovado-projeto-que-isenta-iptu-para-empresas-inovadoras-do-4o-distrito>. Acesso em: 07 mar. 2022.



GUERRA, Giane. Complexo de R\$ 220 milhões no 4º Distrito terá "galpão" gastronômico e boulevard de dois quilômetros. *Zero Hora*. Porto Alegre, 01 dez. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.dicrbs.com.br/colunistas/giane-guerra/noticia/2021/12/complexo-de-r-220-milhoes-no-4o-distrito-tera-galpao-gastronomico-e-boulevard-de-dois-quilometros-ckwm9qlxt0057014c4ok3yu65.html>. Acesso em: 04 mar. 2022.

HISTÓRIA: A EVOLUÇÃO DA ZISPOA desde Setembro de 2015. ZISPOA. Porto Alegre, [s. d]. Disponível em: <https://www.zispoa.info/historia>. Acesso em: 04 mar 2022.

MACHADO, Osni. Avança regularização de área do Porto Seco em Porto Alegre. *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 27 de maio de 2020. Seção Logística. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/economia/2020/05/740832-avanca-regularizacao-de-area-do-porto-seco.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2020/05/740832-avanca-regularizacao-de-area-do-porto-seco.html). Acesso em: 16 fev. 2022.

MARX, Vanessa; ARAUJO, Gabrielle. O.; SOUZA, Vitoria G. Relação global-local e transformação urbana no 4º Distrito de Porto Alegre. *Revista Política e Planejamento Regional*, v. 8, p. 273-296, 2021.

MARX, Vanessa *et al.* A cultura, o patrimônio e uma possível gentrificação do bairro Floresta, em Porto Alegre – RS. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v.19, n. 1, p. 153-170, jan/abr, 2022.

MELLO, Caren. UFRGS apresenta estudo de revitalização do 4º Distrito. *PMPA*. Porto Alegre, 21 de dez de 2016. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\\_noticia=190964&UFRGS+APRESEN](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_noticia=190964&UFRGS+APRESEN). Acesso em: 03 mar. 2022.

MONTEIRO, Emanuela. *Transformação Urbana e Financiamento de Infraestrutura no 4º Distrito, Porto Alegre: Consolidated final report on the Urban Transformation and Infrastructure Financing – Redevelopment of 4th District, Porto Alegre (Portuguese)*. Washington, D.C.: World Bank Group, 2020. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/101791608667523105/Relatório-Consolidado>. Acesso em: 28 fev. 2022.

O DESENVOLVIMENTO DO 4º DISTRITO SAI DO PAPEL. *Pacto Alegre*, Porto Alegre, 20 de dez de 2021. Disponível em: <https://pactoalegre.poa.br/index.php/noticias/o-desenvolvimento-do-4deg-distrito-sai-do-papel>. Acesso em: 04 mar. 2022.

PROJETOS DO PACTO ALEGRE SÃO APRESENTADOS AO PREFEITO E VICE. *Pacto Alegre*, Porto Alegre, 07 de jan de 2021. Disponível em: <https://pactoalegre.poa.br/noticias/projetos-do-pacto-alegre-sao-apresentados-ao-prefeito-e-vice>. Acesso em: 04 mar. 2022.

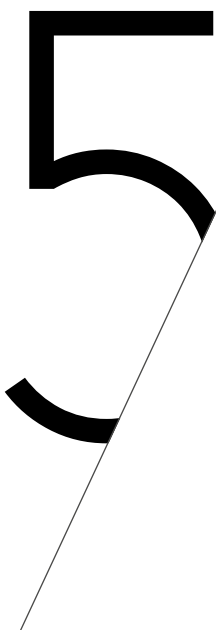
REDIN, Rafaela. Novas luminárias de LED são instaladas no 4º Distrito. *PMPA*. Porto Alegre, 07 de fev de 2020. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smsurb/noticias/novas-luminarias-de-led-sao-instaladas-no-4o-distrito>. Acesso em: 04 mar. 2022.

REVITALIZAÇÃO CRIATIVA. *Pacto Alegre*, Porto Alegre, 25 out. 2020. Disponível em: <https://pactoalegre.poa.br/noticias/revitalizacao-criativa>. Acesso em: 04 mar. 2022.

SMMU – SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA. Porto Alegre passa a ter três linhas de ônibus nas madrugadas. *SMMU*, Porto Alegre, 26 nov. 2021. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smmu/noticias/porto-alegre-passa-ter-tres-linhas-de-onibus-nas-madrugadas>. Acesso em: 06 mar. 2022.

TOMASI, Manoela. Programa +4D busca acelerar desenvolvimento do 4º Distrito. *PMPA*. Porto Alegre, 17 dez. 2021. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/programa-4d-busca-acelerar-desenvolvimento-do-4o-distrito>. Acesso em: 04 mar. 2022.

prefeitura política  
estado prédio importante  
crianças mundo igrejas movimento  
brasil grupo pessoal público  
cristóvão área I distrito  
pesquisatempovilacasa lado gurias  
social ruaanosrelação  
central colégio bairro dia vida cdes  
santa espaço questão cidade visão  
família porto projeto floresta reuniões  
própria centro novo moradores  
território região papaleiros  
causa lugar projetos  
momento época junto mulheres  
conselho pandemia reciclagem  
associação



# DIREITO À CIDADE E RELAÇÕES DE PERTENCIMENTO COM O BAIRRO FLORESTA A PARTIR DO OLHAR DOS COLETIVOS, MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

SOFIA NAZARIO

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Participa do Grupo de Pesquisa Estudos sobre aprendizagem INventiva, saberes NÔmades, devires MInoritários, cognição eNativa e Artesanias docentes (INOMINAAR/PPGEDU/UFRGS) e no Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC /IFCH/UFRGS).*

GABRIELLE ARAÚJO

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e integra o Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização de Cidades (GPSUIC/UFRGS).*

MARIANA CASTILHOS

*Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. Integra o Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização de Cidades (GPSUIC/UFRGS).*

VANESSA MARX

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, coordenadora do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC) e coordenadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo Porto Alegre.*

## 5.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo busca mostrar como representantes de movimentos sociais, organizações e coletivos, nesta pesquisa, e em sua diversidade, se manifestam em relação à existência e liderança no território onde vivem, resistem às transformações e impactos da agenda urbana recente dentro dos projetos em curso para o 4º distrito, do qual faz parte o bairro Floresta. Os processos de reestruturação na região resultam de projetos de reurbanização, como o Porto Alegre Resiliente (2016), o Masterplan (2016) e seu recente desdobramento, o Programa +4D, os quais, através de parcerias público-privadas, por meio de benefícios fiscais, buscam implementar projetos “inovadores” para o bairro, ligados à construção de polos gastronômicos, fomento da economia criativa e expansão do mercado imobiliário.

Nos projetos mais recentes, estão previstas também melhorias importantes para a infraestrutura na região, como obras viárias, de drenagem e de saneamento básico. Contudo, há um estado de vigília e insegurança sobre o cumprimento na realização destas obras, frente à sobreposição do interesse do capital privado aos interesses públicos, já que um dos objetivos principais dessas parcerias seria a criação de empreendimentos que tenham como enfoque um novo potencial público de moradores e consumidores, que, na maior parte das vezes, não contemplam os moradores que já residem no território. Estes novos espaços consistem na abertura de novos bares, restaurantes, espaços de *coworking* e ateliês de artes plásticas.

O mais recente plano de Regeneração Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre, o +4D, que foi iniciado em 2021, está sendo elaborado pela atual gestão municipal. Este plano tem, dentre as suas propostas, a alteração de normas urbanísticas da região, visando promover uma densificação em áreas específicas do 4º Distrito. Uma das alterações consiste em conceder descontos ou até isenções totais no valor de compra do solo, criado para empreendimentos que atendam a alguns requisitos, estipulados pelo projeto, ligados à preservação do patrimônio histórico e valorização da paisagem urbana (Weber, 2022). O solo criado é um instrumento descrito no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), que permite que uma edificação possa ser construída além do limite pré-estabelecido para aquele lote, mediante pagamento ao município. Ou seja, em determinadas áreas, novas edificações poderão ser isentas de pagamento para construir além do limite.

Além disso, o +4D também salienta o caráter de entretenimento e turismo no território e nomeia regiões como “quadrilátero do entretenimento”, um circuito de novos bares, além da “Alameda da Cultura”, ligada ao distrito criativo do bairro

Floresta. Outras medidas buscam a revitalização de espaços, como diversas ruas e avenidas, como a Avenida Farrapos. O rápido avanço do projeto +4D, que está previsto para ser finalizado ainda em 2022, unido ao apoio de financiamento internacional e à lógica de empreendedorismo, aponta para o impulsionamento de uma nova dinâmica na região para os próximos anos.

Ressaltamos que, neste capítulo, os atores sociais entrevistados manifestam em suas falas elementos que convergem para o conceito de direito à cidade, como o direito à vida urbana e à moradia, o direito a ser parte do bairro Floresta e do território do 4º Distrito. Consideramos que estes antecedentes não podem ser apagados, pois são construções simbólicas de pertencimento ao lugar.

A partir da relação com o direito à cidade, neste capítulo final do livro buscamos abordar os possíveis desdobramentos da nova dinâmica para os atores dos movimentos sociais, organizações e coletivos e suas percepções sobre estes processos. Para isso, em um primeiro momento, trataremos sobre o sentido de pertencimento e vínculos com o bairro para estes atores sociais. Em um segundo momento, descreveremos as relações que são estabelecidas através das redes que são formadas a partir do território e relação com agentes externos. E, em um terceiro momento, as perspectivas de futuro sobre o bairro. Por último, buscaremos retratar, nas considerações finais, alguns aspectos que consideramos importantes, como síntese do que desenvolvemos ao longo do capítulo.

## 5.2 O PERTENCIMENTO E OS VÍNCULOS DOS ATORES SOCIAIS COM O BAIRRO FLORESTA

O histórico do bairro Floresta diz muito sobre a formação de um bairro industrial. Se hoje a classe trabalhadora precisa lutar para garantir seu direito em permanecer no bairro, no final do século XIX a região do Floresta se constituía a partir dela, sendo um bairro industrial e também uma vila operária,

Essa antiga região portuária que estende seus braços até o centro da capital divide o seu espaço com estrangeiros de diversas etnias que aportavam atraídos pelo crescimento da cidade e pelas oportunidades que oferecia. Ela se modificou intensamente a partir do início do século XX com o processo de industrialização, quando as chaminés tomaram lugar das antigas chácaras principalmente nos ramos de alimentação, metalurgia e têxtil (Titton, 2012 apud Marx, Araujo, Silva, 2018, p. 2077).

Nesse período, as residências eram, em sua maioria, casas em fita (estreitas), e de vilas operárias próximas às indústrias que ali se encontravam na época, como a Fundação Berta, as fábricas de Cerveja Cristoffel e Ritter, a Cia Fiação e Tecidos Portoalegrense – Fiaterci –, a Cia Fabril Portoalegrense, a fábrica de pregos Pontas de Paris, a fábrica de Móveis Vergados João & Walter Gerdau, a de fogões Wallig, o moinho Riograndense e o moinho Chaves, além das fábricas Renner e chocolates Neugebauer. Havia, ainda, a presença de diversos armazéns devido à proximidade do porto. As moradias para classe trabalhadora ocasionaram uma propagação de loteamentos irregulares e habitações precárias no entorno das fábricas em razão da grande quantidade de pessoas que vinham de outros estados, consequência do êxodo rural da década de 40 e 50 no estado (Marx; Araujo; Silva, 2018).

Esta descrição da formação do bairro converge com a fala do entrevistado E11: “O bairro Floresta, ele foi constituído por imigrantes. Acho que muitos deles agora são nacionais, né, mas há anos atrás, nos 40, 50, 60... vieram os imigrantes que se estabeleceram aqui” (E11). O entrevistado ressalta ainda que seu coletivo acolhia os necessitados, dando apoio material e espiritual aos imigrantes que chegavam a Porto Alegre.

Atualmente, a atuação junto à população migrante permanece, sendo um dos vínculos principais deste ator social com o território, pois até os dias de hoje a região recebe altos fluxos de imigrantes. A atuação desse coletivo se dá através da prestação de assistência por meio de projetos que buscam garantir o exercício dos direitos civis e sociais aos imigrantes, baseados no compromisso com os direitos humanos, além de outras ações, como o auxílio à moradia e atividades culturais. Entretanto, uma das principais ações prestadas é a inserção dos imigrantes ao mercado de trabalho, através da oferta de capacitação profissional e também do auxílio à conexão entre empresas e àqueles que procuram por empregos.

Na década de 1970, inicia-se o processo de suburbanização e, com a ampliação da malha viária, como o Trensurb, as indústrias foram transferidas para regiões mais afastadas da área central. De acordo com Marx, Araujo e Silva (2018), esse processo gerou o esvaziamento rápido da área, semelhante às tendências que ocorriam em outros cemitérios industriais de diversas cidades do mundo, como em Detroit, nos Estados Unidos.

Portanto, apesar da atmosfera e da identidade do bairro permanecerem, com o desinteresse do capital em seguir investindo na área, a região do 4º Distrito subitamente ficou com aparência de abandono. No entanto, um bairro não se caracteriza apenas pela sua aparência estética ou geográfica, mas também e, principalmente, pelos sujeitos que ali vivem e o constroem. Apesar do discurso vigente sublinhar a falta de vida na região, o bairro nunca perdeu sua identidade,

como colocado pelo/a entrevistado/a E14, “os técnicos... só pegam as medidas, não enxergam que já tem gente morando ali”.

A partir dos relatos que costuram este capítulo, foi possível observar que a perspectiva adotada nos novos projetos de reestruturação do bairro, baseados na economia criativa, inovação e empreendedorismo urbano, não dialogam com as já existentes na economia local, a qual se fundamenta no eixo da reciclagem, a partir de uma rede de trabalho entre papeleiros, carrinheiros e catadores de materiais recicláveis. Estes atores sociais buscam a geração de emprego e renda como demonstra o E15, sendo que possibilidade de sustento ocorre, majoritariamente, a partir da reciclagem:

Surgiu a possibilidade de eu trabalhar com a reciclagem, tinha uma reciclagem de trabalhar embaixo do viaduto da conceição que se chamada novo cidadão era um projeto da pastoral operária e do Banco do Brasil e organizamos uma associação de moradores de rua e se chamava novo cidadão e eles se organizaram para fazer um empreendimento de reciclagem que até então eles traziam seu material nas costas, [...]e a gente fez um parceria entre catadores, no final de semana e terem atividades e mais tarde até poderem estar ali e não usar drogas, [...] A reciclagem veio pra ali, eu era empreendedora, eu vim da economia solidária, eu milito na economia solidária desde 2001, participei da primeira conferência, desde a primeira conferência mundial, tem prática, de novas redes, de novas práticas, de sustentabilidade, de consumo consciente.

No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, representa um importante marco para a valorização da reciclagem, já que busca a sua promoção com vistas à inclusão social dos catadores. Em relação à soma de catadores existentes no país, conforme o cadastro do Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social, verifica-se a existência de “[...] mais de 800 mil pessoas cadastradas como catadores [...]” (Gonçalves, 2012, p. 41). Os vinculados a cooperativas, segundo Gonçalves (2012, p. 41), são “[...] cerca de 30 a 35 mil cooperativados no país, os quais saíram do estágio da miséria para um para o patamar de um salário-mínimo [...]”.

Todavia, “grande parte das cooperativas ainda não conta com a estrutura necessária para comercializar diretamente com a indústria, sendo obrigadas a vender para organizações intermediárias da cadeia, o que compromete seus ganhos [...]” (Demajorovic; Lima, 2013, p. 73). Mesmo sendo uma profissão ainda pouco valorizada, sua relevância socioambiental é fundamental na gestão dos resíduos e no debate sobre a coleta do lixo nos grandes centros urbanos. Como apontado por E17,

[...] o papeleiro, que ele é um pequeno ambientalista, [...] eu defendo o carrinheiro, porque tu nunca viu uma manchete de jornal que um papeleiro roubou, ou que o papeleiro fez isso ou aquilo, já aconteceu do carrinho.. fa-



lha.. um ladrão se aproveitar do carrinho, já aconteceu, mas não foi o papelero, por exemplo, o papelero é uma pessoa que se tu chegar pra ele e der um sorriso, porque muitas pessoas chegam, assim, humilhando, quando chega num papelero ele fica, assim, de guarda, se tu der um sorriso ele se derrete todo.. quer dizer que somos um povo carente, pelo trabalho que a gente faz, mas eu acho que é um trabalho gratificante, porque sustentamos as nossas famílias, nossos filhos no colégio, não nos falta nada.

Para E17, também foi um obstáculo, no início, vencer o preconceito e compreender a importância da reciclagem como instrumento fundamental de geração de renda,

Eu entrei aqui na vila por falta de condições de trabalho. Eu tinha dois gurus que trabalhavam aqui na vila.. e eu recriminava eles, “bah, o que vocês querem puxando lixo”.. e eles diziam.. “bah, mas dá dinheiro”. Daí um dia me faltou trabalho e renda, e eles me disseram para eu ir para dentro da vila e eu comecei a trabalhar na vila e aí eu vi que o lixo.. o lixo era renda. Daí eu entrei e vim para cá... a gente começou a se mobilizar como... para dar uma melhor vida para o pessoal aí, e começamos a fazer a luta pela moradia e pelo bem-estar, quer dizer.. hoje a vila para mim ela é colírio para os meus olhos.

A maior parte das entrevistas colocam como central a tentativa de criação de uma vida sustentável, em que se possa articular moradia, trabalho e acesso a bens e serviços. Todavia, é apontada por E16 a ausência de projetos educacionais, ligados aos centros de reciclagem, por exemplo, o que poderia aumentar a qualificação e a possibilidade de sustento,

Aí nós vamos tá entrando num outro problema, é o problema da questão educacional da rede. E nós não podemos deixar. E quando eu falo em educação, não tô falando só de escola, eu tô falando dos processos. Vamos dizer assim, seriam evolutivos pra nós, né? Que é poder trabalhar, poder melhorar. Os galpões de reciclagem, toda a região aqui não recebeu verbas, praticamente para nada.

Na perspectiva do/a entrevistado/a E16, é ressaltada a importância de coletivos que prestam assessoria e serviços básicos à parte da população do bairro que é invisibilizada: “Moradores de rua, as prostitutas, os travestis, enfim, toda uma gama de população que é, vamos dizer assim, é esquecida e está fora do convencional, nós acabamos tendo uma proximidade, uma construção aí coletiva junto.” Destaca-se que o E16 possui vínculo com o Floresta a partir de sua atuação em duas instituições sociais, que estão inseridas no bairro.

Neste mesmo sentido o E10 manifesta a vontade de defender questões referentes ao direito à moradia. Sua atuação se estabelece através da defesa de grupos vulnerabilizados que sofrem com despejos e conflitos nos territórios: “O coletivo surge daí, surge muito focado nos direitos humanos, numa questão crítica dos di-

reitos humanos” (E10). Atualmente, E10 desenvolve relações de proximidade na região, principalmente com os núcleos que se articularam através do Fórum 4D. O coletivo estabeleceu-se no território pela relação com as pautas que estavam sendo abordadas na época, como grandes obras que estavam sendo construídas no território e seus impactos na vida urbana: “Ali no 4D e a gente escolheu o tema e o tema nos colocou ali na entrada da cidade e quando a gente começou a entrar nesse universo vieram todas as demandas daquele território relacionadas à moradia” (E10).

O entrevistado E12 se instalou no bairro devido às características da região e por ter uma localização mais centralizada em relação à cidade, o que confere maior facilidade para realizar deslocamentos e acessar a sede. Além disso, E12 relata: “Então, o coletivo nunca quis sair daqui, porque achava que aqui ainda morava muita gente e não era simplesmente o lugar de hotéis e escritórios”. Assim, esse coletivo, ao longo de sua história, estabeleceu vínculos com o território, principalmente através do caráter educacional e de realização de eventos junto à comunidade que vive ao seu redor e, por isso, exerce forte envolvimento com o bairro. O entrevistado relatou que teve atuação na organização de grandes eventos anuais ocorridos no Floresta e também trabalha através de caráter assistencialista com grupos vulnerabilizados. Ademais, apoiou reuniões de moradores e consultas públicas ocorridas para tratar assuntos referentes a grandes empreendimentos imobiliários, segurança pública e meio ambiente. Por fim, também possui boa relação com associações de bairro e representantes de indústrias e comércios da região. Sobre uma dessas reuniões, E12 afirma: “Então, vieram as autoridades, tudo mais. E o povo aqui da redondeza, do 4º Distrito, interessado, participava dessas reuniões. Eu também fui sempre muito ligado com, e por isso também com a associação do Bairro”.

Dentro do grupo de coletivos, um dos atores estabelece vínculos com o bairro através de atividades culturais. Este coletivo nasce através da percepção da necessidade de haver uma entidade com o perfil ligado às identidades negras na cidade, e oferece aulas e trabalha na realização de oficinas, além de sediar uma biblioteca comunitária.

A gente falava daqueles territórios ali da Redenção, Rio Branco, meu pai, minha mãe, né? Também contavam essa história pra gente, né? Então, pra nós era muito importante ficar naqueles territórios ali (E9).

O coletivo descrito por E13 começa seu relato falando sobre a luta contra a violência institucional, durante a ditadura militar, sofrida por mulheres trabalhadoras do sexo. Sendo assim, hoje, este coletivo estabelece vínculos com o território através de projetos de proteção contra violências e também na conscientização sobre cidadania e proteção contra infecções sexualmente transmissíveis. Alguns destes projetos são realizados principalmente na Avenida Farrapos e também em

ruas próximas, como a Rua Garibaldi e Avenida São Carlos. Outras ruas mencionadas na entrevista são a Rua Voluntários da Pátria e a Rua Hoffmann. Conforme relata E13, a motivação desta inserção no bairro ocorreu, na época, principalmente devido ao fechamento de boates e ao aumento de grupos de trabalhadoras do sexo nas ruas dentro da região do Floresta ou próximas ao centro:

E a gente tá falando aí também das questões que as boates começaram a ter menos mulheres e mais mulheres na rua nessa época. Então, não é que nem é hoje, ou há cinco anos atrás, que tinha uma mulher aqui, duas ali... Não, era grupos de mulheres, tanto é que na São Carlos [...] eu me lembro que esse povo que ficava na esquina eram seis mulheres só nessa esquina do lado de cá, entre a Farrapos e a São Carlos, bem na esquina da praça.

Os/as entrevistados/as nos mostraram uma forte relação com o bairro e sentimento de pertencimento, seja pelas festas de bairro, pelas questões de identidade, de luta por moradia adequada vinculada aos direitos humanos ou de resistência, ou seja, para ter um trabalho digno. São vivências que demonstram o vínculo com o bairro Floresta, que são retratados em seu território e em suas ruas e avenidas.

Dessa maneira, na medida em que distintas classes sociais disputam e coabitam um mesmo território, há tensões e conflitos que permeiam o cotidiano destes sujeitos. Tendo em vista uma perspectiva excludente e segregadora, a relação destes agentes com a vizinhança, muitas vezes, atravessa as relações no bairro. Para E14, são várias questões que compõem e que complexificam a relação com a vizinhança:

Para as pessoas, por exemplo, que não conhecem o projeto, né, [...] vem trazer pro território do 4º Distrito olha um prédio abandonado, que não tem pintura, não tem acabamento, é uma obra abandonada por cinquenta anos, e é essa visão que a maioria das pessoas que passam na frente acaba carregando, né? Só aqueles que têm a oportunidade de ouvir ou tem o interesse de conhecer de fato o que significa conseguem mesmo compreender.

Pelo que foi relatado, poucos moradores do bairro estão abertos para o diálogo e, mais do que isso, em algumas ocasiões, estão mais dispostos a promover embates e ações violentas, não apenas na dimensão física, mas simbolicamente também, como este ataque cibernético relatado pela E14:

[...] Em que alguém tirou uma foto do prédio, colocou numa página, não me lembro o nome agora, se era socialista de iPhone, uma coisa assim, porque tinha umas antenas da Sky que nem funcionam [...] E aí teve essa questão aí na internet né? De os caras ter comentários, tipo assim "ah, bando de vagabundo, não sei o que, tem antena da Sky" e que "ah, vamos fazer uma vaquinha pra comprar umas bombas e explodir e matar todos esses vagabundos" e esse tipo de coisa já aconteceu.

O E16 reforça como é evidente o preconceito da vizinhança com o trabalho dos carrinheiros, dos papeleiros e dos catadores, considerado um trabalho desprezível ou até mesmo desonesto:

No contexto geral, como aqui é considerada cracolândia de Porto Alegre, nós temos a consciência que se é muito mal visto [...] eu lembro da primeira reunião que eu fui convidado a participar, da associação X dos moradores, era muita agressão, não era agressão física, mas era agressão moral [...] pelo fato dos moradores daqui estarem, seguidamente, pegando material do lixo, são muitos desprezados, são muito discriminados, então, é um preconceito extremamente violento.

Para além disso, o acesso aos serviços na região foi permeado por alguns obstáculos, destacando a discriminação e a intolerância de algumas instituições, de acordo com E14:

A própria percepção do diálogo com as escolas, a dificuldade de acesso à educação infantil, creche, né? Então a gente vivencia tudo isso, afeta saúde, né? [...] É muito complexo, assim a gente que vem de um território de periferia estar ocupando um território no centro... tem várias questões culturais, tem várias questões subjetivas, tem várias questões aí de construir uma outra ideia, né?

Já na situação do/a E15, a relação com a vizinhança é de uma outra ordem, por estar localizada mais distante do Moinhos de Vento e próximo à Avenida Farrajos. A proposta de estar neste território é ser um centro de referência que oportunize trabalho e auxílio para usuários de drogas, como apontado por E15, “Eu vim sabendo para onde eu estava vindo. Não é como se eu acabei caindo aqui, eu vim para a Voluntários da Pátria porque eu queria fazer redução de danos”. Ainda em relação aos conflitos no território, o entrevistado E13 afirma:

Exatamente com a associação de moradores, a gente já ouviu falar, através... eu escutei isso através das gurias, que eles tinham uma questão que eles queriam tirar aquela, aquela prostituição dali, entendeu? Então eu acredito que estavam fazendo um movimento de assinatura. Na época eu me lembro que estavam fazendo um abaixo-assinado.

Além disso, E13 relata que os conflitos vividos entre esse coletivo e outros grupos que vivem ou investem na região poderiam ter relação com a “desvalorização” financeira da região:

A São Carlos ficou mal vista por causa da prostituição, entendeu? Daí os imóveis, com certeza, baixavam o valor devido a essa questão da prostituição, entendeu? Então, a prostituição, ela sempre foi enfiada dentro dum saco muito ruim, assim, sabe?

Já o/a entrevistado/a E9, apesar de estar estabelecido em uma área próxima ao bairro Moinhos de Vento, o chamado “Alto Floresta”, nesta pesquisa revela

certo isolamento do grupo dentro do território, pois este coletivo não estabelece relações com outros agentes próximos ou com interesses comuns dentro da região. Além disso, o público que frequenta a iniciativa não necessariamente provém do bairro, segundo E9:

Não tem uma relação dinâmica, assim, tipo, a associação de moradores, a gente sabe que tem um jornal ali, um jornalzinho, né? Mal e mal a gente se comunica com o Vila Flores. Eles nos chamam para ir lá, mas nunca vão lá. Então, por isso que eu falei que há uma relação, assim, que não tem mão dupla, né. Então, a gente também entende isso, acho que, eu acho que a gente já é acostumado com esse tipo de coisa, se a gente quer estar num lugar a gente se coloca e pronto, né?

O/a entrevistado/a E10 possui relações também com os carrinheiros e galpões de reciclagem, e comenta suas percepções sobre os impactos das novas tecnologias sobre a dinâmica de trabalho:

Esse movimento da economia criativa, essa coisa da *startup*, essa coisa financeira que tá rolando, essa coisa que está na moda... os galpões de reciclagem estão sentindo, né, estão sentindo, [...] agora tem os aplicativos, e tem umas *startups*, e o governo passado que era mais ligado nessas coisas, eles estão conectando quem produz o lixo com quem quer o lixo e isso tá tirando, né... tudo nessa lógica do APP da facilitação, do dinamismo, e isso tira do mercado os galpões de reciclagem, tira completamente o pessoal dos carrinheiros, isso é macro.

Para E17, existe uma boa interação com a vizinhança local, pois considera que o trabalho dos carrinheiros no bairro é importante e digno. E17 menciona também que os moradores do loteamento possuem um papel de proteger o entorno da violência externa:

Todo mundo cumprimenta os carrinheiros quando passam, quando passam ali, eles tratam bem os carrinheiros, porque eles sabem que as pessoas que estão puxando um carrinho, ela está trabalhando e todo o trabalho é digno e quer dizer que.. o pessoal não tem queixa dos carrinheiros e outra, as casas ali são cuidadas, se eles ver um... um elemento estranho ali, a nossa vila, eles já ficam o que está fazendo aí.. o que tu quer aí.. o pessoal daqui, a própria vila cuida o entorno.

O E17 identifica ainda uma interação cordial com comerciantes da região, cita a existência de diversos apoiadores sociais e que possui interligação com associações de outros bairros relacionadas à reciclagem. Contudo, E17 também relata algumas situações de conflito, relacionadas ao preconceito e discriminação do loteamento: “o meu povo aqui é discriminado pelo trabalho que faz”.

Porque tudo que acontece no entorno dizem é ‘lá na vila’ que é aqui a gente é considerado ainda a Vila dos Papeiros, né? Embora sendo loteamento Santa Terezinha. Mas nos identifica como Vila dos Papeiros.

Consideramos importante que a relação de pertencimento e de vínculos com o bairro também passa pelas interações vividas, por exemplo, em relação à vizinhança e ao entorno de onde estes atores sociais se localizam ou estabelecem relações. Para uma melhor compreensão da correlação de forças que permeia a região, consideramos necessário ressaltar, novamente neste capítulo, o entendimento do posicionamento estratégico em que se situa o Floresta. O bairro localiza-se, geograficamente, entre a Rua Voluntários da Pátria, a Avenida Alberto Bins com a Cristóvão Colombo e a Benjamin Constant. Diferente dos outros que compreendem a região do 4º distrito: São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá. O bairro Floresta está mais próximo do Centro Histórico e de uma das áreas mais valorizadas da cidade, o bairro Moinhos de Vento. Por isso, o Floresta é subdividido nesta pesquisa entre “Alto Floresta”, a parte mais próxima ao bairro Moinhos de Vento, tendo como referência a Avenida Cristóvão Colombo, marcada pela presença de artistas e empreendimentos de economia criativa, e o “Baixo Floresta”, região mais próxima na Avenida Voluntários da Pátria, nas proximidades do Centro Histórico, caracterizado pela presença de uma população com mais vulnerabilidade social, pequenos prestadores de serviço e estabelecimentos de comércio popular. Entre essas regiões, localiza-se a avenida Farrapos, sendo uma região de (des)conexão entre as áreas delimitadas como Alto e Baixo Floresta. Dentro das mudanças em curso no 4º distrito, o bairro Floresta é um dos mais disputados, tendo em vista sua localização privilegiada na região.



Fonte: José Luís Abalos Júnior. Acervo GPSUIC.

Durante a pesquisa, foi importante identificar estas distintas territorialidades expressas em “Alto” e “Baixo” Floresta para compreender as dinâmicas socioespaciais e os conflitos que têm permeado este território ao longo do tempo e que se atualizam a partir destes novos planos e projetos governamentais de revitalização. É na porção do “Baixo” Floresta, na qual se associam, de maneira generalizada, as questões mais graves de vulnerabilidade social, as quais os/as entrevistados/as possuem maior vínculo. As tensões entre estas áreas, que evidenciam a existência de uma segregação socioespacial, estão destacadas na fala do E16:

O bairro Floresta tem umas características que são próprias dele, então nós temos, por exemplo, na Cristóvão Colombo [...]. uma Associação X, mas que acaba sendo a Associação X aqui do bairro Floresta. E o bairro Floresta por ter tido toda uma história, uma trajetória antiga já social, ele ficou, principalmente, os moradores mais antigos ficaram com umas características guardadas, entre elas a questão de um pouco de vamos dizer assim, de orgulho, né, do bairro, então sempre teve, vamos dizer assim, atravessando aqui a Farrapos, a Farrapos para o lado da Castelo tem um entendimento, [...] depois o lado da Cristóvão tem um outro entendimento social, e o pessoal de esquina nunca aceitou muito, [...] nem um pouco, né, a população mais vulnerabilizada do lado de cá, então, tem essa dificuldade que ela é antiga, é assim, persistente. Então uma das questões que a gente fez ao longo desse tempo, foi tentar fazer essa aproximação.

Os projetos atuais de reestruturação urbana e econômica ignoram, em grande parte, diferenças e conflitos que existem no bairro, a partir de planejamentos que tratam a configuração socioespacial de maneira homogênea. Todavia, as mudanças em curso, que buscam transformar os antigos galpões industriais em empreendimentos comerciais e imobiliários criativos, modernos e atrativos, estão distantes de serem um processo inédito. Este movimento foi observado e registrado, pela primeira vez, em Londres na década de 60, pela socióloga Ruth Glass, processo que denominou de *gentrification* e que aparece na obra *London: Aspects of change* (1964), em que descreve e analisa as transformações observadas em diversos bairros operários em Londres. Este processo apresenta traços semelhantes com as transformações em curso no bairro Floresta.

Esta possível gentrificação do bairro Floresta estaria relacionada à percepção dos atores sociais na relação com o bairro no contexto atual às suas transformações em curso no momento presente. Desse modo, foi possível perceber, também, de que forma essas mudanças no bairro Floresta podem estar impactando a vida urbana destes grupos sociais. Por exemplo, o E11 analisa certas regiões do bairro como “decaídas”. Trata-se da região do “Baixo Floresta”, localizada entre a Av. Farrapos e a Av. Voluntários da Pátria. O território guarda as marcas do processo de desindustrialização ocorrido no final do século XX e se expressa fisicamente através de prédios abandonados, antigos galpões degradados e terrenos vazios.

Segundo E11, estas regiões que, na primeira metade do século passado, foram ocupadas por imigrantes, recentemente atraem novos imigrantes pelo baixo valor de aluguel. O entrevistado faz apontamentos, também, em relação ao aumento de população em situação de rua: “eu às vezes saio a caminhar, então, eu vejo que aumentou muito o número, desde o ano passado pra esse ano, aumentou muito o número de pessoas em situação de rua”.

A questão do patrimônio e da preservação histórica dos edifícios da região também foi uma questão importante para o E11. De fato, no bairro Floresta encontram-se várias edificações classificadas como Patrimônio Cultural. No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, as edificações que compõem o Patrimônio Cultural são classificadas como Tombadas, Inventariadas de Estruturação ou de Compatibilização, sendo as duas últimas classificações as de maior número no 4º distrito. Essas classificações representam dispositivos de “controle” para a renovação desta área da cidade, pois possuem legislação específica para intervenções (Fernandes, 2014). Neste contexto, E11 diz:

E o bairro, assim, tem muito a oferecer, em questão histórica. Inclusive, tem casa aqui... são muito antigas, eu sempre falo aqui, se o brasileiro tivesse a mentalidade de um americano, ele ia explorar essas construções para fazer turismo, para fazer dinheiro. Porque aqui tem uma casa, há duas quadras, tem um estilo tão colonial, é só pintar, reformar, retocar e começar abrir para visitação.

Em contrapartida, na região do “Alto Floresta”, há um movimento crescente de instalação de empreendimentos imobiliários e de outros agentes, como artistas, gestores e idealizadores da formação de um distrito criativo nesse território (Marx; Araujo; Silva, 2020). Neste sentido, E9 comenta que sofreu com o aumento do preço do aluguel na região e recorreu ao apoio financeiro de terceiros para custear despesas. Neste contexto, as modificações socioespaciais em curso se refletem também em dificuldades que alguns atores sentem em permanecer na região:

Tem a discussão do 4º Distrito, então, essa região todo centro e é uma região que é o planejamento de crescimento da cidade, né? De desenvolvimento. Então, acho que seria bem importante para a gente tentar se manter lá, mas a gente sabe que isso vai ter um custo e esse custo vai subir, né? O que antes, em dois mil e doze, era uma zona esquecida. Já hoje, já não é mais.

A partir das entrevistas, percebemos como se encontra o bairro no presente. A partir do olhar de nossos entrevistados, vemos que a recuperação do bairro poderia gerar uma gentrificação que poderia excluir moradores da região e atores sociais com uma maior vulnerabilidade social. No ponto seguinte, passaremos a analisar as redes e relações que se estabelecem no/com o bairro e que necessariamente não são de vizinhança, mas que se estabelecem com agentes externos que têm algum tipo de vínculo com o território.



## 5.3 A FORMAÇÃO DE REDES, OS AGENTES EXTERNOS E AS RELAÇÕES COM O BAIRRO

No contexto da globalização e do neoliberalismo, segundo Neil Smith (2002), a gentrificação é a estratégia urbana generalizada do capital, no que se refere a projetos de renovação urbana e à promoção de projetos icônicos. Esses projetos favorecem a prática, essencialmente, dos agentes imobiliários que, ao realizarem empreendimentos de alto valor, aumentam os preços dos locais de comércio e de moradia do entorno, trazendo novos frequentadores para região, cujo poder aquisitivo é mais elevado. Deste modo, passa a ser interessante para o capital, em sua eterna busca por investimentos atrativos para a alocação de seus excedentes, investir nestas áreas por meio de processos de renovação ou revitalização para posterior venda a valores mais altos, apropriando-se do lucro oriundo do *rent gap* (Smith, 1987). O resultado deste processo, na maioria das vezes, é o aumento do custo de vida no bairro, dificultando a permanência dos antigos moradores do local. No relato de E16, seria possível observar uma tendência os processos de gentrificação e financeirização na região:

[...] na região toda aqui, nós tivemos muitas, mas assim, muitas transformações, muitas, muitas mudanças. Realmente [...] tem mudanças que foram mais simples e [...] mudanças que eu noto que foram mais, mais complexas, mudanças que passaram pela infraestrutura, né? Como um todo. E algumas estão aparecendo cada vez mais. Como por exemplo, a ocupação, até mesmo de prédios, que já estavam meio abandonados, por casas de shows. É casa de show, cervejaria, tem esses botecos, né? Então, aqui pertinho mesmo que o lugar que o pavilhão grande aí que era uma marcenaria antiga, agora se transformou num desses bares, assim, nesse estilo mais moderno né? De simplesmente reformaram, colocaram as mesas lá e tal. E esse é o problema, porque existe no plano diretor uma recomendação que fracassa entre turismo, seja cultura, etc e não se previu justamente atividade comerciais, como a dos carrinheiros, papeleiros. Então, esse é outro problema que vem. E tem também, é claro, essa questão toda que nós observamos aí, que é dos empreendimentos imobiliários. Então, para os empréstimos imobiliários, grandes, fortes, inclusive. Na voluntários, ali perto da [entidade que atua], nós tínhamos vários ali que foi tudo abaixo né? Casas e coisas foram abaixo, botaram abaixo e apareceram uns enormes de uns prédios. Então está tendo uma transformação.

Contudo, são mudanças que não se observam em todo território. Nas áreas mais periféricas do bairro, onde encontra-se uma situação de alta vulnerabilidade social, as mudanças não são tão perceptíveis. De acordo com E17,

Olha, eu estou sem conhecimento de projeto, eu sei que tem bastante. Mas eu não sei se eles só ficam no papel ou vão fazer, tinha um projeto aí de todo o bairro, pintar as ruas, né? Até a minha X que ficou fora do projeto,

eu cheguei em casa, por que que tão discriminando aí? Vamos pintar tudo porque a X não tá no mapa. Mas até hoje eu não vi pintado. Eles iam pintar os meios fios, né. Deixar bonita a X, mas eu não vi nada disso aqui agora.

[...] O bairro Floresta, assim ao meu entender, ele não está muito lembrado, não. Das reuniões que eu já tive aqui do 4º Distrito, eles só falam, falam, falam e nada acontece. Quer dizer, que fazem projeto, projeto, projeto e eu não vejo acontecer nada.

Dos raros momentos de escuta à população, E16 aponta para a dificuldade destes grupos em participarem das discussões dos projetos de reestruturação do bairro, já que não são oferecidas possibilidades de deslocamento até o local das reuniões, além da falta de disposição por partes destes atores em englobar estes sujeitos nos debates,

[...] claro que em alguns momentos foi muito, muito, até incômodo, porque lá pelas tantas marcavam uma reunião lá não sei onde, lá no hotel tal. E para o pessoal da população, mesmo convidado, ir participar era muito complicado. Muito complicado. “Ah, porque veio não sei quem da ONU consultora tal que tem que.. e aí?” O pessoal fica até constrangido, nós procuramos sempre ter uma representação em todos os caminhos. Mas repito, né? Que nessa questão acredito que ainda falta muito, não tem uma representação e se nós formos para a população, eu acredito que população no 4º Distrito tá praticamente desinformada desse processo.

A questão transversal para pensar o bairro Floresta hoje, portanto, situa-se no debate de quais moradores, efetivamente, terão o direito à cidade preservado frente às mudanças em curso. A partir de trechos das suas falas, observam-se quais as críticas aos projetos em curso, bem como quais horizontes são possíveis na busca de uma existência atravessada por uma vida digna e não precarizada. Como foi colocado por um do/as entrevistado/as E16:

Na primeira vez que eu fui na reunião que era pra tratar do 4º distrito, eu disse ué, mas apresentaram tudo e não apresentaram nada ao mesmo tempo. “Por quê?” Não é possível que não apareceu nenhum empobrecido, hein? Não tinha nada, nada, nada, para as pessoas de baixa renda [...] Eu disse, a primeira coisa, você tem que fazer, é tornar visíveis as que são invisíveis. É visível até pros nossos olhos. Quando se torna invisível até para a arquitetura é porque é um problema muito sério.

O conceito de “direito à cidade” parece-nos potente para o fomento deste debate sobre o bairro Floresta. Esta ideia emerge em meio às manifestações de maio de 1968, cunhado pelo filósofo Henri Lefebvre (1968), ao criticar o processo de urbanização desenfreada, o qual se iniciou com a Revolução Industrial e transformou as cidades em mercadorias. Essas alterações nas dinâmicas socioespaciais das cidades foram marcadas por disputas econômicas, sobretudo pelo mercado imobiliário, as quais diminuíram as possibilidades de troca e bem-estar entre os cidadãos e a cidade. Esta crítica faz jus à conjuntura atual, ganhando contornos

muito próximos àquele período, na medida em que as transformações urbanas nas cidades brasileiras se consolidaram através de pressões mercantilizadoras, que articulam experiências de urbanismo neoliberal com a adoção das cidades e de megaprojetos de reestruturação e renovação urbanas, com a criação de polos de entretenimento e turismo e com a promoção de grandes espetáculos culturais e esportivos que acabam por beneficiar somente uma pequena parcela da população.

As entrevistas procuraram investigar a relação dos atores sociais com o poder público, principalmente em relação à participação nas transformações sociourbanas em curso na região e no bairro. O E9 diz que teve mais conhecimento sobre projetos de transformações na região há alguns anos, contudo, o coletivo atualmente não tem envolvimento com estes projetos e também não tem conhecimento sobre o andamento. Entretanto, relata que percebe que, mesmo que o coletivo tenha uma potência importante para a região, não lhe parece haver intenção de incluí-lo dentro dos processos de participação destes projetos. Além disso, E9 recorda processos de maior participação popular ocorridos na cidade, como o Orçamento Participativo, e afirma que atualmente a participação da comunidade dentro dos projetos em curso para o 4º distrito parece não ocorrer da mesma maneira:

Então, é preocupante a minha perspectiva em relação a isso. Se a gente tivesse num outro tipo de dinâmica, de participação, né? aberta, também, porque, sim, a gente não sabe quando acontece essas reuniões. Eu só consigo saber quando eu vejo no jornal, enfim, não passa... pelo menos nunca vi, o (nome de ator) nunca me falou, porque se tivesse ele tinha me falado. Um panfleto ali, como uma acontecia, né? No orçamento participativo, que passava um carro de manhã, "vai ter reunião do 4º Distrito". A gente tentaria colocar mais a nossa participação nesse projeto. Então, a minha impressão é preocupante, né? A gente quer ficar ali, né? Quer demarcar esse lugar.

O E10 diz "a gente não está envolvido em nenhum projeto que preveja uma mudança assim mais estrutural, política ou física". Além disso, afirma não ter nenhuma relação com os projetos em curso para o território e diz conhecer disso apenas o que foi publicizado:

Eu consegui entender um pouco e qual é a dinâmica que eles vão usar para chegar nisso, os instrumentos, os lotes grandes que são públicos, os projetos âncoras, essas coisas assim, mas tudo que é público, assim, alguém falou numa palestra ou que disponibilizar em ppt, mais isso, é o conhecimento que eu tenho.

Com relação aos coletivos E11 e E12, estes não mantêm relações próximas ou parcerias com o poder público e informam ter pouco conhecimento sobre transformações sociourbanas que poderiam estar em curso na região, especialmente sobre aquelas coordenadas pelo poder público. Tratando-se especificamente sobre E12, este relata seu conhecimento sobre o andamento dos planos de modificação para o 4º distrito:

Eu sei da história do 4º Distrito, acho que do ano passado, ou do ano anterior, dois anos atrás. Foi aí que, pela primeira vez, eu ouvi falar do 4º Distrito, de algumas coisas que tem que fazer, não só aqui, em outros distritos. Mas me parece que o 4º Distrito era, assim, uma menina dos olhos da liderança, aí, da cidade, ou coisa e tal para fazer alguma coisa, mas depois não ouvi mais nada. Nunca mais eu vi. Vocês são os primeiros que me recordaram da história do 4º Distrito. Nunca mais eu ouvi nada.

Por outro lado, E13 apresenta boas relações com alguns membros do legislativo de Porto Alegre, que conhecem e prestam apoio aos projetos que realizam. Porém, em relação às transformações sociourbanas que poderiam estar em curso na região, diz que não possui relação com agentes que estão à frente destas mudanças.

O E17 relata que a sua organização social possui uma relação de proximidade com representantes das secretarias municipais do trabalho e do meio ambiente, do departamento de limpeza urbana e com a Fundação de Assistência Social e Cidadania em função de sua atividade. O entrevistado fala também da existência de relações com o legislativo municipal:

Eu na câmara de vereadores, quando estava fora da pandemia, a gente tinha muitos projetos ali dentro da câmara, e ali na câmara de vereadores, quase todos eles me apoiam ali dentro [...], por exemplo, com a retirada dos carrinhos, quando foi para aumentar o tempo para a gente trabalhar, porque tem uma lei ali, vocês sabem, até setembro de 2022, depois de setembro de 2022 não mais, então a gente vai levando esse tempo na barriga, a gente vai na câmara e fala com os vereadores e eles vão fazendo, mais dois anos, mais dois anos, até dar uma situação legal para os catadores.

Neste ponto específico, E17 remete à situação da lei municipal nº 10.531 de 2008,<sup>1</sup> que implicou no estabelecimento de um prazo de oito anos para o fim da circulação de carrinheiros que trabalham com a catação de materiais recicláveis. Em 2020, a câmara de vereadores aprovou o projeto de lei nº 022/20, que ampliou este prazo para o ano de 2022 (Brasil de Fato, 2020).<sup>2</sup> A relação específica com a prefeitura é retrata por E17, a partir desta conflituosidade relacionada à lei nº 10.531/2008:

A prefeitura ela quer nos tirar da rua com muito gosto, a prefeitura ela está colocando a corda no pescoço dos catadores, eles estão fazendo assim, nem sei te dizer, eles estão matando devagarzinho, começaram agora com os caminhões a multar, as kombis, tem condomínios que nos cedem o material e ameaçam de multar o condomínio se ceder para os carrinheiros, em outras

---

<sup>1</sup> A lei institui o Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e Tração Humana. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000030011.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsimple.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT> [acessado pela última vez em abril de 2022].

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/09/09/camara-aprova-lei-que-adia-para-2022-a-proibicao-de-carrinheiros-em-porto-alegre> [acessado pela última vez em abril de 2022].

idades eles apoiam o catador, em POA, só aqui na vila dos papeleiros são toneladas e toneladas de material de reciclável que vem por dia, é caminhão entrando e saindo por dia, tu acha que a prefeitura teria condições de fazer este trabalho? e a gente faz um trabalho formiguinha, vem o carrinho, vem outro carrinho e entra toneladas de material.

Esta situação tem um impacto importante na vida dos moradores do loteamento situado no bairro Floresta, na medida em que grande parte tem seu sustento no trabalho com catação e triagem de materiais recicláveis na região, tendo o carrinho como principal ferramenta.

Já a organização social, da qual o E16 faz parte, possui relações de proximidade com a política institucional, a qual resulta de uma construção histórica. As relações se estabelecem tanto a nível municipal, como a nível estadual e federal e estão relacionadas com a especificidade da entidade e suas representações/convênios com os governos.

Então, nós não temos por que não fazer essa relação, ao contrário, temos que fazer essa relação. E eu particularmente eu acredito numa coisa, se a gente não se calar, dizendo, falando, tá? A gente também vai ter outros que vão fazer e talvez vão ser, justamente, aqueles que vão fazer contra a gente, né? Então, a nossa função é essa também, de pelo menos simbolicamente estar aí presente dizendo: “olha, o pessoal que, que é mais excluído, precisa ser escutado, ser cuidado mais por vocês”. É isso.

Buscamos, neste ponto, através de nossos entrevistados, mostrar o grau de proximidade dos coletivos, movimentos e organizações sociais com agentes externos e a possibilidade de formação de redes na relação com o bairro. Passamos agora a descrever as perspectivas de futuro a partir do olhar dos atores sociais entrevistados.

## 5.4 PERSPECTIVAS DE FUTURO DO BAIRRO FLORESTA

Numa perspectiva de cidades globais (Sassen, 2000), a existência de uma rede de investimentos articulados a grandes empresas, provocando a expansão do mercado imobiliário, traz como consequência um modelo de cidade “exportado”, e, muitas vezes, de realidades sociais e culturais distintas do grupo que ali habita, perde-se a identidade e construção simbólica entre os moradores e seus bairros. Como relatou o E14: “viver bem não é só ter uma moradia, mas é também construir laços com a comunidade que está ao redor”. Neste sentido, se sobressai,

nas entrevistas, uma perspectiva de cidade democrática em que os cidadãos e as estruturas do bairro atuam de maneira integrada, possibilitando que todos e todas possam permanecer, conviver, trabalhar e morar na região que escolheram: o bairro Floresta.

Ainda dentro dessa perspectiva, David Harvey (2009) ressalta que o direito à cidade é um conceito chave que se coloca como contraponto ao processo urbano atual na sociedade de democracia liberal. O autor também traz a questão do direito dos cidadãos se manifestarem sobre a cidade na qual desejam viver, isto é, o direito de decidirem sobre qual tipo de cidade querem, à frente da possibilidade do direito de, apenas, serem consumidores. Assim, para aqueles que não tem uma vida estruturada a partir de privilégios socioeconômicos, é necessário o estabelecimento de redes entre os mesmos, que possibilitem a construção de ações capazes de tensionar as pressões sofridas e para que não deixem os bairros centrais –cujo acesso a bens e serviços é facilitado – e sejam deslocados para zonas periféricas das cidades. De acordo com E14, falar em moradia popular no centro já representa, atualmente, uma grande conquista.

Mas, mesmo com suas especificidades, novamente aparece a centralidade da construção de uma vida sustentável no território, conectando moradia, sustento, direitos e qualidade de vida para os grupos populares e em situação de maior vulnerabilidade social que vivem no bairro. Neste quesito, E16 fala da importância da economia solidária:

A economia solidária prevê justamente uma economia que consiga trazer inclusive sistemas que são transversais, né? Não importantes para o mercado, pra baixo da discussão. É importante ter renda, mas é importante ter também todo um atendimento social. Impressionaria... Eu não tô falando da coisa de graça, falando poder, pelo menos, ter a chance de conseguir isso. E acessar teus direitos.

No que diz respeito, particularmente, à moradia, esta é uma das pautas centrais na agenda urbana brasileira: cerca de 33 milhões de brasileiros não têm onde morar, segundo relatório do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos de 2010 (Augusto, 2018). Dados recentes do IBGE atualizam e reafirmam a problemática: o país tem, pelo menos, 6,9 milhões de famílias sem casa, todavia existem 6,05 milhões de imóveis desocupados há décadas (Odila *et al.*, 2018). Essa contradição evidencia que o problema da moradia e do déficit habitacional é uma questão social e política central no país. Problemática que resulta da falta de mais investimentos em políticas urbanas e rurais, e que traz à tona o debate sobre a reforma agrária, a financeirização do setor imobiliário e a falta de destinação de prédios públicos para fins sociais.

Desse modo, as ocupações urbanas nos bairros centrais das cidades tornam-se um meio de reivindicação e de alerta sobre o déficit urbano, colocando em evidência a exclusão e as desigualdades promovidas pelo sistema neoliberal e a necessidade de lutar pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001; Harvey, 2014 *apud* Marx; Araujo; Silva, 2018).

Através da frase recorrente, pronunciada pelos movimentos sociais urbanos, “Quando morar é um privilégio, ocupar é um direito”, coloca-se em evidência o direito à cidade. Como apontado por E14, em relação às reintegrações de posse e de realocação de famílias no bairro:

Até surgiu algumas possibilidades, por exemplo de incluir as famílias [...] em projetos na Restinga, mas de fato [...] não estavam lutando pra morar na Restinga, né? Porque não tem vínculo, não conhece, não é essa coisa maluca que eles fazem de sorteio, que ninguém sabe como é que acontece, uma pessoa lá da zona norte e jogam no extremo sul e essa pessoa não consegue sobreviver naquele espaço naquele território. E acaba até voltando para o lugar de origem né. E aí a gente seguiu nessa lógica, assim, a gente veio para essa região, a gente iniciou essa negociação e essa disputa porque a gente justamente acreditava que esse território aqui, o território do 4º distrito, que nem tinha esse nome na época, nem se chamava, não se usava esse nome 4º distrito né, mas essa região da Farrapos, a gente costuma dizer, é a periferia de centro, né?

Embora as adversidades enfrentadas por estes grupos, resultantes da promoção de um modelo de cidade mercadológica e excludente – agravada por um contexto de revitalização urbana que contempla projetos econômicos e sociais que pouco incluem as formas de vida e existência destes sujeitos e grupos no bairro –, todo/as entrevistado/as apontam para o desejo em permanecer no bairro, em função do vínculo afetivo com a região e pelas vantagens em morar numa região central, a partir da expectativa de que estes novos projetos consigam contemplar suas demandas também e, principalmente, pelo desejo de receberem apoio para dar continuidade aos seus próprios projetos.

Ao ser questionado/a sobre qual sua perspectiva de futuro para o bairro, E16 aponta que

O surgimento dessa questão da concretização nesse projeto de revitalização, é.. respeitando os caminheiros, os carroceiros. Talvez vendo eles aí fazendo um trabalho cooperativado de coleta seletivas de todo lixo da região. Penso em todo o bairro, pensando nisso [...]trabalhar aí a partir da simplicidade, do encontro com o que já existe, sem a necessidade de ter que ostentar. Isso aí me dá uma esperança muito grande no que pode vir para o bairro.

Seria importante ressaltar que há um desejo de mudanças e de replanejamento do bairro, e que a maioria das pessoas não se coloca contrária aos processos

de transformação propriamente ditos, desde que eles sejam planejados e efetivados em diálogo com a população e com os moradores das diferentes classes sociais que habitam a região.

O E17 demonstra, em sua fala, entusiasmo e desejo em viver no bairro Floresta, “Olha, eu, eu imagino que ela fique melhor que seja... porque aqui é uma região boa [...] Mas eu quero que ela fique melhor, né. Eu quero que ela fique melhor. Porque é a região que eu moro. É a região. E eu quero morar num lugar melhor”. Também é sublinhado, na fala de E14, que não basta apenas todos os esforços realizados por eles/elas para que os projetos “saiam do papel”, são necessárias forças políticas que possibilitem algumas das mudanças vislumbradas. E14 aponta para a efetivação de um projeto criado pelo próprio movimento do qual faz parte:

daqui cinco anos eu acho que não é muito diferente dessa que a gente tá vivendo, há não ser que a gente consiga daqui a quatro anos botar um governo realmente comprometido que saiba lidar com tudo isso, com todas as limitações da gestão pública e relações políticas, enfim [...] Então enxergo que daqui a cinco anos esse projeto tem que estar pronto. Porque daí a gente já vai estar completando quase vinte anos. Então eu espero mesmo que a gente tenha conseguido daqui a cinco anos fazer essa obra e construir na prática aquilo que a gente vem idealizando e lutando aí durante todo esse tempo e que esse projeto ele possa realmente ter uma referência e que ele demonstre isso.

Em relação aos coletivos entrevistados, podemos ver que estabeleceram vivências e vínculos diferentes entre si com o território, e que alguns grupos tiveram ideias bastante diferentes sobre o futuro do bairro. De modo geral, os entrevistados E11 e E12 compartilhavam uma visão bastante pessimista sobre o futuro Floresta, marcada pelo aumento da violência, do abandono e da degradação:

O campo daquilo que nós não apreciamos está aumentando. E as pessoas estão se fechando. Então, como eu vejo em cinco anos, não só aqui no bairro Floresta, mas toda a parte cêntrica aqui de Porto Alegre: Eu acho, assim, que ela vai ficar mais vazia, mais violenta, mais suja e mais quebrada. Se nós, como sociedade civil, não nos unirmos e criarmos consciência (E11).

O E12 também aponta para o fato de imaginar, no futuro, a existência de fortes mudanças no padrão arquitetônico e urbanístico do bairro:

O que que você acha que vai acontecer com aqueles grandes armazéns? Possivelmente talvez vão ser adquiridos, eu acho que muitos estão com problema na justiça devendo ICMI, ICMS... talvez vão ser construídos grandes blocos de apartamentos, o que não é muito normal aqui, mais na área central. É mais normal lá pra lá pra fora, mais longe, né? Iguatemi, aqueles grandes prédios... do que aqui pertinho de nós aqui.

Entretanto, ambos não encararam o curso das modificações na região como um obstáculo para a sua permanência nela, talvez por não estarem em posição de



vulnerabilidade como outros atores sociais no território. Em contrapartida, E9, E10 e E13 apresentam uma visão mais crítica sobre o futuro em relação à sua permanência no território, ou sobre a permanência de outros atores com os quais tem relações. Um exemplo que demonstra essa preocupação pode ser evidenciado através da fala de um dos coletivos: “A gente não tem força, né? A gente não, não tem força, não tem braço, talvez a gente precisasse se aliar mesmo, parar, sentar, observar, fazer algumas estratégias políticas, né? Porque é só assim que a gente pode estar presente no futuro” (E9).

Essa e outras falas retratam os desdobramentos decorrentes da necessidade que grupos vulnerabilizados possam apresentar pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001; Harvey, 2014). Sem estas lutas e articulações, a permanência destes grupos no território pode ser inviabilizada, como demonstram as falas de E13 e E10:

Ah, eu acredito que algumas não vão se adaptar e vão ter que mudar de local, né? Acredito que sim, porque é uma questão... é isso, entendeu? É diferente de tu trabalhar num local que é assim desde que tu conheces, que vai continuar assim, continua, e daqui a pouco vem um povo diferente, com construções diferentes e coisas diferentes, que tu não conhece, então tu vai tentar ir pra outro lugar mais na tua realidade, entendeu? [...] (E13).

Ele pode ser até charmoso do ponto de vista urbano, ele vai ter um outro público, outras pessoas, uma coisa bem higienista [...]. Eu vou sentir culpa por caminhar ali, porque eu vou dizer ‘que legal tomar um café nesta cafe-teira’, e vou lembrar que as pessoas foram expulsas dali (E10).

O E10 comenta as mudanças de caráter arquitetônico que podem acontecer no 4º distrito, junto da modificação do público que frequenta o bairro:

Eu vi umas imagens de um projeto... de um projeto do 4D ali, mas o projeto, acho que era da prefeitura, e tinham umas imagens muito assim futuristas e eu fiquei com... ‘ai que medo’, e eu fiquei com aquilo na mente, assim, na real, o que eu vejo, assim: eu vejo um bairro, até charmoso, né, bem charmoso, mas um bairro que não vai... que vai ter uma população completamente diferente.

Uma reflexão importante apontada por E13 revela o avanço do capital imobiliário na região e ao planejamento estratégico ligado à ideia da iniciativa privada, transformando a cidade em mercadoria (Arantes; Vainer; Maricato, 2002):

Eu acho que viram ali uma questão boa de grana, porque também fica perto da região ali da... perto daquelas pizzarias, que tem ali em cima, acho que aquela região ali, eu acho que ela... daí, tem a questão das boates que fecharam ali também, né? [...] Então acredito que por questão de construções novas que estão por vir, eu acredito que sim, que é uma região a ser explorada ali pelo que eu já vi, entendi ali, sabe? Pelo que eu escutei também.

Por fim, o E10 relata a percepção de que algumas mudanças gradativas na região irão acontecer e que estão associadas ao que descrevemos anteriormente sobre a possível gentrificação do bairro e da região:

Aquele cafezinho que é charmosinho mas não é mais o cafezinho de dois reais e isso está acontecendo ali, e isso vai direcionando um público e isso tu vai percebendo e tu vê que sim, tem uma transformação acontecendo ali, e tu tá andando ali na calçada e tu vê um lugar em que antes tinha um prédio meio abandonado e ele tá com um grafite maneiro, assim, opa, pintaram? não, se instalou um troço ali, é uma cervejaria, sei lá, uma loja de móveis antigos e isso vai ditando o público, [...] tu começa a mudar o perfil do público e tu começa a ver os carrões chegando onde não tinha, e isso se percebe tranquilamente, assim, muito, mas ela é sutil...

A partir das perspectivas de futuro dos entrevistados, percebe-se que há uma preocupação com sua permanência no território, já que as possíveis melhorias previstas para região podem não contemplá-los. Por outro lado, vemos também o alerta de alguns de nossos entrevistados sobre o risco de uma possível gentrificação com mudanças da paisagem urbana, atravessada por novos modelos arquitetônicos e edificações que correspondam aos anseios do capital imobiliário, transformando o bairro e a região em um lugar de lazer para os de fora e de um certo estranhamento e um aumento do custo de vida para aqueles que vivem no bairro.

## 5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, destacamos que os relatos dos atores sociais deste eixo de pesquisa podem ser pensados como um contraponto à tendência de financeirização e gentrificação que caracteriza o atual processo de reestruturação urbana e econômica no Floresta. Ao longo da pesquisa, identificamos que os projetos de revitalização para o bairro, propostos pelo governo municipal em parceria com agentes privados e agências internacionais, poderiam promover uma exclusão destes grupos e sujeitos, evidenciando a dimensão da desigualdade e da segregação socioespacial e urbana. Através do olhar destes atores e atrizes “invisibilizados”, observamos a existências de distintos projetos criados por eles, associados à luta pelo direito à cidade. Estes projetos, que estão pouco presentes nos planos institucionais, são atravessados pela reivindicação do direito à moradia e pelo fomento às diferentes possibilidades de geração de renda – pautada numa economia solidária – e em modos de vida mais sustentáveis. Neste sentido, conectam-se com a construção de alternativas para a população mais empobrecida e vulnerável, que é parte do cotidiano e da his-

tória do bairro Floresta. Contudo, percebe-se que a existência e importância destes atores sociais no bairro não está pautada, apenas, em processos de resistência, mas, principalmente, através de ações propositivas, a partir de projetos que confluem no sentido de conectar moradia social e a possibilidade de geração de renda de maneira inclusiva e sustentável, como é sublinhado por E14:

Então toda estrutura é pensada nessa perspectiva assim, ter os espaços, o trabalho, né? Para as pessoas poder ter a renda dentro desse próprio espaço, poder comercializar, aproveitar o potencial que o centro tem, a própria questão das placas solares, a gente vai ter, as placas fotovoltaicas de energia solar, né? A mais comum dos projetos populares é aquela de aquecimento da água do chuveiro, né? Aqui a gente fez a opção placas para produzir energia mesmo né, até porque a gente tem projeto muito bonito assim de abrir o nosso Pátio, tornar ele num pátio público então aberto a comunidade do 4º Distrito, né, moradores, construir uma relação de vizinhança a partir dessa estrutura e prever toda uma questão aí de projeto luminotécnico, se a ideia é poder aproveitar né essa luz da energia produzida, custos de luz do corredor, vai ter elevador com uma proposta também de acessibilidade universal, então a gente terá cisterna para reduzir a uso de água né. Então, para que a gente vai lavar a mão com água potável que você pode utilizar água da chuva ou molhar plantas? Então tem uma perspectiva de sustentabilidade, que ela é ambiental, mas ela também é econômica, né?

O que se observa nos relatos, trajetórias, percepções e atuação destes grupos é o seu envolvimento com a região, através de estratégias de resistência que se associam a uma perspectiva de democratização do urbano, expressando, assim, outras maneiras de viver e se relacionar no/com o território, pautada numa lógica de cidade mais humanizada, como aponta E15: “Estamos sempre criando um sonho, somos uma fábrica de sonho para que as pessoas possam voltar a acreditar.”

Finalizamos este capítulo, que buscou dar espaço e voz para aqueles e aquelas que correm o risco de não serem escutados no processo em curso de revitalização do 4º Distrito e do bairro Floresta. Consideramos que alguns deles têm um vínculo histórico com o bairro e que consideram importantes as melhorias que sejam feitas, mas que estes atores sociais mais vulneráveis sejam incluídos nos processos decisórios nos projetos que estão sendo pensados na cidade. Ressaltamos a importância de redução do déficit habitacional e a importância da construção de moradia, através de transformações que prevejam Habitação de Interesse Social e criação de espaços públicos que sejam acessados de forma democrática por todos/as que vivem no bairro, na região e na cidade.

# REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

AUGUSTO, O. 33 milhões de brasileiros não têm onde morar, aponta levantamento da ONU. *Correio Braziliense*, maio 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/05/03/interna-brasil,678056/deficit-de-moradias-no-brasil-chega-a-6-3-milhoes-sp-tem-a-maior-defa.shtml>. Acesso em: mar. 2022.

DEMAJOROVIC, Jacques; LIMA, Márcia. *Cadeia de reciclagem: um olhar para os catadores*. São Paulo: Senac; Sesc, 2013.

FERNANDES, Ana Clara. *Cemitérios industriais: contribuição para a análise espacial da metrópole de Porto Alegre/RS Brasil*. 2014. 207 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Geociências, UFRGS, Porto Alegre, 2014.

GLASS, R. *London: aspects of change*. Londres, Centre for Urban Studies/MacGibbon e Kee, 1964.

GONÇALVES, Sérgio Antônio. A política nacional de resíduos sólidos: alguns apontamentos sobre a Lei nº 12.305/2010. In: SANTOS, Maria Cecília L. dos; DIAS, Sylmara Lopes F. Gonçalves (org.). *Resíduos Sólidos Urbanos e seus impactos socioambientais*. São Paulo: IEE-USP, 2012.

HARVEY, D.; ALFREDO, A.; SCHOR, T.; BOECHAT, C. A. A liberdade da cidade. *GEOUSP Espaço e Tempo* (on-line), [S. l.], v. 13, n. 2, p. 09-18, 2009.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos, 1968.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, Vanessa; ARAUJO, Gabrielle; SILVA, Luiz Henrique Apollo. A Financeirização no 4º Distrito: gentrificação e parcerias público-privadas no bairro Floresta. *Anais [...]*. Congresso Observatório das Metrôpoles 20 anos, 2018, Rio de Janeiro. *As Metrôpoles e o Direito à Cidade: dilemas, desafios e esperanças*, 2018.

MARX, Vanessa; ARAUJO, Gabrielle; SILVA, Luiz Henrique Apollo. 4º distrito e o bairro Floresta: avanço do empreendedorismo urbano ante as dinâmicas locais do território. In: BÓGUS, Lucia; GUIMARÃES, Iracema Brandão; PESSOA, Zoraide Souza (org.). *Cidades brasileiras: temas e questões para debate*. 1ed. São Paulo: Educ, 2020.

ODILA, F.; PASSARINHO, N.; BARRUCHO, L. Brasil tem 6,9 milhões de Famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, diz urbanista. *BBC Brasil*, 2018. Disponível em: <https://q/www.bbc.com/portuguese/brasil-44028774>. Acesso em: mar. 2022.

SASSEN, Saskia. *Cities in a world economy*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2000.

SMITH, N. Gentrification and the rent gap. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 77, n. 3, 1987, p. 462-465.

SMITH, N. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. *Antipode*, New York, v. 34, n. 3, p. 427-450, 2002. Disponível em: <http://www.overgaardtonnesen.dk/TEKSTERNE/05-Smith-New-Globalism-New-Urbanism-Gentrification.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

WEBER, Jéssica Rebeca. Isenção de solo criado e prédio de até 300 metros: entenda o plano diretor do 4º Distrito. *Zero Hora*, Porto Alegre, 01 abr. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/04/isencao-de-solo-criado-e-predio-de-ate-300-metros-entenda-o-plano-diretor-do-4o-distrito-cl1gzywul00e-j01657hj13yx2.html>. Acesso em: 11 Abril 2022.



CONSIDERAÇÕES  
FINAIS

O projeto de pesquisa "O 4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais no bairro Floresta" foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC) e passou por várias etapas. Nos primeiros dois anos, realizamos revisão teórica e análise documental e, nos dois anos seguintes, realizamos o trabalho de campo com caminhadas pelo bairro Floresta, produção de imagens fotográficas e as entrevistas semiestruturadas realizadas de forma virtual. Portanto, esse livro representa uma materialização de esforços coletivos que, durante quatro anos, se voltaram para essa região da cidade de Porto Alegre.

O objetivo da pesquisa foi descrever as relações complexas, convergentes e/ou contraditórias que vem se estabelecendo entre os atores sociais na região do 4º distrito, especificamente no bairro Floresta, da cidade de Porto Alegre. Além de descrever as relações, consistia em verificar os tipos de influência: a financeirização e o direito à cidade. Acreditamos que as entrevistas mostram as relações que tem uma interface com as nossas categorias conceituais, que foram desenvolvidas e revisitadas no percurso de pesquisa e que nos deram suporte para a reflexão sobre os fenômenos urbanos, sociais e econômicos que percebemos no território estudado.

Durante o processo de pesquisa, tivemos contato com uma diversidade de atores sociais que tinham alguma relação com o bairro Floresta. Ao pensar suas trajetórias, parcerias com o poder público e privado e vínculos com a região, buscamos entendê-los tanto nas suas especificidades de atuação, quanto nas suas possíveis conexões. Desta forma, dividimos este grupo heterogêneo de atores sociais em três grupos: cultura e economia criativa, mercado imobiliário e poder público e, por fim, movimentos e organizações sociais e coletivos. Tal divisão foi produto de uma necessidade de percepção das particularidades envolvidas em cada um destes grupos, mas que, ao mesmo tempo, estão conectados, como podemos ver no desenvolvimento dos capítulos deste livro.

No que se refere às questões metodológicas, criamos uma metodologia que pudesse retratar a realidade local e ao mesmo tempo mostrar as diversas escalas que atravessam o território, assim como a dimensão Global-Local no bairro Floresta, no 4º Distrito. Durante o processo de pesquisa, fizemos debates sobre os nossos referenciais teóricos no grupo, empregamos diversas técnicas de investigação, análise documental de planos sobre o bairro, leis, artigos na imprensa, instrumentos de gestão urbana, como o plano diretor, documentos, relatórios, dossiês, declarações, discursos, ensaios e outros materiais disponibilizados por meio de publicações, manuais e instrumentos normativos durante a última década. Em um segundo momento, realizamos entrevistas com roteiro semiestruturado a partir das dimensões, eixos e temas. Logo após, organizamos os grupos

que seriam responsáveis pela realização das entrevistas. O processo de roteirização seguiu uma normativa geral para todos os grupos, com questões norteadoras respondidas por todos entrevistados e entrevistadas. Houve, aqui, uma abertura relativa às adaptações necessárias para cada grupo, através da interlocução direta com os atores sociais escolhidos. Seria importante destacar que procuramos estabelecer equilíbrio de gênero entre os entrevistados e que, para a produção deste livro, juntamos o grupo de movimentos e organizações sociais com o de coletivos, já que nos pareceu que seria importante a convergência a fim de demonstrar como o direito à cidade aparece como um elemento importante em seus diversos desdobramentos para os atores sociais no bairro Floresta. Ressaltamos, ainda, que o processo de pesquisa proporcionou também a capacitação em grupo sobre a ferramenta do NVivo, a qual gerou algumas análises e as nuvens de palavras que abrem cada um dos capítulos.

Em conjunto com a discussão metodológica, consideramos importante que o grupo pudesse conhecer o território que estávamos estudando e registrar suas percepções por meio de caminhadas exploratórias. O segundo capítulo busca mostrar as imagens e as caminhadas realizadas a partir de duas ferramentas de pesquisas que constituíram o reconhecimento do território do bairro Floresta: as caminhadas guiadas por atores sociais com algum vínculo com o território e a produção de imagens fotográficas. Como conclusão, destacamos que este foi um elemento inovador no desenvolvimento da pesquisa, que não estava pensado em seu início e que estimulou a coesão do grupo, um maior conhecimento *in loco* do bairro de nossa investigação, que resultou em uma experiência profícua e reveladora.

Constatamos que a cultura e a economia criativa são elementos fundamentais para o bairro Floresta. No capítulo sobre esta temática, foram indicados os principais planos para o desenvolvimento econômico e social da região, assim como a percepção de determinados atores sociais sobre eles. Pudemos perceber as (des)conexões entre os campos da cultura e da economia neste território e um olhar mais próximo para o “empreendedorismo” e a “inovação” que atualmente são parte integrante do projeto para o futuro do bairro Floresta, e do 4º Distrito.

Em relação, ainda, ao empreendedorismo, o capítulo sobre a governança urbana no bairro Floresta apresenta as percepções sobre os agentes imobiliários e do poder público quanto ao bairro. Os agentes imobiliários demonstraram cautela quanto aos investimentos na região, pois ela ainda apresenta riscos de investimentos, embora reconheçam e tenham expectativas quanto às ações emergentes do poder público que visam à revalorização do bairro tanto quanto o aumento de sua densidade urbana e a revitalização de sua infraestrutura. Além disso, a pesquisa indica uma orientação, que persiste na atual composição do governo, de favorecimento da presença de atores externos, sobretudo no que tange ao *boom* de



bares e demais iniciativas de entretenimento. Em uma via de mão dupla, o mercado imobiliário e o poder público ora se alimentam, ora se limitam, na medida em que haveria, ao mesmo tempo que interesses, expectativas e parcerias, também desconfiança e descrédito quanto às ações e projetos apresentados e em vias de implementação.

Por fim, o capítulo sobre o direito à cidade a partir do olhar dos coletivos, movimentos e organizações sociais apresenta os resultados da pesquisa com lideranças e representantes de movimentos, organizações sociais e coletivos que vivem, trabalham e/ou atuam no bairro Floresta. Um foco especial foi dado à dimensão social das transformações em curso no bairro Floresta, abordada a partir do direito à cidade e das relações de pertencimento com o território. As narrativas dos atores sociais evidenciam um processo de exclusão da inserção e participação nos projetos públicos e privados propostos, evidenciando dimensões de desigualdades e da segregação social e urbana de grupos específicos. Isso ocorre, ao mesmo tempo em que apontam, através de suas práticas, para a existência de projetos coletivos que articulam a dimensão social e econômica – conectando moradia popular e geração de renda – de uma perspectiva da sustentabilidade e da qualidade de vida. Assim, em contraposição à lógica dominante de reestruturação urbana e econômica no território, que apresenta uma tendência à financeirização – que pode vir a resultar em uma possível gentrificação do bairro –, as vezes destes atores sociais reivindicam a sua história, reconhecimento e pertencimento no/com o bairro. Em outras palavras, reivindicam o direito de fazer parte das transformações da cidade.

Durante a última década, surgiram muitas propostas de planos para o desenvolvimento da região e este material foi analisado em diversos momentos da pesquisa. Apesar do último plano para a região, o Masterplan, ter sido objeto de nossas análises nos últimos anos desta publicação, incorporamos alguns elementos muito incipientes do plano mais atual, que promete ser o motor de uma transformação econômica e social na região: o +4D. Esse plano foi elaborado pela atual gestão municipal, iniciada em 2021 e, atualmente, encontra-se em sua primeira fase de construção, que objetiva sua aprovação nas esferas institucionais, e na Câmara Municipal de Porto Alegre. Em linhas gerais, o +4D propõe uma alteração das normas urbanísticas deste território através de uma densificação da região. O bairro Floresta é parte integrante deste plano, pois sua área está sendo alvo de alguns empreendimentos da iniciativa imobiliária que visa estabelecer uma relação com o patrimônio industrial presente no território.

A alteração de normas urbanísticas ligadas aos aumentos no índice construtivo nas novas edificações também faz parte da diversidade de elementos contidos no projeto +4D. Obras viárias que resolvam o problema histórico de drenagem e saneamento no 4º Distrito também são reiteradamente prometidas. Já no que

se refere às questões de segurança presentes na região, fala-se em aumento do policiamento, da iluminação pública e da instalação de câmeras de segurança em pontos estratégicos. Nesse sentido, a Avenida Voluntários da Pátria, a Vila Santa Terezinha e as suas imediações apareceriam como um eixo de controvérsias entre moradores, movimentos de ativismo urbano e agentes do Estado.

Por fim, o projeto também prevê este território como um espaço para cultura e para o turismo. Nesse sentido, o "quadrilátero do entretenimento" e "alameda da cultura" aparecem no projeto como possíveis microrregiões que impulsione-riam um novo olhar dos habitantes da cidade para este território. O quadrilátero do entretenimento diz respeito a um circuito de novos bares e cervejarias cada vez mais presentes no 4º Distrito, principalmente no bairro São Geraldo. Já a alameda da cultura, projetada no bairro Floresta, seria uma nova iniciativa que aproveitaria os anos de investimento no conhecido Distrito Criativo nos entornos da Associação Cultural Vila Flores.

O projeto se encerra em 2022 com o processo de discussão para a aprovação do projeto +4D. Neste momento, encontra-se na fase de produção de oficinas em localidades estratégicas do território, como a Vila Santa Terezinha e o próprio Vila Flores, além de convocatória de Audiência Pública sobre o projeto. Tais ações são vistas com relativa desconfiança pela população local, devido à quantidade de projetos e chamadas para reuniões comunitárias realizadas nos últimos anos. Como vimos no decorrer deste livro, os projetos para transformação social, urbana e econômica do 4º Distrito, e do bairro Floresta, não são novos. O projeto +4D pareceria estar avançando muito rápido e conta com o financiamento internacional para a revitalização da Avenida Farrapos, que poderia impulsionar uma nova dinâmica para a área. Além disso, a governança urbana estabelecida pareceria apontar para a formação de coalizões entre atores políticos e econômicos da cidade, que buscam a revitalização da região com a lógica do empreendedorismo, o que poderia deixar atores sociais de fora desta correlação de forças e privados do direito à cidade, ou seja, do direito à vida urbana nesta região.

Por último, esperamos ter contribuído, através desta pesquisa e a partir dos olhares dos atores sociais sobre o bairro Floresta, para as discussões sobre o 4º Distrito. Acreditamos que a pesquisa realizada na universidade pública possa trazer elementos novos para o debate e para os processos de decisão e reflexão da comunidade acadêmica, movimentos, coletivos, organizações sociais e gestores públicos sobre a política pública urbana nestes 250 anos da cidade de Porto Alegre.

Chaparral Pro 10 pt  
Off set 75 g/m<sup>2</sup>

---

Editora da UFRGS • Ramiro Barcelos, 2500 – Porto Alegre, RS – 90035-003 – Fone/fax (51) 3308-5645 – [admeditora@ufrgs.br](mailto:admeditora@ufrgs.br) – [www.editora.ufrgs.br](http://www.editora.ufrgs.br) • Direção: Luciane Delani • Editoração: Lucas Ferreira de Andrade (Coordenador), Clarissa Felkl Prevedello, Marleni Matte e Rafael Menezes Luz • Administração: Aline Vasconcelos da Silveira, Cláudio Oliveira Rios, Fernanda Kautzmann, Gabriela Azevedo, Heloísa Polese Machado, Jaqueline Trombin e Laerte Balbinot Dias

O livro 4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais no bairro Floresta é resultado da última etapa da pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e que se relaciona também com o Centro de Estudos Internacionais de Governo-CEGOV/UFRGS.

A pesquisa iniciou no ano de 2018 com o objetivo de descrever as relações complexas, convergentes e/ou contraditórias que vem se estabelecendo entre os atores sociais na zona do 4º distrito, especificamente no bairro Floresta, da cidade de Porto Alegre. Além de descrever as relações, consistia em verificar os tipos de influência: a financeirização e o direito à cidade.

Esta obra é uma contribuição dos pesquisadores do GPSUIC para os debates que estão sendo realizados na cidade de Porto Alegre sobre a região do 4º Distrito e do bairro Floresta. Esperamos que este estudo possa trazer elementos novos para as reflexões da comunidade acadêmica, movimentos e organizações sociais sobre a região e para a elaboração de políticas públicas urbanas mais democráticas e inclusivas na cidade de Porto Alegre.

## // **CEGOV** TRANSFORMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA //

O Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) busca realizar pesquisas e estudos aplicados sobre a articulação e o fortalecimento da relação entre capacidade estatal e democracia. Nesse sentido, a coleção de livros *Transformando a Administração Pública* tem o intuito de publicizar e destacar o posicionamento da universidade pública no desenvolvimento e aperfeiçoamento da administração pública brasileira.